



CSED
B3 LISTED NM



Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas para o exercício findo em 31
de dezembro de 2025**

Sumário

Relatório da Administração	2
Relatório Anual de 2025 do Comitê de Auditoria da Cruzeiro do Sul Educacional S.A.	32
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	36
Balanço Patrimonial	45
Demonstração do Resultado	47
Demonstração do Resultado Abrangente	48
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	49
Demonstração dos Fluxos de Caixa	50
Demonstração do Valor Adicionado	51
1. Informações gerais	52
2. Políticas contábeis materiais	57
3. Avaliação das informações por segmento.....	72
4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	72
5. Combinação de negócios	75
6. Caixa e equivalentes de caixa	77
7. Contas a receber	78
8. Tributos a recuperar	80
9. Outros créditos.....	80
10. Investimentos	81
11. Imobilizado	83
12. Intangível	85
13. Fornecedores	89
14. Debêntures.....	89
15. Arrendamentos.....	91
16. Obrigações trabalhistas	95
17. Obrigações tributárias	95
18. Partes relacionadas.....	97
19. Adiantamentos de clientes.....	100
20. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais.....	100
21. Obrigações por aquisições de participações societárias.....	105
22. Receita diferida	106
23. Patrimônio líquido.....	107
24. Resultado por ação	108
25. Instrumentos financeiros e gestão de riscos	109
26. Imposto de renda e contribuição social – Corrente e diferido	114
27. Receita líquida	116
28. Custos e despesas por natureza	117
29. Resultado financeiro	119
30. Transações que não afetam o caixa	119
31. Seguros (não auditado)	120

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais, a Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e suas controladas (“Cruzeiro do Sul”, “Grupo” ou “Companhia” ou “CSED”), listadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), onde estão as empresas consideradas com o mais elevado padrão de governança corporativa, sob o código CSED3, apresentam aqui seu Relatório da Administração, expondo os resultados operacionais e financeiros do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Este relatório é parte integrante das demonstrações financeiras da Companhia, elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - incluindo a Lei das Sociedades por Ações, regras e regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) - e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), aplicadas de forma consistente no decorrer dos exercícios abrangidos.

Mensagem da Administração e expectativas estratégicas

No ano que celebramos 60 anos, alcançamos o maior Lucro Líquido contábil da história da Cruzeiro do Sul atingindo R\$ 297 milhões, 2x acima de 2024

Em 2025, a Cruzeiro do Sul Educacional completou 60 anos, consolidando uma trajetória de crescimento sólido, sustentável e disciplinado. Desde sua origem no bairro de São Miguel Paulista em São Paulo/SP, preservamos a essência dos fundadores enquanto evoluímos para nos tornar um dos maiores grupos educacionais do Brasil. A combinação de propósito e gestão responsável permitiu o alcance de R\$ 297 milhões de lucro líquido contábil em 2025, valor 106% superior ao de 2024. O EBITDA ajustado expandiu 15%, resultando em R\$ 879 milhões, com uma margem de 31,0%. A expansão de 1,2 p.p. na margem EBITDA ajustada é reflexo das iniciativas de eficiência operacional, somado à contribuição do avanço da Medicina e do Digital no portfólio, bem como da melhoria nas ações de crédito e cobrança implementadas ao longo dos últimos trimestres que impactaram positivamente a PECLD.

Fluxo de Caixa ao Acionista 47% superior ao de 2024, atingindo R\$ 390 milhões

No ano, alcançamos R\$ 390 milhões, representando um crescimento de 47% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho reflete uma conversão do EBITDA ex IFRS-16 de 60%, frente a 52% em 2024. O elevado fluxo de caixa demonstra o foco da administração na gestão do negócio, com ênfase na excelência operacional, resultando em aumento do EBITDA e em conversão de caixa. Sendo assim, reforçando nossa capacidade de gerar valor no longo prazo, mesmo frente a cenários adversos.

Evolução operacional consistente, com foco na retenção do aluno e otimização de portfólio

Com relação à evolução dos indicadores operacionais, encerramos o ano de 2025 com uma base de 572 mil alunos, representando um crescimento de 9%, quando comparada ao mesmo período do ano anterior. Esse avanço é resultado direto da execução consistente da nossa estratégia acadêmica e da vivência do nosso propósito de capacitar e inspirar o aluno para transformar o seu futuro e impactar a sociedade, que se traduz em maior engajamento e permanência dos nossos

alunos. No presencial a base expandiu em 4% (a/a), alcançamos 92% no KPI de retenção – recorde para um semestre – e o ticket cresceu 6% vs. 2024. No ensino a distância, a base expandiu 11% (a/a), alcançamos 81% de retenção - o maior nível dos últimos 5 anos – e o ticket ficou estável vs. 2024.

Aumento de 50 vagas de Medicina na Universidade Positivo, alcançando um portfólio de 1.069 vagas (+5%) na Companhia

Em dezembro de 2025 recebemos a autorização para aumento no número de vagas anuais ofertadas para o curso de graduação de Medicina da Universidade Positivo, no município de Curitiba/PR. O número total anual de vagas para o referido curso passou de 169 para 219 (+30%). A Medicina da Universidade Positivo possui conceito de curso máximo no MEC (5) e alcançou nota máxima (5) na primeira edição do Enamed divulgado em janeiro de 2026, figurando como líder entre as instituições privadas com fins lucrativos.

Foco no Aluno e de quem cuida do aluno: Avanços na Jornada de Transformação Digital reforçando eficiência, escalabilidade e qualidade na experiência acadêmica

Encerramos 2025 com progressos relevantes na jornada de alunos e docentes. Evoluímos o APP Duda com novas funcionalidades, como a realização de chamada para turmas presenciais com validação por proximidade (Bluetooth) e a gestão integrada de notas, reduzindo etapas operacionais e ampliando a autonomia do estudante e do professor. Também avançamos em frentes de IA, incluindo a validação automatizada das horas complementares — 100 vezes mais rápida — e a digitalização da matrícula e do diploma, ambos com autenticação por IA, que reduziram o prazo de emissão de 18 dias para menos de um minuto, liberando nossas equipes para atividades de maior valor no atendimento humano. Outro marco foi a rematrícula automatizada, reconhecida no The Customer Summit Awards 2025 pela excelência na jornada do aluno. Esses avanços contribuíram para que a Cruzeiro alcançasse o primeiro lugar, entre as educacionais, no ranking das empresas mais inovadoras no uso de TI, segundo o IT Fórum, reforçando nosso compromisso em integrar tecnologia, eficiência e cuidado, sustentando a consistência dos resultados ao longo do ano.

Cenário econômico

O ano de 2025 foi marcado por crescimento econômico (PIB) de 2,3% vs. 2024, em linha com as expectativas de mercado. O principal destaque, do lado da oferta, foi o setor de serviços (+1,3% vs. 2024) e, do lado da demanda, a formação bruta de capital fixo (+2,9% vs. 2024).

Cabe destacar que, apesar do contínuo crescimento da economia brasileira, o ano de 2025 trouxe desafios para as empresas e consumidores. No cenário doméstico, a taxa de juros (Selic) atingiu o patamar de 15% a.a. (+2,75pp vs 2024), maior nível desde 2016. No cenário internacional, incertezas quanto a guerras e tarifas, permaneceram afetando as expectativas dos agentes.

No setor de educação, houve uma forte recuperação financeira das companhias, apoiado pelo crescimento de lucro líquido, maior geração de caixa e retorno aos acionistas. Entretanto, em maio de 2025, o MEC publicou o novo marco regulatório do EAD, por meio do Decreto nº 12.456/2025, complementado pelas Portarias MEC nº 378/2025 e nº 381/2025, que redefinem as regras de oferta dos cursos de graduação pelas IES. A principal mudança é a substituição do conceito de “modalidade” por formato de oferta, passando a existir três formatos: presencial, semipresencial e EAD. O decreto estabelece percentuais mínimos de presencialidade para cada formato, com

destaque para a exigência de 70% de atividades presenciais nos cursos presenciais (100% em medicina), ao passo que o EAD passa a exigir pelo menos 10% de atividades presenciais e 10% presenciais ou síncronas mediadas, e o semipresencial combina, em regra, 30% presencial e 20% presencial ou síncrono mediado.

O marco regulatório traz impactos relevantes para cursos tradicionalmente ofertados a distância, com a inclusão ou aumento na carga de presencialidade. Adicionalmente, o MEC reforçou que os cursos de medicina, direito, enfermagem, odontologia e psicologia seguem ofertados exclusivamente no formato presencial (havia enfermagem no formato a distância). Adicionalmente, diversos cursos de áreas como saúde e bem-estar, licenciaturas, educação, engenharias, ciências naturais e agrárias deixam de poder ser ofertados em EaD, sendo restritos aos formatos presencial ou semipresencial.

Por fim, o novo marco impõe exigências mais rígidas de infraestrutura para sedes e polos, especialmente no caso do EAD e do semipresencial, o que tende a gerar necessidade de investimentos adicionais pelas IES. Os polos passam a precisar contar, no mínimo, com recepção, sala de coordenação, espaços para estudo individuais e coletivos, laboratórios compatíveis com os cursos ofertados e infraestrutura tecnológica adequada, incluindo internet estável e de alta velocidade. Essas exigências se aplicam de imediato à criação de novos polos e demandam revisão da estrutura dos polos já existentes, podendo exigir adequações físicas ou até a substituição de imóveis para garantir a conformidade regulatória.

Propósito e valores corporativos

Seis pilares sustentam nossa abordagem de ensino e norteiam todos os nossos cursos, sejam presenciais ou a distância, abrangendo estudantes, docentes e a comunidade que nos cerca. Por meio deles, buscamos assegurar o sucesso do estudante, estimulando nele valores como inovação, empreendedorismo e pensamento crítico, para que se forme como cidadão preparado para vencer os desafios do mercado de trabalho.

Protagonismo do aluno – Idealizar e realizar ações com criatividade, liderança, empatia, autonomia e responsabilidade social. Mais que um profissional, nosso aluno é um agente de transformação.

Empreendedorismo – Potencializar as competências empreendedoras de nossos alunos, para que sejam capazes de desenvolver soluções inovadoras e gerar valor para a sociedade. Incentivamos projetos transversais e interdisciplinares, plataformas digitais e gamificadas.

Flexibilidade – Vivenciar a flexibilidade curricular – escolha das disciplinas on-line, montagem do horário presencial, tempo e local de estudo, permitindo melhor aproveitamento e envolvimento do aluno em atividades variadas.

Formação dos formadores – Proporcionar as melhores experiências no processo de aprendizagem, com o apoio de novas metodologias e ferramentas tecnológicas, tornando o aprendizado mais envolvente, desafiador, estimulante e transformador.

Inovação – Estimular a inovação por meio de pesquisas científicas, promovendo um mindset favorável à criatividade e à inovação como base de todas as nossas iniciativas acadêmicas e de formação de talentos.

Pensamento crítico – Oferecer suporte para a tomada de decisões equilibradas e assertivas. O pensamento crítico é essencial para a formação integral de um cidadão mais consciente (local e global).

Perfil corporativo e descrição geral do negócio

Com mais de 60 anos de história, o Grupo Cruzeiro do Sul Educacional é um dos maiores e mais relevantes grupos de educação no Brasil, com aproximadamente 1.564 polos de educação a distância (EaD) e 28 campi de educação presencial. Atualmente, o Grupo tem mais de 572 mil alunos e mais de 7 mil colaboradores. Também está presente no Japão, por meio de dois polos EaD. A Companhia oferece cursos presenciais, semipresenciais e a distância em todos os níveis de ensino, da educação infantil ao ensino superior, incluindo pós-graduação (lato sensu e stricto sensu), cursos livres, de extensão e idiomas.

Estratégia diversificada

Com sede social na capital paulista, desde fevereiro de 2021 somos uma sociedade por ações de capital aberto, regida por estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis pelo Regulamento do Novo Mercado da bolsa de valores nacional, a B3.

Atuação por meio de unidades de negócio por vertical de ensino como peça relevante na estratégia de crescimento da companhia.

Presencial – Comprometida com a educação desde 1965, a Cruzeiro do Sul Educacional consolidou-se como o quarto maior grupo de ensino do Brasil – posição de mercado com base na quantidade de alunos ativos.

Com estratégia de atuação nacional multimarcas, a Companhia oferece formação acadêmico-profissional de qualidade por meio de 14 instituições de ensino superior com marcas locais reconhecidas, por meio de cursos de graduação, pós-graduação e extensão nos formatos de oferta presencial, semipresencial e a distância, voltados para jovens de diferentes classes sociais que percebem a educação como diferencial social e estão dispostos e comprometidos a investir no seu futuro. Atua também com quatro instituições de educação infantil e básica (ensinos infantil, fundamental e médio).

Apresenta um processo decisório sólido e disciplinado com base em estratégia, comprometimento e execução do time de administração e acionistas, que permeiam todos os diferenciais da proposta de valor ao aluno – baseada na combinação de sua infraestrutura, com níveis elevados de qualidade acadêmica, localização e a entrega de conteúdo e suporte ao aluno – , assim como os níveis de crescimento e eficiência.

Saúde – A principal característica dos oito cursos de Medicina da Cruzeiro do Sul Educacional é a união da qualificação técnica e da formação humanizada, buscando desenvolver capacidades colaborativas, afetivas e empáticas nos alunos, por meio da socialização e promoção do interesse pelo conhecimento.

Nosso compromisso é com a formação de excelência dos futuros médicos, por meio de metodologias de ensino aprendizagem inovadoras, centradas nos estudantes e uma infraestrutura única, que une laboratórios de simulação de alta fidelidade, parcerias com grandes hospitais e corpo

docente diferenciado. Tudo isso com o respaldo de Instituições com marcas regionais fortes e de qualidade superior.

Por isso, temos muito orgulho em afirmar que os nossos cursos de Medicina ocupam posições de destaque nos indicadores do ministério da educação, em rankings comparativos a instituições de ensino públicas e privadas brasileiras.

Digital – A Cruzeiro do Sul Virtual é a nossa marca EAD de atuação nacional. A Educação a Distância da Cruzeiro do Sul Educacional está estrategicamente organizada em uma única marca de atuação nacional, a Cruzeiro do Sul Virtual. Ao todo, sete instituições da Companhia são credenciadas para o formato de oferta a distância: graduação, pós-graduação, livres e técnicos, nas mais diversas áreas do conhecimento.

A Cruzeiro do Sul Virtual conta com uma rede de polos presentes em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, além de dois polos no Japão. Todos eles mantêm o padrão de qualidade estrutural e de atendimento aos alunos exigidos pela Cruzeiro do Sul Virtual.

Ensino básico – A criação do Colégio Cruzeiro do Sul, em 1965, iniciou a jornada do nosso grupo na transformação de vidas por meio da educação de qualidade. Atualmente, além da Instituição que deu origem ao grupo, outros quatro colégios compõem a Cruzeiro do Sul Educacional, atuando desde a Educação Infantil ao Ensino Médio.

Todos oferecem um modelo de ensino diferenciado, atendendo às características de cada região, propiciando o desenvolvimento das competências necessárias para que os alunos façam suas escolhas de forma a se tornarem cidadãos conscientes, responsáveis e colaborativos com a sociedade em que vivem.

Estrutura societária

Posição acionária de 31 de dezembro de 2025

Acionistas	31/12/2025		31/12/2024	
	Ações	% Part.	Ações	% Part.
Archy LLC	132.707.280	36,40%	132.707.280	36,40%
D2HFP - Fundo de Investimento Financeiro em Ações	85.679.880	23,50%	85.679.880	23,50%
Gama 1 FIA	42.839.940	11,75%	42.839.940	11,75%
Redmond FIA	42.839.940	11,75%	42.839.940	11,75%
Government of Singapore	15.300.000	4,20%	15.300.000	4,20%
Ações em circulação	45.175.512	12,40%	45.175.512	12,40%
	364.542.552	100,00%	364.542.552	100,00%

Desempenho operacional e financeiro

Desempenho operacional

Base de alunos

Base de alunos (em milhares)	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	% Var. 25/24
Ensino Presencial	165	159	3,9%
Ensino Digital	407	367	10,8%
Total	572	526	8,7%

Encerramos o ano com um aumento do ensino Presencial e continuidade na expansão do ensino Digital, com um crescimento de 3,9% na base de alunos do Presencial e de 10,8% na base do Digital. Isso viabilizou um crescimento de 8,7% da nossa base total de alunos, em comparação ao mesmo período de 2024.

Financiamento estudantil

Financiamentos estudantis (em milhares)	4T25	4T24	Var.% 25/24
Base de alunos graduação total	537,8	490,9	9,5%
Alunos CREDUCSUL (sistema próprio)	-	0,1	-100,0%
% de alunos CREDUCSUL	0,0%	0,0%	-0,0 pp
Alunos FIES (sistema público)	1,5	1,6	-4,7%
% de alunos FIES	0,3%	0,3%	-0,0 pp
Alunos PRAVALER (sistema parceiro)	9,2	12,2	-24,3%
% de alunos PRAVALER	1,7%	2,5%	-0,8 pp
Total de alunos com financiamento	10,8	13,9	-22,6%
% de alunos com financiamento	2,0%	2,8%	-0,8 pp

A Cruzeiro do Sul encerrou o 4T25 com 2,0% de alunos da graduação com financiamento estudantil (CREDUCSUL, FIES e PRAVALER), em comparação a 2,8% no 4T24.

Desempenho Financeiro

Demonstração dos resultados consolidados da Cruzeiro do Sul Educacional

Demonstração dos Resultados	4T25	4T24	Var.%	2025	2024	Var.%
			25/24			25/24
Receita líquida	749.091	662.721	13,0%	2.836.184	2.568.352	10,4%
Custo dos serviços prestados	(396.602)	(357.660)	10,9%	(1.391.488)	(1.317.230)	5,6%
Lucro bruto	352.489	305.061	15,5%	1.444.696	1.251.122	15,5%
Margem bruta	47,06%	46,03%	1,0 pp	50,94%	48,71%	2,2 pp
Receitas (Despesas) operacionais	(273.949)	(234.297)	16,9%	(833.471)	(781.207)	6,7%
Despesas gerais e administrativas	(178.181)	(128.653)	38,5%	(603.993)	(512.387)	17,9%
Depreciação e amortização	(35.764)	(32.676)	9,5%	(134.816)	(128.083)	5,3%
PECLD (Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa)	(69.482)	(83.596)	-16,9%	(127.425)	(172.492)	-26,1%
Outras receitas operacionais, líquidas	9.478	10.628	-10,8%	32.763	31.755	3,2%
Lucro operacional	78.540	70.764	11,0%	611.225	469.915	30,1%
Margem operacional	10,5%	10,7%	-0,2 pp	21,6%	18,3%	3,3 pp
(+) Depreciação e amortização ¹	(69.226)	(64.652)	7,1%	(266.553)	(254.123)	4,9%
EBITDA	147.766	135.416	9,1%	877.778	724.038	21,2%
Margem EBITDA	19,7%	20,4%	-0,7 pp	30,9%	28,2%	2,9 pp
(+) Itens não recorrentes ²	356	26.854	-98,7%	1.153	42.222	-97,3%
EBITDA ajustado	148.122	162.270	-8,7%	878.931	766.260	14,7%
Margem EBITDA ajustado	19,8%	24,5%	-4,7 pp	31,0%	29,8%	1,1 pp
Resultado financeiro líquido	(63.679)	(80.753)	-21,1%	(324.206)	(323.195)	0,3%
Receitas financeiras	34.490	19.974	72,7%	113.961	75.896	50,2%
Despesas financeiras	(98.169)	(100.727)	-2,5%	(438.167)	(399.091)	9,8%
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	14.861	(9.989)	-249%	287.019	146.720	95,6%
Imposto de renda e contribuição social	19.681	196	9941,3%	9.847	(2.414)	n.a.
Lucro líquido (Prejuízo)	34.542	(9.793)	-452,7%	296.866	144.306	#####
Margem líquida	4,6%	-1,5%	6,1 pp	10,5%	5,6%	4,8 pp
(+) Itens não recorrentes pós EBITDA ³	(14.129)	-		(14.129)	-	
Lucro líquido ajustado	20.769	17.061	21,7%	283.890	186.528	52,2%
Margem líquida ajustado	2,8%	2,6%	0,2 pp	10,0%	7,3%	2,7 pp

¹ No montante de "Depreciação e amortização", considerado para fins de EBITDA (R\$69.226 mil no 4T25 e R\$64.652 mil no 4T24; R\$266.553 mil em 2025 e R\$254.123 mil em 2024), constam, além dos valores dessa rubrica no grupo de "(Despesas) e receitas operacionais" (R\$35.764 mil no 4T25 e R\$32.676 mil no 4T24; R\$134.816 mil em 2025 e R\$128.083 mil em 2024), os efeitos de depreciação de direito de uso, alocados nas demonstrações dos resultados estão alocados no grupo de "Custos dos serviços prestados" (R\$33.462 mil no 4T25 e R\$31.976 mil no 4T24; R\$131.737 mil em 2025 e R\$126.040 mil em 2024).

² Itens não recorrentes: Gastos com projetos, Gastos com M&As e Atualização nas estimativas de inadimplência.

³ Itens não recorrentes pós EBITDA: Baixa de IR/CS diferido indevido sobre reavaliação de imóveis.

Receita líquida

A Companhia encerrou ano de 2025 com uma receita líquida de R\$ 2.836,2 milhões, o que representa um aumento de 10,4% em comparação com o mesmo exercício do ano anterior, como reflexo do aumento da base de alunos consolidada (+8,7% vs. o 4T24).

Custo dos serviços prestados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os custos dos serviços prestados da Companhia aumentaram 5,6% ou R\$74,3 milhões, passando de R\$1.317,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, para R\$1.391,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Aumento está relacionado a expansão do Digital, que influencia no aumento do custo com repasse aos polos (+20% vs. 2024). Ademais, a Companhia aumentou a eficiência operacional sobre seu

principal custo (Pessoal), ficando 2,8 p.p. abaixo do mesmo exercício do ano anterior, quando analisado como percentual da receita líquida.

Lucro bruto e margem bruta

O Lucro Bruto do ano totalizou R\$ 1.444,7 milhões, representando um crescimento de 15,5% em relação ao mesmo exercício do ano anterior, com margem bruta de 50,9% — um aumento de 2,2 p.p. em comparação com 2024. Essa expansão de margem reflete principalmente as iniciativas de eficiência operacional, sem impactar as entregas, somado à contribuição do crescimento da base nos cursos de Medicina e Digital.

Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As despesas com provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa da Companhia reduziram 26,1%, saindo de R\$172,5 milhões do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 para R\$127,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Essa redução está relacionada com a evolução do nosso modelo de cobrança e à projetos específicos realizados ao longo de 2025.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas revisitaram os percentuais de perdas por faixa de vencimento. Não houve variação estatisticamente relevantes nos percentuais de perdas comparado com exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os resultados permaneceram consistentes com o histórico e com as premissas da matriz de provisão. Assim, para 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve os percentuais de perda, uma vez que as análises quantitativas e qualitativas não apontaram deterioração no risco de crédito.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram 17,9%, atingindo R\$ 604,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação com R\$512,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento é resultado, principalmente, do avanço de projetos voltados à área da tecnologia passando de “capex” para “opex” (R\$ 11,3 milhões) e pelo aumento pontual nas despesas com consultorias ao longo do ano no montante de R\$ 12,6 milhões, em virtude da ativação de pagamentos de success fee relacionados às consultorias que vêm apoiando a evolução do nosso modelo de cobrança e projetos específicos com foco em eficiência.

EBITDA ajustado

EBITDA Ajustado (em milhares de reais, exceto %)	4T25	4T24	Var.% 25/24	2025	2024	Var.% 25/24
EBITDA	147.766	135.416	9,1%	877.778	724.038	21,2%
Margem EBITDA	19,7%	20,4%	-0,7 pp	30,9%	28,2%	2,8 pp
(+) Atualização das estimativas de inadimplência (<i>one-off</i>)	-	20.078	-100,0%	-	20.078	-100,0%
(+) Despesas com projetos e M&A	356	3.363	-89,4%	1.153	18.731	-93,8%
(-) Itens não recorrentes	356	26.854	-98,7%	1.153	42.222	-97,3%
EBITDA ajustado	148.122	162.270	(8,7%)	878.931	766.260	14,7%
Margem EBITDA ajustado	19,8%	24,5%	-4,7 pp	31,0%	29,8%	1,2 pp

O EBITDA Ajustado em 2025 totalizou R\$ 878,9 milhões, representando uma expansão de 14,7% em relação a 2024, com margem EBITDA Ajustada de 31,0%. A expansão em 1,2 p.p. na margem

EBITDA ajustada do exercício é resultado do avanço em 2,2 p.p. na margem bruta e da redução da PECLD de 26,1%, reflexo da melhoria nas ações de crédito e cobrança implementadas ao longo dos últimos trimestres e da melhora de eficiência nos gastos com marketing no período.

Resultado financeiro

Receita financeira

As receitas financeiras apresentaram aumento de 50,2%, passando de R\$75,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$114,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Esse aumento deve-se substancialmente ao maior rendimento de aplicações financeiras devido ao aumento do saldo de caixa investido em 2025 comparado com 2024.

Despesa financeira

As despesas financeiras apresentaram um aumento de 9,8%, passando de R\$399,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, para R\$438,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, ocasionado pelo aumento nos encargos financeiros sobre as debêntures (três novas emissões de debêntures pela Controladora em 2025).

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social da Companhia apresentou uma melhora de R\$ 12,3 milhões, devido à baixa do saldo de IR/CS diferido sobre reavaliação de imóvel.

Lucro líquido ajustado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o lucro líquido ajustado foi de R\$ 283,9 milhões, valor 52,2% acima do registrado em 2024, com margem de 10,0% (+2,7 p.p. vs. 2024), como resultado da expansão do EBITDA no exercício.

Balanço patrimonial

Balanço Patrimonial (em milhares de reais, exceto %)	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	Var.% 25/24
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	808.247	555.331	45,5%
Contas a receber	204.074	191.012	6,8%
Tributos a recuperar	19.396	12.594	54,0%
Outros créditos	44.279	88.582	-50,0%
Total do ativo circulante	1.075.996	847.519	27,0%
Não circulante			
Contas a receber	56.998	28.692	98,7%
Depósitos judiciais	19.375	24.933	-22,3%
Tributos a recuperar	2.192	-	100,0%
Outros créditos	40.785	27.425	48,7%
Tributos diferidos	120.251	114.345	5,2%
Investimentos	44	146	-69,9%
Imobilizado, líquido	581.125	585.068	-0,7%
Direito de uso	907.740	1.002.601	-9,5%
Intangível, líquido	1.926.105	1.938.758	-0,7%
Total do ativo não circulante	3.654.615	3.721.968	-1,8%
Total do ativo	4.730.611	4.569.487	3,5%

Balanço Patrimonial (em milhares de reais, exceto %)	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	Var.% 25/24
Passivo			
Circulante			
Debêntures	129.437	172.311	-24,9%
Fornecedores	120.150	80.765	48,8%
Obrigações com partes relacionadas	3.905	3.421	14,1%
Obrigações trabalhistas	141.263	121.815	16,0%
Obrigações tributárias	72.781	63.221	15,1%
Adiantamentos de clientes	63.215	72.805	-13,2%
Passivo de arrendamento	149.215	128.610	16,0%
Obrigações por aquisição de participações societárias	17.192	260.887	-93,4%
Receita diferida	722	722	0,0%
Outras contas a pagar	7.557	7.605	-0,6%
Total do passivo circulante	705.437	912.162	-22,7%
Não circulante			
Debêntures	1.235.078	851.097	45,1%
Obrigações trabalhistas	6.049	3.159	91,5%
Obrigações tributárias	91.082	105.625	-13,8%
Tributos diferidos	-	14.897	-100,0%
Provisão para demandas judiciais	59.742	56.291	6,1%
Passivo de arrendamento	1.001.390	1.098.008	-8,8%
Obrigações por aquisição de participações societárias	31.891	45.078	-29,3%
Receita diferida	7.341	8.063	-9,0%
Outras contas a pagar	1.946	4.318	-54,9%
Total do passivo não circulante	2.434.519	2.186.536	11,3%
Patrimônio líquido			
Capital social	1.203.576	1.203.576	0,0%
Reserva de capital	102.993	102.993	0,0%
Reserva de lucros	284.086	87.220	73,0%
Total do patrimônio líquido	1.590.655	1.470.789	8,1%
Total do passivo e patrimônio líquido	4.730.611	4.569.487	3,5%

Contas a receber e prazo médio de recebimento

Evolução de contas e prazo médio a receber (em milhares de reais, exceto %)	2025	2024
Mensalidades	269.492	258.696
Crédito universitário	138.438	115.088
Acordos em andamento	86.679	65.863
Cartões a receber	24.326	17.707
FIES a receber	8.846	14.945
Outras contas a receber	134	389
Contas a receber bruto	527.915	472.688
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(244.629)	(234.726)
Ajuste a valor presente	(22.214)	(18.258)
Contas a receber líquido	261.072	219.704
Receita líquida	2.836.184	2.568.352
Prazo médio de recebimento líquido¹	34	31

¹ PMR UDM: Contas a Receber/Receita Líquida dos últimos 12 meses*365

O prazo médio de recebimento encerrou 2025 em 34 dias, ante 31 dias no mesmo período do ano anterior. A variação de 3 dias reflete, principalmente, o maior volume de acordos em andamento, resultante das iniciativas de regularização e cobrança conduzidas ao longo do ano. Adicionalmente, contribuiu para a evolução do indicador a maior penetração do crédito universitário (Pravaler), especialmente entre alunos de Medicina, onde o risco de crédito é do operador financeiro, influenciando a composição do mix de recebíveis no período.

Dívida bruta e dívida líquida

(em milhares de reais, exceto %)	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	Var.% 25/24
Debêntures	1.364.515	1.023.408	33,3%
Aquisições	49.083	305.965	-84,0%
(=) Dívida bruta	1.413.598	1.329.373	6,3%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(808.247)	(555.331)	45,5%
(=) Dívida líquida	605.351	774.042	-21,8%

A Companhia encerrou 2025 com uma Dívida Líquida no valor de R\$ 605,4 milhões, em comparação a R\$ 774,0 milhões no ano anterior, representando uma queda de 21,8%. A geração de caixa do exercício foi o principal fator que influenciou esta redução.

Investimentos (Capex)

Os investimentos em 2025 foram de aproximadamente R\$118,7 milhões, destinados, principalmente, a infraestrutura de nossas unidades e projetos de tecnologia, visando evolução digital da Companhia.

Geração de caixa operacional

(em milhares de reais, exceto %)	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	Var. % 25/24
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	851.605	718.902	18,5%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(346.634)	(478.123)	-27,5%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(252.055)	(208.363)	21,0%
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	252.916	32.416	680,2%

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou um aumento de R\$132,7 milhões, ou 18,5%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, comparado ao mesmo período de 2024. Essa variação deu-se, principalmente, pelo crescimento operacional no exercício somado a gestão eficiente de caixa.

Principais premiações, reconhecimentos e certificações

Em 2025, a CSED foi contemplada com prêmios e certificações que ratificam os investimentos de longo prazo na tríade ensino, pesquisa e extensão – refletidos na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como de indicadores de qualidade que destacam as IES da CSED como um dos principais grupos educacionais do Brasil.

Times Higher Education World (THE)

Nossas Universidades, Universidade de Franca (UNIFRAN), Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), Universidade Cidade de São Paulo (UNICID) e Universidade Positivo (UP), tiveram menção neste ranking dentre as instituições particulares brasileiras, do grupo britânico *Times Higher Education World* (THE).

Times Higher Education LATAM

O *Latin America University Rankings 2026* utiliza a estrutura dos indicadores do *THE World University Rankings*, porém com pesos ajustados para refletir as características específicas das universidades latino-americanas. Participantes da América Latina em 2025/26: 223 instituições de 16 países ou territórios. O ranking avalia nas IES:

- Ensino (o ambiente de aprendizagem)
- Ambiente de pesquisa (volume, receita e reputação)
- Qualidade da pesquisa (força da pesquisa, excelência da pesquisa e influência da pesquisa)
- Perspectiva internacional (equipe, alunos e pesquisa)
- Indústria (rendimentos e patentes)

A UNICID aparece na lista como a 3ª IES privada no estado de São Paulo e a 6ª IES privada no Brasil, seguido da UNICSUL, em 7º lugar e da UP, em 9º lugar.

THE ODS

Classifica as melhores universidades em sustentabilidade com o *Times Higher Education Impact Rankings 2025*, com base em seu progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Participantes em 2025: 2.526 universidades de 130 países ou territórios.

Destaque para a UP que aparece em 4º lugar no Brasil, dentre as IES privadas, seguido da UNICSUL em 7º lugar, UNICID em 10º lugar e UNIFRAN, em 11º lugar.

THE Interdisciplinar de Ciências

Participantes em 2025/2026: 911 instituições de 94 países ou territórios. Reconhece as melhores universidades em ciências interdisciplinares. Este projeto, desenvolvido em parceria com a *Schmidt Science Fellows*.

A UNIFRAN surge como primeira IES Privada nesse *ranking*.

UI GreenMetric

A 15ª edição do ranking UI GreenMetric se consolida como o principal sistema global para avaliar o desempenho em sustentabilidade no ensino superior. O ranking baseia-se em uma pesquisa online sobre políticas e práticas atuais relacionadas à sustentabilidade, com foco em áreas como mudanças climáticas, energia limpa, conservação da água, reciclagem, transporte sustentável e educação. Participantes em 2024: 1477 (IES) instituições de 105 países.

- UNIPÊ – o melhor ranking de uma IES privada do Nordeste.
- 8 Novas IES nesse ranking, totalizando 9 IES do Grupo Cruzeiro do Sul entre as 60 IES avaliadas no Brasil (geral).

Classificação Mundial	Classificação País	Instituição de ensino superior
925	28	Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ
1127	33	Universidade Positivo - UP
1416	42	Universidade Cidade de São Paulo - UNICID
1518	46	Centro Universitário do Distrito Federal – UDF
1590	50	Centro Universitário Módulo
1650	55	Centro Universitário FSG
1672	56	Universidade Braz Cubas
1692	59	Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL
1737	60	Centro Universitário Cesuca

SCImago Institutions Rankings (SIR)

Uma de nossas universidades foi classificada no ranking que avalia as instituições de ensino, bem como as evidências de seus desempenhos em pesquisa, inovação e impacto social. A Universidade Positivo (UP) se posicionou entre as melhores da América Latina.

IES	Geral	Brasil (IES)
UP	8744	405

Ranking Web of Universities (webometrics)

O *Ranking Web of Universities* publicado em 2025 com dados de acesso público das universidades. A última edição inclui 9.756 instituições de ensino superior de todo o mundo. O *ranking* se baseia em indicadores bibliométricos. Os resultados das instituições de ensino da CSED foram:

IES	Rank
Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL	2345
Universidade Positivo – UP	2357
Universidade Cidade de São Paulo – UNICID	2360
Universidade de Franca – UMIFRAN	2853
Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ	3508
Centro Universitário da Serra Gaúcha – FSG	3603
Centro Universitário do Distrito Federal – UDF	3713
Centro Universitário Braz Cubas	3742
Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio – CEUNSP	4394
Centro Universitário Módulo	4970
Centro Universitário CESUCA	5068

Uniranks

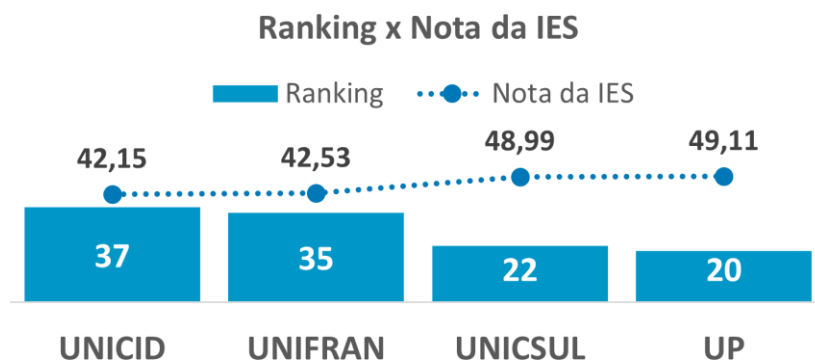
O UNIRANKS é uma plataforma de classificação de universidades que avalia instituições de ensino superior com foco em transparência, dados centrados no aluno e uma abordagem 360 graus. Diferente de rankings focados apenas em pesquisa, o UNIRANKS utiliza uma metodologia "Open-Rank" baseada em dez pilares principais. Participantes em 2025: 37.416 registros de universidades globalmente. Destas, 14.339 universidades foram verificadas e oficialmente classificadas.

IES	Classificação	Pontuação
UNICSUL	2.826	60,78
UNICID	5.053	46,99
UNIFRAN	6.364	41,85
UP	3.304	57,82
UDF	8.874	34,70
CEUNSP	12.997	26,87
UNIPÊ	11.653	29,40
FSG	13.403	26,14
BRAZ CUBAS	11.360	29,98

RUF (Folha)

O Ranking Universitário Folha – RUF é uma avaliação do ensino superior realizada anualmente e publicada sempre no mês de setembro. A metodologia é inspirada em rankings internacionais de universidades e conta com cerca de 400 referências para revisão de literatura de avaliação de ensino superior. Participantes em 2025: 195 IES.

Os dados que fazem parte dos indicadores de avaliação do RUF são coletados por uma equipe da folha em bases do Censo da Educação Superior Inep – MEC, Enade, Inpi, SciELO, em agências de estímulo à ciência e em pesquisas nacionais exclusivas realizadas pelo Datafolha.



Ranking de IES Empreendedoras

O *Ranking* de IES Empreendedoras, organizado pela Brasil Júnior, é a principal referência no Brasil para avaliar instituições de ensino superior (IES) em empreendedorismo e inovação. Participantes em 2024: 1477 (IES) instituições de 105 países.

IES	Cultura empreendedora	Inovação	Extensão	Internacionalização	Infraestrutura	Capital financeiro	Ranking geral
UNIFRAN	8º	79º	81º	82º	22º	57º	54º

Santander TOP Espanha

Alunos da CEUSCA, UP, UNICID, UNICSUL, UDF e UNIFRAN foram contemplados com a Bolsa Santander TOP Espanha, para um intercâmbio de três semanas na Universidade de Salamanca, na Espanha, com todos os custos pagos.

AD Scientific Index

O *AD Scientific Index (Alper-Doger Scientific Index)* é um sistema de classificação que avalia o desempenho acadêmico e a produtividade de cientistas e instituições de ensino superior em todo o mundo. Diferentemente de outros *rankings* que podem focar em citações totais ao longo da carreira, o *AD Scientific Index* também considera a produtividade dos últimos cinco anos, buscando refletir o impacto mais recente da pesquisa.

Abaixo, os resultados da classificação:

IES	País	Mundo	Nº pesquisadores entre os 10% melhores	Nº pesquisadores entre os 30% melhores
BRAZ CUBAS	554	20.861	0	0
CESUCA	482	18.007	0	0
CEUNSP	521	19.412	0	0
UNICSUL	79	2.647	11	42
FSG	418	15.851	0	1
MÓDULO	483	18.010	0	1
UDF	281	10.485	0	2
UNICID	119	4.032	5	16
Unifran	88	2.989	9	29
Unipê	320	11.681	0	1
UP	137	4.687	3	21

25º Congresso Nacional de Iniciação Científica

Nossos estudantes participaram do Congresso Nacional de Iniciação Científica promovido pelo SEMESP e obtivemos alguns resultados importantes:

Em 2025, o congresso trouxe uma novidade, a premiação de três trabalhos em cada área de ambas as categorias, totalizando 19 prêmios. 4 trabalhos foram destaque nesse encontro: 2 da UNIFRAN e 2 da UNICID. Da avaliação geral, temos:

- 3 pesquisas em destaque da UNICID
- 5 pesquisas em destaque da UNIFRAN
- 3 pesquisas em destaque da CS
- 1 pesquisa em destaque da UNIPÊ
- 1 pesquisas em destaque do CEUNSP

Crescimento Orgânico da Companhia

Regulação

Indicadores de qualidade

Nos últimos anos, a Companhia consolidou de forma expressiva sua estratégia de crescimento orgânico e o fortalecimento dos indicadores de qualidade acadêmica. O ano foi marcado pela expansão do portfólio de cursos, pela manutenção de sólidos conceitos institucionais e pela conquista de notas de excelência nas avaliações do Ministério da Educação - MEC.

Em 2025, a CSED avançou de maneira consistente, com importantes ampliações:

- ✓ Início de 6 novos cursos presenciais
- ✓ Oferta de 302 novos cursos semipresenciais, autorizados dentro do contexto do Novo Marco Regulatório

No total, um portfólio robusto composto por 1.328 cursos superiores de graduação ativos, distribuídos e ofertados nos seguintes formatos:

- ✓ 558 cursos presenciais
- ✓ 302 cursos semipresenciais
- ✓ 468 cursos EAD

Esse movimento reforça a relevância do Grupo como um dos maiores ecossistemas educacionais do país, com atuação diversificada e alinhada às demandas regulatórias e de mercado.

Destaques nas avaliações e nos indicadores de qualidade do MEC

IGC – Índice Geral de Cursos

Embora os resultados do IGC de 2024 e 2025 ainda não tenham sido publicados pelo MEC, o ciclo mais recente disponível (2023) demonstra a consistência e a qualidade da atuação institucional:

- IGC 4 conquistado pelas instituições CESUCA e FSG Bento Gonçalves, comprovando o desempenho acadêmico acima da média nacional.
- Demais instituições da CSED com IGC 3 - conceito considerado satisfatório pelo MEC.

Esse resultado reafirma a solidez acadêmica e a eficácia dos processos de governança educacional.

Conceito Preliminar de Curso -CPC

No ciclo de 2023, 85,4% dos cursos superiores da CSED obtiveram CPC satisfatório - conceitos 3, 4 ou 5.

Os resultados de 2024 ainda aguardam publicação devido a ajustes no cronograma do MEC.

Conceito de Curso - CC

Em 2025, foram realizados 121 processos de avaliação pelo Ministério da Educação e os resultados

foram amplamente positivos, reforçando a qualidade e a excelência acadêmica:

- 90,9% dos cursos alcançaram CC 4 ou 5 - faixas consideradas de excelência.
- O curso de Medicina ofertado pelas IES relacionadas a seguir, obtiveram a Renovação de Reconhecimento com Conceito Máximo - 5:

- ✓ POSITIVO
- ✓ UNICID
- ✓ UNIFRAN
- ✓ UNIPÊ

Esses resultados reforçam a qualidade pedagógica, a infraestrutura diferenciada e a solidez dos processos acadêmicos.

Quanto ao Recredenciamento Institucional, os processos protocolados no MEC tiveram sua vigência prorrogada até o Calendário Regulatório de 2027, conforme as regras de transição estabelecidas pelo novo marco regulatório da educação superior. Essa medida garante segurança jurídica e estabilidade operacional às instituições.

A CSED mantém compromisso com a avaliação e melhoria contínua de todos os seus processos, além de um acompanhamento sistemático e rigoroso de todos os indicadores internos e externos de qualidade, assegurando:

- Excelência acadêmica consistente
- Evolução permanente dos cursos ofertados
- Instituições de Ensino com padrões diferenciados em sua infraestrutura
- Adequação aos melhores padrões regulatórios do país

Todos os resultados conquistados junto ao MEC refletem nossa missão de ofertar educação de alto impacto, alinhada aos referenciais do MEC e às expectativas da sociedade, trazendo o aluno e o docente ao centro do nosso propósito.

Pesquisa e desenvolvimento

Reconhecidos por sua excelência na produção científica, os docentes pesquisadores das IES da CSED atuam de forma integrada na pós-graduação stricto sensu e na graduação, desenvolvendo pesquisas de alta qualidade e orientando dissertações, teses e projetos acadêmicos e participando ativamente de ações de extensão. Essa estrutura consolida um ecossistema de ensino, pesquisa e inovação capaz de formar profissionais altamente qualificados, cidadãos socialmente responsáveis e lideranças preparadas para atuar em contextos globais complexos. Trata-se de um modelo acadêmico que gera impacto direto na reputação institucional, na atração de talentos e na valorização da marca educacional.

A presença de professores pesquisadores em sala de aula garante aos estudantes acesso contínuo a conhecimento atualizado, baseado em evidências científicas e em práticas de investigação de ponta. Esse diferencial eleva a qualidade da formação, fortalece o pensamento crítico e cria um ambiente propício à inovação. A inserção precoce de estudantes da graduação em projetos de iniciação científica e desenvolvimento tecnológico amplia a retenção de talentos, estimula vocações acadêmicas e contribui para a formação de profissionais com perfil analítico, criativo e empreendedor, competências altamente valorizadas pelo mercado de trabalho.

Os discentes, tanto da graduação quanto da pós-graduação, participam regularmente de seminários acadêmicos, grupos de pesquisa e eventos científicos nacionais e internacionais. Essa dinâmica consolida uma cultura institucional orientada por excelência, colaboração interdisciplinar e internacionalização, e prepara os estudantes para ambientes profissionais competitivos e para cadeias globais de produção de conhecimento e inovação.

O impacto internacional dos programas, fortemente alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, tem gerado reconhecimento global e fortalecido a posição das IES da CSED em *rankings* internacionais de referência, como *THE Impact Rankings*, *THE Latin America Rankings*, *RUF* e *Green Metrics*, entre outros. Esse desempenho traduz-se em ativos reputacionais estratégicos, ampliando visibilidade institucional, capacidade de captação de parcerias e posicionamento competitivo no setor educacional.

A relevância das pesquisas desenvolvidas impulsiona a formação de parcerias nacionais e internacionais de alto nível, e possibilita mobilidade acadêmica, cooperação científica e transferência de conhecimento. Essas conexões ampliam o acesso a redes globais de inovação, fortalecem a empregabilidade dos egressos e geram resultados positivos para o ecossistema produtivo, tecnológico e social. Para investidores, esse ambiente representa um ativo intangível de alto valor: combina geração contínua de conhecimento, fortalecimento da marca institucional, impacto social mensurável e potencial de inovação com retorno reputacional e estratégico de longo prazo.

Esse ambiente favorece de forma consistente a captação de recursos externos por meio de agências de fomento, fundos de inovação e contratos de pesquisa aplicada com empresas, ampliando a sustentabilidade financeira dos programas e fortalecendo a conexão direta entre universidade e setor produtivo.

Temas de relevância como agricultura, saúde, biotecnologia e energias são constantemente abordados em nossas pesquisas.

Conheça algumas das atividades desenvolvidas pelos docentes dos programas de pós-graduação *stricto sensu* – mestrado e doutorado – do Grupo Cruzeiro do Sul em 2025:

- PIBPG/CNPq 2026: todas as solicitações de bolsas do grupo aprovadas preliminarmente (R\$ 1.038.777,60), reforçando fomento à pós-graduação.

Rankings internacionais:

- UNIFRAN no *Interdisciplinary Science Rankings* 2026 (faixa 600–800) e melhor privada do Brasil no indicador; UP e Cruzeiro do Sul com “dados reportados”.
- Unicid, Cruzeiro do Sul, Unifran e UP classificadas no *THE Latin America* 2026 (Unicid 101–125; as demais 151+).
- 9 IES no *UI GreenMetric* 2025; UNIPÊ é destaque do grupo e melhor privada do Nordeste, com avanço significativo na posição.

Grandes projetos FAPESP & cooperação internacional:

- Projeto Temático FAPESP (Interdisciplinar em Ciências da Saúde/PMESP): biomarcadores, intervenção multidisciplinar (6 meses) e diretrizes de políticas públicas para forças de segurança.
- FAPESP + NHMRC (Austrália): adaptação/implementação de programa digital de exercícios no SUS para idosos (parceria UNICID–Univ. de Sydney), com potencial de escala nacional.

- Acesso estratégico à informação científica: UNICID habilita Portal de Periódicos CAPES via PADICT (resultado da nota 5 CAPES nos PPGs), ampliando suporte à pesquisa.
- Inovação clínica e visibilidade midiática: tele cirurgia robótica pioneira na América Latina (UP), abrindo novas parcerias com Cruz Vermelha e governo estadual.

Internacionalização (mobilidade e redes):

- Bolsas sanduíche e estágios internacionais (Turquia/Odonto; Portugal/Projeto WAGE; Chile – doutoranda ICS; várias cotas aprovadas).
- Cotutela e dupla titulação (Unifran–Univ. Pública de Navarra), com produção científica associada.
- Integração à Cátedra Brasil–Espanha (UDF) e participação em clusters/governanças de inovação regionais (ex.: Vale do Pinhão – UP).

Excelência científica e reputação:

- UNICID entre as 3 universidades mais influentes do mundo em pesquisa sobre dor lombar; prof. Leonardo Costa no topo de publicações da área.
- Pesquisadores do grupo ranqueados entre os Top 2% Stanford (ex.: Pedro H. R. S. Moraes – UNICID).

Integração e capilaridade da pós:

- ENIC (Cruzeiro do Sul + UNICID), CONIC com trabalhos premiados (Unifran e UNICID), e I Encontro de Integração dos PPGOs (Cruzeiro do Sul + UP) fortalecendo ecossistema Stricto Sensu.
- Disciplina de PG aberta a todo o grupo (Biologia Molecular/Unifran) e curso de escrita científica com a ACS Publications.

Projetos com impacto social e ambiental:

- Banco de doadores de sangue para pets (Unifran) – resposta a lacuna regional e formação prática em transfusão veterinária.
- Pesquisas agro/ambientais com potencial de transferência (nanogéis para sementes; aproveitamento sustentável de sementes de lichia; políticas ambientais e governança no PR).
- Estratégias sustentáveis de manejo de pragas no cafeeiro, integrando controle biológico, ecologia química e avaliação dos impactos das mudanças climáticas sobre herbívoros e seus inimigos naturais.

Item	Total
Grupos de pesquisa científica e tecnológica certificados pelo CNPq	155
Professores/pesquisadores bolsistas produtividade CNPq	42
Professores/pesquisadores entre os melhores e mais influentes cientistas (<i>AD Scientific Index</i> - Top 10.000 mundo)	1
Professores/pesquisadores entre os melhores e mais influentes cientistas (<i>AD Scientific Index</i> - Top 10.000 Brasil)	36

Foram publicados 3.461 trabalhos científicos em periódicos nacionais e internacionais no último quadriênio (2021 – 2024).

Pós-graduação: formação de excelência

Temos o orgulho de promover a formação e a qualificação de profissionais, cientistas e professores que passam pelos nossos cursos de pós-graduação e se tornam multiplicadores na geração de conhecimento em outras instituições de ensino superior dentro e fora do Brasil, bem como no setor privado. Os professores pesquisadores da Cruzeiro do Sul Educacional formaram, em 2025, um total de 130 mestres e 44 doutores. Apresentamos, a seguir, os dados por instituição.

Instituição de ensino	Mestres titulados	Doutores titulados
Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ)	15	-
Centro Universitário do Distrito Federal (UDF)	19	-
Universidade Cidade de São Paulo (UNICID)	2	-
Universidade Cruzeiro do Sul	18	7
Universidade de Franca (UNIFRAN)	54	26
Universidade Positivo (UP)	22	11
Total	130	44

Governança corporativa

Desde a abertura de capital da Companhia, em 2021, as famílias fundadoras atuam de forma estratégica na governança, com participação no Conselho de Administração e em seus Comitês de Assessoramento. O Conselho reúne-se trimestralmente e, sempre que necessário, de forma extraordinária, entre seus membros, com a Diretoria ou com os Comitês de Assessoramento, assegurando a preservação dos valores que norteiam os negócios e sustentam a trajetória de crescimento da Companhia.

Com foco no aprimoramento contínuo da governança e da eficiência operacional, a Companhia está organizada em três unidades de negócios: Presencial, Digital e Saúde. Adicionalmente, conta com uma Vice-Presidência de Excelência Acadêmica e Relações Institucionais. Esse modelo de gestão, baseado em lideranças especializadas, contribui para maior agilidade na tomada de decisões e para o atendimento às demandas do mercado e dos clientes.

Em 16 de janeiro de 2025, o Conselho de Administração elegeu, de forma interina, o Sr. Renato Padovese para o cargo de Diretor Presidente. O novo Diretor Presidente é membro do Conselho de Administração, integra uma das famílias fundadoras e possui mais de três décadas de atuação na instituição, tendo exercido anteriormente a função de Codiretor Presidente em 2021.

No mesmo exercício, o Conselho de Administração, como responsável por definir os valores e princípios éticos da Companhia e por zelar pela transparência nas relações com stakeholders, reforçou a estrutura de governança da Companhia por meio do fortalecimento da área de Compliance, que passou a se reportar diretamente ao Comitê de Auditoria Estatutário. Adicionalmente, foi instituída uma Secretaria de Governança Corporativa independente, com reporte direto ao Conselho, ampliando a transparência e o alinhamento às melhores práticas de governança corporativa.

A composição do Conselho de Administração, de seus Comitês e da Diretoria é baseada na indicação de profissionais qualificados, com experiência técnica, profissional e acadêmica comprovada, em alinhamento à Missão, Visão, Valores e Cultura da Companhia. O processo de indicação considera critérios como complementaridade de competências, formação acadêmica,

disponibilidade e diversidade.

Há também processo de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, dos seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria, conforme previsão do item 7.1 do Formulário de Referência da Companhia. As avaliações abrangem tanto a avaliação do órgão quanto a avaliação individual. Utilizamos avaliações objetivas e subjetivas: a primeira pode resultar do cumprimento de metas anuais e a segunda é realizada por superiores, pares e/ou subordinados, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Essas avaliações ocorrem anualmente e, de acordo com os resultados, são implementados planos de ação para aprimorar o funcionamento dos órgãos.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia pode ser composto por, no mínimo, 9 (nove) e, no máximo, 11 (onze) membros efetivos, sendo 1 (um) designado como Presidente do Conselho de Administração e os demais como Conselheiros. Todos são eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral, com mandatos unificados de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, conforme o atual Estatuto Social da Companhia. Atualmente, é composto por 9 (nove) Conselheiros, dos quais 3 (três) são Conselheiros Independentes, representando 33% de sua composição.

Dos membros do Conselho, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, devem ser Conselheiros Independentes, de acordo com os critérios e requisitos estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado. O órgão se reúne, ordinariamente, dez vezes ao ano e, extraordinariamente, sempre que os negócios e interesses sociais da Companhia assim o exigirem, com o suporte da diretoria e dos comitês da Companhia.

O Conselho tem como atribuições definir o direcionamento estratégico da Companhia para o curto, médio e longo prazos, estabelecer Missão, Visão e Valores, aprovar políticas corporativas e zelar pela ética e transparência nas relações com os acionistas e demais stakeholders. Além disso, supervisiona a gestão de riscos e fiscaliza a conformidade com normas regulatórias, promovendo boas práticas de governança.

Para seu assessoramento, o Conselho dispõe do Comitê de Auditoria Estatutário e tem a prerrogativa de criar Comitês de Assessoramento para analisar e se manifestar sobre quaisquer assuntos, sempre no intuito de assessorá-lo em suas atribuições. O Conselho conta ainda com os comitês de Finanças e M&A e de Pessoas.

Comitê de Auditoria Estatutário

Órgão de assessoramento, estatutário, diretamente vinculado ao Conselho de Administração, pode ser composto por até cinco membros efetivos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração para mandatos unificados de dois anos, sendo permitida a reeleição. É composto atualmente por dois Conselheiros independentes e um membro externo (Coordenadora). O Comitê de Auditoria se reúne ordinariamente uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, tendo como principais responsabilidades:

- Opinar sobre a contratação de auditoria independente;
- Supervisionar as atividades dos Auditores Independentes;
- Coordenar e supervisionar as atividades da Auditoria Interna;
- Monitorar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras;
- Avaliar e monitorar as exposições a risco da Companhia;

- Supervisionar a qualidade dos controles internos;
- Acompanhar e monitorar o canal de denúncias e os processos correlatos;
- Avaliar e monitorar as transações com partes relacionadas; e
- Reportar ao Conselho suas atividades, resultados, conclusões e recomendações encaminhadas à Administração.

Comitê de Finanças e M&A

Órgão de assessoramento, não estatutário, diretamente vinculado ao Conselho de Administração, pode ser composto por até cinco membros efetivos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração para mandatos unificados de dois anos, sendo permitida a reeleição. É composto atualmente por três Conselheiros e um membro externo (Coordenador), sendo responsável por supervisionar, analisar e opinar sobre operações e demais assuntos de natureza financeira e relativos ao mercado de capitais, além de acompanhar o planejamento e a gestão financeira interna da Companhia. Outras atribuições incluem:

- Assessoria ao Conselho de Administração sobre o acompanhamento e a recomendação de aprovação de operações de combinação de negócios, das políticas financeiras internas (incluindo hedge e limites de crédito das aplicações de caixa), bem como dos descasamentos de moedas e do índice de endividamento (alavancagem);
- Análise de proposta orçamentária anual e plurianual da Diretoria a ser aprovada pelo Conselho de Administração e outras propostas; e
- Acompanhamento do planejamento financeiro e do fluxo de caixa de curto, médio e longo prazo.

Comitê de Pessoas

Órgão de assessoramento, não estatutário, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, pode ser formado por até cinco membros efetivos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração para mandatos unificados de dois anos, sendo permitida a reeleição. É composto atualmente por dois Conselheiros e um membro externo (Coordenadora). Tem por objetivo analisar e opinar sobre os assuntos relacionados ao desenvolvimento de seus administradores e profissionais, além de temas como cultura e ambiente de trabalho e processos relativos à gestão de pessoas, relações sindicais e governança corporativa da Companhia. Entre outras, suas atribuições também incluem:

- Assessorar na indicação e recomendação da designação e destituição dos Administradores da Companhia;
- Coordenar o processo de seleção do Presidente e recomendar indicações ao Conselho de Administração para fins de deliberação, bem como coordenar e acompanhar o processo de sucessão do Presidente e Diretores;
- Acompanhar e recomendar estratégias, planos e painel de metas e indicadores de ESG;
- Assessorar na fixação de metas e métodos de avaliação quanto ao desenvolvimento do Presidente e seus reportes diretos, inclusive para fins de recebimento do bônus anual correspondente e ao Plano de Remuneração Variável; e
- Assessorar na deliberação das regras gerais dos planos de remuneração atualmente em vigor ou que venham a ser implementados

Comissão de Ética

A Comissão de Ética é um órgão colegiado e não estatutário, composto por representantes seniores

das diretorias da Companhia, tendo função de assistir a Gerência de Compliance e o Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia na análise de casos classificados como risco médio, avaliando relatórios de investigação, deliberando sobre medidas disciplinares alinhadas à matriz de causas e consequências e recomendando planos de ação para correção de fragilidades e mitigação de riscos. Essa instância também apoia iniciativas de cultura e integridade, reforçando a prevenção e a aderência aos padrões éticos da Companhia, revê periodicamente indicadores e resultados do Programa de Integridade e propõe melhorias contínuas, inclusive subsídios ao Comitê de Pessoas em temas de cultura e conduta.

As diretrizes formais de funcionamento, composição e competências encontram-se definidas em Regimento Interno da Comissão de Ética, cuja cópia encontra-se arquivada na sede social da Companhia.

Gestão de pessoas

Diversidade, Equidade, Inclusão e Pertencimento

Ao longo de 2025, a Cruzeiro do Sul Educacional consolidou sua Estratégia de Diversidade, Equidade, Inclusão e Pertencimento (DEIP) como um dos pilares estruturantes da agenda de Pessoas, ESG e Sustentabilidade, ampliando a maturidade da governança, fortalecendo a cultura organizacional e gerando impacto social mensurável.

A estratégia esteve fundamentada em cinco pilares de diversidade — Equidade de Gênero, Equidade Racial, Pessoas com Deficiência, Diversidade LGBTQIAPN+ e Diversidade Etária — e desdobrada por meio de quatro frentes prioritárias de atuação:

- Cultura e Sensibilização;
- Atração e Desenvolvimento de Talentos;
- Governança e Indicadores; e
- Parcerias e Engajamento.

Essa abordagem garantiu coerência entre direcionamento estratégico, execução e acompanhamento de resultados.

Em 2025, foram realizadas ações estruturadas de conscientização, incluindo campanhas institucionais, painéis, rodas de conversa, palestras e concursos culturais. Destacam-se:

- Semana da Diversidade Corporativa, realizada pela primeira vez, com 3 dias de programação, 5 temas estratégicos e mais de 813 participações;
- Campanhas de Dia Internacional das Mulheres, Orgulho LGBTQIAPN+, Consciência Negra e Diversidade Etária, com painéis que somaram:
 - +100 participações no painel de Mulheres e Liderança;
 - +368 participações em painéis de Orgulho LGBTQIAPN+;
 - +121 participações na palestra “Educação Antirracista”;

A CSED encerrou 2025 com um total de 7.682 colaboradores, sendo 3.281 do gênero masculino e 4.404 do gênero feminino, ou seja, 57% da força de trabalho é composta pelo gênero identificado e declarado como feminino.

Para atendimento ao disposto no art. 133 §6º da Lei 6.404/76, a Companhia apresenta os seguintes quadros:

(I) quantidade e proporção de mulheres contratadas por nível hierárquico;

Cargos	2025					2024				
	Feminino		Masculino		Total	Feminino		Masculino		Total
	Qtde	%	Qtde	%		Qtde	%	Qtde	%	
Acadêmico	2.519	57,0%	1.903	43,0%	4.422	2.435	55,8%	1.925	44,2%	4.360
Suporte Operacional	1.687	58,3%	1.206	41,7%	2.893	1.757	59,3%	1.205	40,7%	2.962
Liderança Operacional	167	58,0%	121	42,0%	288	135	52,5%	122	47,5%	257
Alta Gestão	31	39,2%	48	60,8%	79	40	50,6%	39	49,4%	79
Total	4.404	57,3%	3.278	42,7%	7.682	4.367	57,0%	3.291	43,0%	7.658

(II) quantidade e proporção de mulheres que ocupam cargos na administração;

Cargos	2025					2024				
	Feminino		Masculino		Total	Feminino		Masculino		Total
	Qtde	%	Qtde	%		Qtde	%	Qtde	%	
Diretoria Estatutária	-	0,0%	3	100,0%	3	-	0,0%	3	100,0%	3
Conselho Administração	1	11,1%	8	88,9%	9	1	11,1%	8	88,9%	9
Total	1	8,3%	11	91,7%	12	1	8,3%	11	91,7%	12

(III) o demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia

Cargos	2025				2024			
	Feminino		Masculino		Feminino		Masculino	
	Fixa	Variável	Fixa	Variável	Fixa	Variável	Fixa	Variável
Acadêmico	98,9%	1,1%	98,9%	1,1%	97,9%	2,1%	97,5%	2,5%
Suporte Operacional	95,9%	4,1%	95,1%	4,9%	96,8%	3,2%	94,9%	5,1%
Liderança Operacional	91,9%	8,1%	93,0%	7,0%	94,0%	6,0%	91,6%	8,4%
Alta Gestão	68,3%	31,7%	63,2%	36,8%	78,1%	21,9%	70,0%	30,0%

GPTW

A Cruzeiro do Sul Educacional em 2025 foi certificada como um Excelente Lugar para Trabalhar pelo instituto GPTW conquistando o selo. É uma iniciativa que busca entender as percepções colaboradores em relação a empresa e reconhecer aqueles que foram avaliadas como ótimos ambientes de trabalho.

Saúde e segurança

A área de Saúde e Segurança do Trabalho tem como propósito assegurar a integridade física e mental dos colaboradores, por meio da prevenção de acidentes e doenças ocupacionais e da promoção contínua de um ambiente de trabalho seguro, saudável e em conformidade com a legislação vigente.

As atividades do setor são conduzidas em alinhamento às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, incluindo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos ocupacionais presentes nas diversas unidades da Companhia. Com base nesses diagnósticos, são implementadas ações preventivas e corretivas que visam a mitigação de riscos e a melhoria

continua das condições de trabalho.

Além da gestão dos programas legais, a área atua fortemente na conscientização e capacitação dos colaboradores, disseminando boas práticas de saúde ocupacional e segurança por meio de treinamentos, campanhas internas e iniciativas que estimulam a participação ativa e o comprometimento de todos.

O fortalecimento da cultura de Saúde e Segurança é fundamental para a preservação da qualidade de vida dos colaboradores, a continuidade operacional da Companhia e o cumprimento dos requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

Ambiental, Social e Governança (ASG)

Ao integrar os pilares ASG à estratégia organizacional, a Cruzeiro do Sul reafirma seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e reconhece que a melhoria contínua é um passo essencial para assegurar que os valores ambientais, sociais e de governança estejam presentes em suas ações e práticas institucionais para gerar valor à todas as partes interessadas.

Em 2025, em evolução ao planejamento estratégico e governança ASG, a Presidência, no uso de suas competências e atribuições, aprova a criação de um Comitê para o Relatório Anual e de Sustentabilidade 2025 para apoiar a integração de áreas estratégicas da Cia e assegurar a devida transparência institucional em seu reporte.

Como parte da nossa cultura de engajamento de partes interessadas, realizamos nossa VI Semana de Responsabilidade Social e ASG realizada sob âmbito de nossas Instituições de Ensino Superior, também aberta para o público externo e em canal digital. A sexta edição reitera o compromisso de impacto social assegurando atividades com foco em promoção à saúde, bem-estar, sustentabilidade, inclusão, serviços de orientação financeira e capacitação profissional.

Este compromisso acompanha o reconhecimento de nosso ambiente acadêmico que na 15ª edição do *UI GreenMetric World University Ranking*, nove instituições do grupo Cruzeiro do Sul Educacional se destacaram entre as melhores do Brasil, consolidando nossa posição como referência em práticas sustentáveis no ensino superior.

Com um impacto sistêmico, nosso propósito ASG visa permear todas as operações, desde o uso eficiente de recursos até a promoção de valores de responsabilidade social e ética entre todas as partes interessadas, consolidando a sustentabilidade como um pilar cultural e estratégico.

Agenda Ambiental

A Cruzeiro do Sul mantém um compromisso com agenda ambiental, refletido tanto em sua gestão operacional quanto em suas atividades acadêmicas e de impacto social.

Diante do pilar de ecoeficiência, nossas unidades de negócio mantém todas as suas licenças ambientais adimplentes e atualizadas, assim como mantemos nosso compromisso com a participação no Mercado Livre de Energia, no qual consumimos fontes alternativas a concessionária local.

No âmbito acadêmico, a atuação de pesquisadores e estudantes amplia o impacto positivo da Companhia. Destacam-se pesquisas voltadas ao desenvolvimento de soluções sustentáveis para

o agronegócio, como estudos aplicados ao controle de pragas na cultura da soja, setor estratégico para a economia nacional.

Em gestão ambiental, merece destaque a certificação ABNT NBR ISO 14001 obtida pela Universidade Positivo, concedida às unidades de Curitiba, Londrina e à Fazenda Escola. A certificação reconhece a eficácia do sistema de gestão ambiental da instituição e reforça o alinhamento às melhores práticas internacionais.

As ações de extensão universitária também desempenham papel relevante na conscientização ambiental e social. Iniciativas educativas voltadas à ecologia aquática, desenvolvidas pela UNIFRAN, promovem o cuidado com a água, a biodiversidade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), por meio de materiais pedagógicos acessíveis a diferentes públicos.

Complementarmente, o Centro Universitário de João Pessoa (Unipê) passou a apoiar um projeto de reciclagem e ressocialização no sistema prisional, que transforma garrafas PET em vassouras ecológicas, unindo sustentabilidade, inclusão social e economia circular. A iniciativa fortalece o vínculo entre universidade, comunidade e setor público, gerando impacto socioambiental positivo e duradouro.

Agenda Social

Acreditamos que a educação transforma vidas e que a solidariedade potencializa esse impacto. Esse compromisso se materializa em iniciativas estruturadas de voluntariado, inclusão, bem-estar e extensão universitária, que envolvem colaboradores, docentes e estudantes em ações de alcance social em todo o país.

Em 2025, a Companhia deu um passo estratégico ao oficializar sua adesão ao Pacto Global da ONU, maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, e ao lançar o Cruzeiro do Bem, programa institucional de voluntariado corporativo. A plataforma incentiva a participação ativa de colaboradores em ações sociais, ambientais e educacionais, com calendário contínuo de iniciativas e parcerias nacionais e internacionais, ampliando o engajamento interno e o impacto positivo nas comunidades.

As ações de voluntariado e solidariedade também se refletem em campanhas de mobilização social. Iniciativas como o Vestibular Solidário, que arrecadou mais de uma tonelada de alimentos e dezenas de brinquedos em unidades de todo o Brasil, e campanhas internas de doação, reforçam a integração entre educação, empatia e responsabilidade social, envolvendo colaboradores e estudantes em causas de interesse coletivo.

A atuação acadêmica também é reconhecida externamente por seu impacto territorial. Um projeto desenvolvido por estudantes do curso de Medicina da Universidade Positivo (UP), em parceria com o Instituto Paranaense de Cegos (IPC) buscou aprimorar atendimento médico às pessoas com deficiência visual. A iniciativa resultou na criação de três frentes: uma cartilha com orientações para profissionais de saúde, uma pesquisa de satisfação com os moradores do IPC e uma caminhada sensorial no campus sede da UP.

Dessa forma, a Cruzeiro do Sul Educacional consolida um DNA social construído ao longo de sua história, que se fortalece com programas estruturados, parcerias estratégicas e o engajamento de sua comunidade acadêmica e corporativa, reafirmando seu propósito de transformar a sociedade por meio da educação, da inclusão e da solidariedade.

Agenda Governança

Na Cruzeiro do Sul, a governança é orientada a partir de uma estratégia sustentável integrada ao plano institucional. Isso se materializa por meio de uma estrutura qualificada, composta por Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento Permanentes, Diretorias e um corpo funcional organizado, que apoia o atingimento dos objetivos estratégicos e o alinhamento do propósito institucional.

Com a participação no Novo Mercado da bolsa de valores nacional, B3, adotamos as melhores práticas de governança corporativa, acompanhadas por uma gestão de riscos idônea e uma estrutura de integridade que garante transparência e monitoramento de resultados, com eficiência, transparência e prestação de contas.

Programa de Integridade e Código de Conduta

A Cruzeiro do Sul Educacional possui o compromisso de conduzir os seus negócios com integridade, transparência, responsabilidade e em conformidade com a legislação aplicável. Visando honrar com este compromisso, a Companhia estabeleceu a área de Compliance como um dos pilares da Governança Corporativa e desenvolveu um Programa de Integridade, orientado pelas melhores práticas de mercado, e nas diretrizes e orientações previstas na Lei 12.846 (Lei Anticorrupção Brasileira) e no Decreto nº 8.420 e demais legislações correlatas, contribuindo para o fortalecimento da gestão, sustentabilidade e longevidade dos negócios, ações e projetos da Companhia.

Além disso, o Programa não se limita ao atendimento à legislação, abrangendo também a disseminação e conscientização de colaboradores, terceiros e demais stakeholders quanto a princípios éticos, como integridade, transparência, respeito e responsabilidade.

A Gerência de Compliance é responsável pelo Programa de Integridade da Cruzeiro do Sul, que tem como objetivo garantir que a Companhia: (i) Mantenha uma conduta ética e transparente em todas as relações com os seus stakeholders com o objetivo de prevenir, detectar, mitigar e reportar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos, incluindo atos de corrupção e suborno contra o setor privado e contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira; (ii) Esteja em conformidade com o arcabouço regulatório, a regulamentação infralegal, as recomendações dos órgãos reguladores, o Código de Conduta e os instrumentos normativos da Companhia.

Trimestralmente, os indicadores da área de Compliance são apresentados ao Comitê de Auditoria Estatutário que, conforme seus regimentos, coordena e supervisiona as atividades da área de Compliance, garantindo sua independência e a qualidade das informações prestadas, devendo dar tratamento às denúncias recebidas, internas e externas que possam envolver descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia.

O Código de Conduta da Companhia foi formalmente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 31 de agosto de 2020 e devidamente atualizado e aprovado em 28 de julho de 2025, e encontra-se disponível para consulta no website de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br/>).

O Código estabelece diretrizes principiológicas da Companhia com relação a temas e valores éticos, os quais devem ser seguidos, servindo como base para o desdobramento dos temas em políticas e procedimentos específicos. Tal documento possui como finalidade: (i) estabelecer e

formalizar diretrizes que possam proporcionar orientação nas decisões e condutas cotidianas, de forma a ajudar que todos atuem de forma íntegra e alinhada aos valores da Companhia e legislação vigente; (ii) reiterar e reforçar o compromisso da Companhia com a transparência, integridade e manutenção de um ambiente ético e saudável aos nossos colaboradores; e (iii) fornecer referência para a análise e mensuração de medidas disciplinares em casos de desvios de conduta.

O Código de Conduta se aplica a todos os acionistas, diretores, administradores, conselheiros, colaboradores e terceiros que se relacionam ou atuam em nome da Companhia, os quais devem cumprir integralmente as diretrizes estabelecidas, independentemente de seu nível hierárquico ou área de atuação.

Todos os destinatários do Código de Conduta possuem o dever de seguir as diretrizes do Código e seu descumprimento é passível de aplicação de medidas disciplinares de acordo com a gravidade do ato. A definição das medidas a serem aplicadas será realizada em conformidade com a matriz de consequência da Companhia, parte integrante do Procedimento de Apuração e Resolução de Denúncias. E, caso o descumprimento implicar em violação de leis, a situação poderá ser compartilhada com as autoridades competentes, acarretando outras formas de punição nas esferas cíveis, administrativas e penais.

Canal Seguro

A Companhia disponibiliza o Canal Seguro, um canal de denúncias institucional, seguro, sigiloso e anônimo, para relatar desvios, práticas e condutas de colaboradores, fornecedores ou parceiros de negócio que não estejam de acordo com o Código de Conduta, Políticas e Procedimento internos, legislação e regras de órgãos reguladores e que não se coadune com valores e princípios da nossa Companhia. Pode ser acessado: (i) pelo site www.contatoseguro.com.br/cruzeirodosuleducacional, (ii) por whatsapp 555133769353 e (iii) telefone 0800 900 9393.

O Canal Seguro é um sistema gerido por uma empresa parceira, independente, imparcial, que recebe as denúncias, classifica e transmite as informações para a área de Compliance.

Todos os relatos são recebidos, avaliados, apurados e respondidos individualmente, pela área de Compliance, com o mais absoluto sigilo, imparcialidade, agilidade e independência, de modo a garantir o anonimato e a devida proteção do denunciante contra possíveis retaliações.

Atos de retaliação configuram um desvio de conduta grave e devem ser apurados com rigor e resultarão de medidas disciplinares estabelecidas da matriz de consequência.

Combate à corrupção

A Companhia dispõe de documentos complementares ao Código de Conduta, especificamente no que se refere a integridade e combate a práticas de corrupção, tais como a Política Anticorrupção e o Manual de interação com o Poder Público.

Tais documentos dão ciência a todos os colaboradores, administradores e terceiros que se relacionam ou atuam em nome da Companhia, sobre as diretrizes previstas na Lei Brasileira Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), bem como apresentam diretrizes práticas sobre a conduta esperada na interação com Órgãos e Agentes Públicos. Tais diretrizes são ainda reforçadas por meio de treinamentos, que visam aprofundar o entendimento e esclarecer possíveis dúvidas, favorecendo a adoção de condutas compatíveis às diretrizes institucionais.

Remuneração aos acionistas

O Estatuto da Companhia prevê dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme a Lei das Sociedades por Ações.

Em 30 de abril de 2025, por meio de Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$137.000 (R\$34.273 de dividendos mínimos obrigatórios e R\$102.727 de dividendos adicionais) referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, sendo R\$60.000 já declarados como dividendos intermediários em Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de agosto de 2024 e integralmente pagos no dia 04 de setembro de 2024, e R\$77.000 integralmente pagos no dia 24 de junho de 2025.

No dia 10 de dezembro de 2025, por meio da Reunião do Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2025, a ser realizada no dia 28 de abril de 2026, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$100.000 cujo pagamento foi realizado no dia 30 de dezembro de 2025.

(em milhares de reais, exceto %)	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	296.866	144.306
Base para reserva legal	296.866	144.306
Apropriação para reserva legal (Art.193 da Lei nº 6.404)	14.843	7.215
Base para dividendo mínimo obrigatório	282.023	137.091
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	70.506	34.273
Dividendos adicionais	29.494	25.727
Dividendos adicionais propostos	-	77.000
Destinação para reserva de retenção de lucros	182.023	91
Quantidade de ações em 31 de dezembro	364.542.552	364.542.552
Dividendo por ação – Em reais	0,2743	0,1646

Essa proposta seguirá para aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2026.

Auditores independentes

A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam sua independência, em conformidade com a Resolução CVM nº 162/2022: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Os honorários referem-se a serviços profissionais prestados na auditoria e nas revisões trimestrais das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, em auditorias societárias e nas revisões interinas de certas subsidiárias, conforme requerido pela legislação pertinente.

A PricewaterhouseCoopers foi contratada para as seguintes prestação de serviços: (i) auditoria anual com emissão de relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas para o exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2025 e 2026; (ii) auditoria trimestral, com emissão de relatório de revisões intermediárias em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2025 e 2026; e (iii) Asseguração

limitada, das informações não financeiras, sobre os Relatórios de Sustentabilidade referentes aos anos base 2025 e 2026. Os honorários relativos a esses trabalhos foram de R\$ 1.636 mil, sendo R\$ 1.548 mil referente às revisões trimestrais e exame das demonstrações financeiras e R\$ 88 mil referentes à asseguuração limitada sobre a compilação das informações não financeiras constantes no Relatório Anual de Sustentabilidade. (Valores líquidos de impostos).

Declaração da Diretoria Executiva

A Diretoria da Cruzeiro do Sul declara, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou: (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer emitido, sem ressalvas, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), emitido em 25 de março de 2026; e (ii) com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Declaração do Comitê de Auditoria

Os membros do Comitê de Auditoria da Cruzeiro do Sul, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do comitê e com base nos trabalhos realizados ao longo do exercício de 2025, procederam ao exame e à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do Relatório da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos auditores independentes, opinam, por unanimidade, que eles refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Cruzeiro do Sul Educacional e suas controladas e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Cláusula Compromissória

A Cruzeiro do Sul Educacional e controladas (“Cruzeiro do Sul” ou “Companhia”) estão vinculadas à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme descrito no Capítulo IX do Estatuto Social da Companhia.

Agradecimentos

A Companhia agradece seus alunos, professores, colaboradores, acionistas e prestadores de serviços por todo o comprometimento dispensado ao longo do ano de 2025. Os resultados aqui descritos só foram possíveis graças ao apoio e à confiança de todos.

A Administração

Relatório Anual de 2025 do Comitê de Auditoria da Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Atendendo às disposições legais, o Comitê de Auditoria ("CAE" ou "Comitê") da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. ("Companhia"), listada no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, apresenta o relatório anual do exercício social de 2025.

Para fins deste relatório, o ano considerado não corresponde ao ano civil tradicional, pois inicia-se na reunião posterior à aprovação das Demonstrações Financeiras (DFs) anuais de 2024 e encerra-se com a aprovação das DFs anuais de 2025.

Composição e Estrutura do Comitê

O CAE é um órgão estatutário, permanente e de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, a quem se reporta. Atua com independência em relação à Diretoria da Companhia, sendo composto atualmente por três (3) membros independentes, em conformidade com os requisitos definidos no Estatuto Social da Companhia, em seu Regimento, na legislação vigente, no Regulamento do Novo Mercado e nas melhores práticas de governança.

A composição do Comitê ao longo de 2025 ficou estruturada da seguinte forma¹:

Nome	Função	Independente	Data de eleição	Mandato	Participação ²
Lúcia Casasanta ³	Coordenadora	Sim	30/04/2025	21/10/2026	100%
Renato Russo	Membro	Sim	21/10/2024	21/10/2026	97,44%
Silvio José Genesini Junior	Membro	Sim	21/10/2024	21/10/2026	100%

¹ Em 12/05/2025 o CAE deixou de ser composto por 4 membros com a saída do Sr. Carlos Alberto Nogueira Pires da Silva.

² Período de abril de 2025 a março de 2026.

³ De 09/12/2024 a 30/04/2025 o cargo de coordenador do CAE era ocupado pelo Sr. Fernando Dal-Ri Murcia.

Principais Atribuições e Responsabilidades do Comitê

O CAE, constituído em 5 de outubro de 2020, cujo seu atual regimento interno encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia, é um órgão de assessoramento do Conselho de Administração, responsável por supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a conformidade com normas legais, estatutárias e regulatórias, a gestão de riscos e as atividades dos auditores internos, auditores independentes e dos controles internos da Companhia. Também supervisiona as iniciativas da auditoria interna, da área de compliance (áreas que respondem diretamente ao CAE) e do Programa de Integridade, assegurando a efetividade do Canal de Denúncias, a gestão de consequências e a adoção de medidas estruturadas para prevenção, mitigação e aprimoramento da governança corporativa.

As avaliações do CAE baseiam-se nas informações recebidas da Diretoria, da auditoria interna, dos auditores independentes, da área de compliance, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

Ainda, de acordo com o Regimento, o CAE conta com autonomia operacional e dotação orçamentária anual, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração, a fim de conduzir ou determinar a

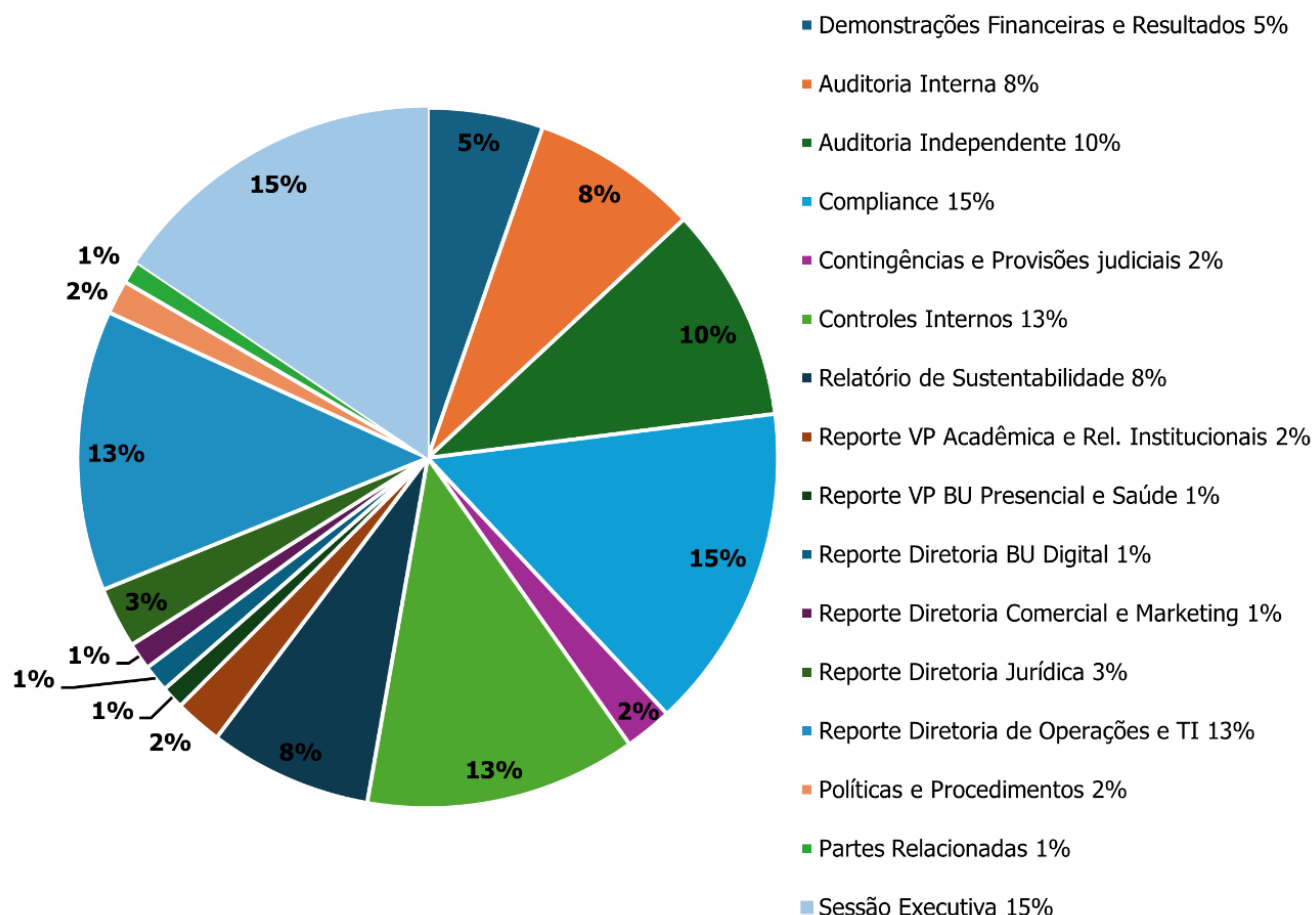
realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos e independentes.

Análise Quantitativa e Tempo Médio de Duração de Reuniões do Comitê

O CAE reuniu-se por 39 vezes em 2025, sendo 12 reuniões ordinárias e 27 reuniões extraordinárias, com um total de 107 pautas discutidas durante as reuniões. As reuniões tiveram duração média de 2 horas e 2 minutos, com tempo médio de 44 minutos por pauta, totalizando um tempo total estimado de 79 horas e 45 minutos, com base nos editais de convocação do CAE.

Principais temas das reuniões do Comitê em 2025

Durante 2025, o CAE priorizou temas de maior relevância relacionadas às suas atribuições, sendo igualmente incorporadas solicitações e demandas advindas do próprio Comitê, do Conselho de Administração ou de conselheiros da Companhia. O gráfico a seguir demonstra, em termos percentuais, os principais temas discutidos nas reuniões do respectivo semestre:



Dentre os assuntos discutidos, destacam-se os seguintes:

Assunto	Função do Comitê Relacionada
Avaliação das Demonstrações Financeiras e do Relatório Anual da Administração do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025	Avaliação se as Demonstrações Financeiras e o Relatório Anual da Administração foram corretamente elaborados, se refletem adequadamente a situação da Companhia e se estão em consonância com as demais informações apresentadas pela organização.
Avaliação das Informações Trimestrais (ITR)	Discussão do escopo e principais conclusões obtidas nas revisões trimestrais do ITR; e Participações das discussões sobre temas técnicos com a diretoria financeira, bem como com os auditores independentes, para auxiliar o processo de análise e as bases para a conclusão técnica.
Supervisão da Auditoria Interna	Avaliação e discussão dos reportes e relatórios dos trabalhos da área de Auditoria Interna emitidos, incluindo as eventuais deficiências, justificativas, ações corretivas e sua execução.
Supervisão do Compliance	Avaliação e discussão dos reportes e relatórios dos trabalhos da área de Compliance emitidos, incluindo as eventuais deficiências, justificativas, ações corretivas e sua execução. Avaliação das apurações de denúncias de alto risco e proposição de consequências.
Contingências e Provisões judiciais	Avaliação e acompanhamento das principais demandas judiciais e do julgamento da administração sobre os prognósticos de desfecho.
Compliance Regulatório	Avaliação e acompanhamento do cenário regulatório acadêmico das IES da Companhia e as respectivas diligências e providências da diretoria; Acompanhamento dos questionamentos, soluções adotadas e respostas da Administração às correspondências e interações da Companhia com órgãos reguladores.
Gestão de Riscos e Controles internos	Avaliação e acompanhamento da evolução de projetos de melhoria dos controles internos e de gestão de riscos da Companhia.
Regularização de Peças Anatômicas	Acompanhamento do projeto de regularização de peças anatômicas e cadáveres para fins acadêmicos da Companhia.
Tecnologia e Cibersegurança	Avaliação e discussão dos projetos e iniciativas da área de tecnologia, incluindo suas respectivas classificações contábeis; e Monitoramento contínuo do ambiente de segurança da informação e do risco cibernético.
Relatório Anual e de Sustentabilidade de 2024 da Companhia	Revisão e discussão extraordinária do Relatório Anual e de Sustentabilidade da Companhia, bem como da sua matriz de materialidade, além do esclarecimento de indagações do Conselho de Administração da Companhia.
Partes Relacionadas	Avaliação e monitoramento da adequação de transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia.

Supervisão da Auditoria Interna e do Compliance da Companhia

O CAE supervisionou os trabalhos da Auditoria Interna e do Compliance, tendo examinado, no primeiro semestre de 2025, o andamento dos trabalhos e indicadores das respectivas áreas, os resultados da auditoria interna referentes ao 1º, 2º, 3º e 4º trimestres, bem como a avaliação e revisão do Programa de Integridade, do Código de Conduta, da Política de Discriminação e Assédio, da Política de Compliance e do Regimento Interno do Comitê de Ética. O CAE também revisou as apurações de denúncias e deliberou sobre consequências por violação de políticas, normas e regulamentos.

Das Comunicações e Recomendações ao Conselho de Administração da Companhia

O CAE reporta, trimestralmente, ao Conselho de Administração os assuntos tratados em suas reuniões. Adicionalmente, o CAE emite manifestações específicas ao Conselho de Administração, sobre os assuntos submetidos à sua apreciação, além de apresentar este relatório resumido das suas atividades anuais, divulgado juntamente com a publicação das Demonstrações Financeiras no endereço eletrônico da Companhia, na CVM e na B3.

Os membros da Diretoria e da Gerência da Companhia são convidados a participar das reuniões do CAE que envolvam temas a eles afetos ou assuntos por eles submetidos à apreciação do CAE, podendo indicar, conforme o caso, a participação dos gestores das áreas responsáveis pelas matérias a serem tratadas.

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

Os membros do CAE, no exercício de suas atribuições e responsabilidades, conforme previsto no seu Regimento Interno, procederam ao exame das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório anual da Administração relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e, considerando que elas refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, recomendaram, ao Conselho de Administração, sua aprovação e publicação.

São Paulo, 24 de março de 2026.

Lúcia Casasanta

Renato Russo

Silvio José Genesini Junior



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

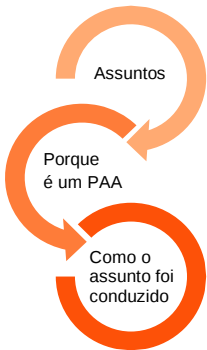
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, Edifício B32, 16º,
São Paulo, SP, Brasil, 04538-132
T: +55 (11) 4004-8000



Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento de receita (Notas 2.17 e 27) A principal fonte de receita da Companhia e de suas controladas advém da cobrança de mensalidades de pessoas físicas (alunos) matriculadas semestralmente nos cursos regulares de graduação, pós-graduação e colégio. Essas receitas são decorrentes de um grande volume de transações, mas que, individualmente, são de baixo valor, aumentando a importância dos controles internos da Companhia e de suas controladas, incluindo controles e a adequada manutenção de um cadastro atualizado de alunos. Consideramos que o reconhecimento de receita permanece como uma área de foco em nossa auditoria, especialmente quanto ao tema do registro adequado, existência e totalidade da carteira de alunos.	Como resposta de auditoria, efetuamos os seguintes principais procedimentos relativos a esse assunto: • Efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes implementados pela Companhia e suas controladas, para o processo de matrículas, definição de tabela de preços, emissão de cobranças e registro contábil das mensalidades. • Inspecionamos, por amostragem, contratos firmados com alunos, comprovantes de recebimento, relatórios de frequência e de notas dos alunos, inclusive aqueles matriculados por meio do FIES, para análise das condições contratuais e documentos cadastrais dos alunos vinculados, assim como verificamos o recebimento subsequente das mensalidades selecionadas na amostra. • Realizamos as reconciliações dos relatórios auxiliares de faturamento com os respectivos registros contábeis. • Avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

A combinação das deficiências dos controles internos encontradas no processo de gestão dos relatórios e conciliações entre o sistema acadêmico e o sistema em que o faturamento é executado, que inclui o ambiente geral de Tecnologia e Informação (ITGC) representou uma deficiência significativa e, portanto, alterou nossa definição quanto à natureza e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no que se refere às contas contábeis envolvidas.

Os resultados dos nossos procedimentos indicam que os processos para o reconhecimento de receitas, estão suportados por documentação hábil e estão razoáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Avaliação da redução do valor recuperável (impairment) dos ágios e intangíveis de vida útil indefinida (Notas 2.1, 2.8, 2.9 e 12)

A Companhia tem registrado em seu ativo intangível no Consolidado, ágios fundamentados em expectativas de rentabilidade futuras e intangíveis de vida útil indefinida decorrentes de aquisição de negócios, no valor de R\$ 1.575.935 mil.

A Companhia realizou o teste anual de impairment dos ágios e dos intangíveis de vida útil indefinida, incluindo testes de recuperabilidade dos montantes oriundos das combinações de negócios. A Companhia efetuou o referido teste utilizando o modelo de valor em uso, que consiste na determinação do valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros de cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs).

Consideramos que este assunto continua como uma área de foco de nossa auditoria pois, além da relevância do saldo, é uma área que envolve estimativas críticas e julgamentos por parte da administração da Companhia na determinação das premissas e projeções efetuadas que, se alteradas, podem modificar significativamente as perspectivas de recuperabilidade das UGCs, com

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento dos controles internos relevantes relacionados com a preparação dos fluxos de caixa descontados da unidade geradora de caixa à qual os ágios e os intangíveis de vida útil indefinida foram alocados.
- Em conjunto com nossos especialistas em avaliação, analisamos a razoabilidade e consistência do modelo de cálculo utilizado pela administração para preparar as projeções, bem como os dados e premissas utilizados na preparação dos fluxos de caixa, conforme principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados divulgados nas demonstrações financeiras, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e taxas de desconto, considerando na nossa avaliação o custo de capital para a Companhia e organizações comparáveis.
- Testamos a precisão matemática dos cálculos e dados das principais premissas utilizadas nas



Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
consequente impacto nas demonstrações financeiras consolidadas, como também o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Controladora.	projeções de fluxos de caixa. • Efetuamos análise de sensibilidade para as principais premissas das projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis. • Avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.

Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (Notas 2.2 e 26)

A Companhia apresenta registrado no ativo não circulante do Consolidado, saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, no valor total de R\$ 119.729 mil, considerados recuperáveis com base em projeção de lucros tributáveis futuros.

A estimativa de lucros tributáveis futuros requer avaliação de estimativas e julgamentos da administração, bem como interpretação de leis específicas do negócio da Companhia e de suas controladas. O valor recuperável dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas de projeção dos lucros tributáveis futuros, o que pode impactar o valor do ativo fiscal diferido reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, como também o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Controladora.

Por esses motivos, mantivemos este assunto como um principal assunto em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros:

- Revisão da base dos créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social, e das diferenças temporárias.
- Em conjunto com nossos especialistas em avaliação e impostos, avaliamos as principais premissas adotadas pela administração contidas no estudo de projeções de lucros tributários futuros apresentadas, incluindo a evolução da receita, custos e despesas, a consistência dessas variáveis com o plano de negócio, as projeções de realização das diferenças temporárias, bem como as projeções de fluxo de caixa.
- Testamos os prazos de realização considerados nas análises e os dados históricos das controladas cujos créditos tributários diferidos ativos foram registrados, para corroborar a adequação e a consistência dessas estimativas de realização em relação àquelas utilizadas em exercícios anteriores.



Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como resultado desses procedimentos, não identificamos aspectos relevantes que nos levassem a considerar ser necessário modificações nos valores registrados e informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Notas 2.4.1, 7 e 28)

A determinação do montante destinado à provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é uma tarefa que envolve um elevado grau de subjetividade e requer julgamentos consideráveis por parte da administração da Companhia. Esse processo abrange diversas premissas e fatores, como a renegociação de dívidas, histórico de inadimplência e a análise do ambiente macroeconômico e setorial.

A administração da Companhia exerce julgamento sobre a probabilidade de receber as mensalidades futuras dos alunos matriculados. Além disso, devido ao ciclo semestral de matrícula, os alunos que permanecem inadimplentes ao final de cada semestre ou que não renovam suas matrículas representam um maior risco de perdas nas contas a receber. Nesse contexto, é necessário estabelecer acordos para recuperar créditos vencidos, exigindo julgamentos para determinar a provisão de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. Essa avaliação não se limita apenas aos alunos inadimplentes, abrangendo também aqueles que concordaram com acordos para quitar parcelas vencidas, os quais podem não ser integralmente cumpridos.

Consideramos esse tema como área de foco para a auditoria, pois o uso de julgamentos, premissas e fatores na determinação da provisão de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa pode resultar em variações substanciais entre essa estimativa e as perdas reais.

Como resposta de auditoria, efetuamos os seguintes principais procedimentos relativos a esse assunto:

- Efetuamos o entendimento do ambiente de controles internos relevantes ao processo de mensuração das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.
- Em conjunto com nossos especialistas em modelagem financeira para carteira de crédito, avaliamos a razoabilidade dos julgamentos e estimativas críticas adotadas no modelo utilizado pela administração para a determinação da provisão registrada.
- Efetuamos, também, testes da integridade da base histórica de recebíveis utilizada para determinação do histórico real de perdas, bem como avaliamos a razoabilidade das taxas de perdas esperadas estimadas pela administração, por meio do reprocessamento dos dados por ela utilizados, por faixa de vencimento, incluindo a comparação com o efetivamente verificado em períodos anteriores.
- Recálculo matemático da perda estimada da carteira, tomando como base a política de provisionamento por faixa de vencimento, definida pela administração.
- Confrontamos, por meio de amostragem, as datas de vencimento dos recebíveis informadas na posição dos recebíveis em aberto, por faixa de vencimento com a correspondente documentação suporte.



Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	A combinação das deficiências dos controles internos encontradas no processo de gestão dos relatórios e conciliações entre o sistema acadêmico e o sistema em que o faturamento é executado, que inclui o ambiente geral de Tecnologia e Informação (ITGC) representou uma deficiência significativa e, portanto, alterou nossa definição quanto à natureza e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no que se refere às contas contábeis envolvidas. Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras



Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar,

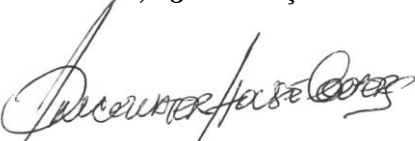


Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Vinícius Ferreira Britto Rego
Signed By: VINÍCIUS FERREIRA BRITTO REGO 8293810515
CPF: 8293810515
Signing Time: 25 de março de 2026 | 16:48 BRT
O: KCP-Brazil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Issuer: AC SingularID Multiple
-----820CC0F0B763444-----

Vinícius Ferreira Britto Rego
Contador CRC 1BA024501/O-9

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	45.682	58.930	808.247	555.331
Contas a receber	7	54.572	55.665	204.074	191.012
Tributos a recuperar	8	2.107	464	19.396	12.594
Outros créditos	9	114.325	60.666	44.279	88.582
Total do ativo circulante		216.686	175.725	1.075.996	847.519
Não circulante					
Contas a receber	7	5.812	3.470	56.998	28.692
Adiantamentos para futuro aumento de capital	18	400.760	20.330	-	-
Depósitos judiciais	20	10.325	10.371	19.375	24.933
Tributos a recuperar	8	-	-	2.192	-
Outros créditos	9	203	1.339	40.785	27.425
Tributos diferidos	26	-	-	120.251	114.345
Investimentos	10	1.934.144	1.322.514	44	146
Imobilizado	11	110.590	112.854	581.125	585.068
Direito de uso	15	265.834	299.438	907.740	1.002.601
Intangível	12	50.679	45.629	1.926.105	1.938.758
Total do ativo não circulante		2.778.347	1.815.945	3.654.615	3.721.968
Total do ativo		2.995.033	1.991.670	4.730.611	4.569.487

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	13	64.457	41.795	120.150	80.765
Obrigações com partes relacionadas	18	1.543	1.466	3.905	3.421
Obrigações trabalhistas	16	59.048	47.391	141.263	121.815
Obrigações tributárias	17	18.737	16.183	72.781	63.221
Adiantamentos de clientes	19	14.644	13.767	63.215	72.805
Passivo de arrendamento	15	44.483	39.053	149.215	128.610
Debêntures	14	20.232	-	129.437	172.311
Obrigações por aquisição de participações societárias	21	-	-	17.192	260.887
Receita diferida	22	-	-	722	722
Outras contas a pagar		1.783	1.384	7.557	7.605
Total do passivo circulante		224.927	161.039	705.437	912.162
Não circulante					
Passivo de arrendamento	15	313.978	348.197	1.001.390	1.098.008
Obrigações tributárias	17	-	-	91.082	105.625
Obrigações trabalhistas	16	6.049	3.159	6.049	3.159
Debêntures	14	850.000	-	1.235.078	851.097
Obrigações por aquisição de participações societárias	21	-	-	31.891	45.078
Tributos diferidos	26	-	17	-	14.897
Provisão para demandas judiciais	20	9.424	7.981	59.742	56.291
Receita diferida	22	-	-	7.341	8.063
Outras contas a pagar		-	488	1.946	4.318
Total do passivo não circulante		1.179.451	359.842	2.434.519	2.186.536
Patrimônio líquido					
Capital social	23	1.203.576	1.203.576	1.203.576	1.203.576
Reserva de capital	23	102.993	102.993	102.993	102.993
Reservas de lucros	23	284.086	164.220	284.086	164.220
Total do patrimônio líquido		1.590.655	1.470.789	1.590.655	1.470.789
Total do passivo e patrimônio líquido		2.995.033	1.991.670	4.730.611	4.569.487

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	27	742.514	669.949	2.836.184	2.568.352
Custo dos serviços prestados	28	(382.891)	(363.642)	(1.391.488)	(1.317.230)
Lucro bruto		359.623	306.307	1.444.696	1.251.122
(Despesas) e receitas operacionais:					
Despesas gerais, administrativas e comerciais	28	(504.539)	(427.536)	(866.234)	(812.962)
Resultado de equivalência patrimonial	10	527.331	320.403	-	-
Outras receitas, líquidas	28	1.765	3.412	32.763	31.755
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		384.180	202.586	611.225	469.915
Receitas financeiras	29.1	12.815	8.041	113.961	75.896
Despesas financeiras	29.2	(100.146)	(66.323)	(438.167)	(399.091)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		296.849	144.304	287.019	146.720
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	26	-	(36)	(10.956)	(13.288)
Diferido	26	17	38	20.803	10.874
Lucro líquido do exercício		296.866	144.306	296.866	144.306
Média ponderada das ações no exercício	24	364.542.552	364.542.552		
Lucro básico e diluído por ações em reais	24	0,8144	0,3959		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	296.866	144.306	296.866	144.306
Total do resultado abrangente do exercício	296.866	144.306	296.866	144.306

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	Reserva de capital		Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total	
		Capital social	Emissão de ações	Total das reservas de capital	Retenção de lucros	Reserva legal			Total das reservas de lucros
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.203.576	102.993	102.993	45.432	34.482	79.914	-	1.386.483
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	144.306	144.306
Destinação do resultado do exercício									
Constituição da reserva legal	23.2	-	-	-	-	7.215	7.215	(7.215)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	23.4	-	-	-	-	-	-	(34.273)	(34.273)
Dividendos adicionais pagos	23.4	-	-	-	-	-	-	(25.727)	(25.727)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	77.000	-	77.000	(77.000)	-
Retenção de lucros	23.3	-	-	-	91	-	91	(91)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.203.576	102.993	102.993	122.523	41.697	164.220	-	1.470.789
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	296.866	296.866
Dividendos pagos	23.4	-	-	-	(77.000)	-	(77.000)	-	(77.000)
Destinação do resultado do exercício									
Constituição da reserva legal	23.2	-	-	-	-	14.843	14.843	(14.843)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	23.4	-	-	-	-	-	-	(70.506)	(70.506)
Dividendos adicionais pagos	23.4	-	-	-	-	-	-	(29.494)	(29.494)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	77.000	-	77.000	(77.000)	-
Retenção de lucros	23.3	-	-	-	105.023	-	105.023	(105.023)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.203.576	102.993	102.993	227.546	56.540	284.086	-	1.590.655

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	296.849	144.304	287.019	146.720
Resultado de equivalência patrimonial	10 (527.331)	(320.403)	-	-
Depreciação e amortização	11 e 12 31.652	31.176	133.299	126.673
Depreciação do direito de uso	15 39.970	38.324	133.254	127.450
Amortização do custo de captação	14 283	-	3.125	1.190
Juros incorridos sobre aquisição de controladas	21 -	-	4.593	40.051
Juros de debêntures	14 42.964	-	185.266	111.199
Juros sobre passivo de arrendamento	15 37.436	39.695	115.219	122.763
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	7 (284)	754	3.956	5.421
Provisão para demanda judicial	20 1.443	(8)	757	(6.415)
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	7 42.229	47.120	127.425	172.492
Baixa de imobilizado e intangível	11 e 12 933	352	2.425	5.952
Receita diferida sobre venda de imóvel	22 -	-	(722)	(722)
Baixa por descontinuidade de arrendamento	15 -	-	(1.854)	(6.907)
Baixa de acervo	10 11	-	102	-
Ajuste para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e contribuição social com o fluxo de caixa	(33.845)	(18.686)	993.864	845.867
Decréscimo (acrécimo) em ativos				
Contas a receber	(43.194)	(33.604)	(172.749)	(112.971)
Depósitos judiciais	46	(718)	5.558	(325)
Tributos a recuperar	(1.643)	23.765	(14.038)	16.180
Outros créditos	4.455	(3.570)	91	5.380
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	22.610	6.713	38.962	(3.054)
Obrigações trabalhistas	14.547	(13.843)	22.338	(13.855)
Obrigações tributárias	2.554	773	1.091	(9.653)
Obrigações com partes relacionadas	77	132	484	(12.711)
Adiantamentos de clientes	877	3.190	(9.590)	23.563
Outras contas a pagar	(89)	(651)	(2.420)	(15.028)
	(33.605)	(36.499)	863.591	723.393
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(11.986)	(4.491)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(33.605)	(36.499)	851.605	718.902
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos de controladas	10 82.949	279.169	-	-
Pagamento obrigações por aquisições de participações societárias	21 -	-	(227.929)	(179.311)
Recebimento pela venda de controlada	-	-	-	375
Aquisição Fapi, líquido de caixa adquirido	5 -	-	-	(157.916)
Adiantamentos para futuro aumento de capital	18 (604.667)	(20.330)	-	-
Aquisição de imobilizado	11 (18.046)	(16.520)	(76.234)	(73.498)
Aquisição de intangível	12 (17.273)	(22.463)	(42.471)	(67.773)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(557.037)	219.856	(346.634)	(478.123)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	23 (177.000)	(60.000)	(177.000)	(60.000)
Captação de debêntures	14 846.251	-	846.251	469.574
Custo de reperfilamento de debêntures	14 -	-	(953)	-
Pagamento de debêntures principal	14 -	-	(523.375)	(284.375)
Pagamento de debêntures juros	14 (19.266)	-	(169.207)	(118.127)
Pagamento de arrendamento	15 (72.591)	(65.787)	(227.771)	(215.435)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	577.394	(125.787)	(252.055)	(208.363)
Acrécimo (decrécimo) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(13.248)	57.570	252.916	32.416
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	58.930	1.360	555.331	522.915
No fim do exercício	45.682	58.930	808.247	555.331
Acrécimo (decrécimo) no caixa e equivalentes de caixa	(13.248)	57.570	252.916	32.416

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas	3.209.127	2.750.799	9.704.145	8.393.469
Receitas de serviços	3.249.369	2.796.184	9.804.924	8.541.980
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(42.229)	(47.120)	(127.425)	(172.492)
Resultados não operacionais	1.988	1.735	26.610	23.974
Outras receitas	(1)	-	36	7
Insumos adquiridos de terceiros	(443.348)	(378.742)	(849.327)	(734.492)
Materiais consumidos	(1.969)	(763)	(5.028)	(4.012)
Outros custos de produtos e serviços vendidos	(361.411)	(316.718)	(728.647)	(632.392)
Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(79.035)	(60.909)	(113.227)	(92.136)
Perda na realização de ativos	(933)	(352)	(2.425)	(5.952)
Retenções	(71.623)	(69.500)	(266.553)	(254.123)
Depreciação e amortização e depreciação do direito de uso	(71.623)	(69.500)	(266.553)	(254.123)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	2.694.156	2.302.557	8.588.265	7.404.854
Valor adicionado recebido em transferência	541.052	329.700	120.000	85.955
Receitas financeiras	12.815	8.041	113.961	75.896
Aluguéis	906	1.256	6.039	10.059
Resultado de equivalência patrimonial	527.331	320.403	-	-
Valor adicionado a distribuir	3.235.208	2.632.257	8.708.265	7.490.809
Distribuição do valor adicionado	3.235.208	2.632.257	8.708.265	7.490.809
Empregados	278.466	246.102	852.614	819.106
Remuneração direta e encargos	238.474	208.753	744.105	709.875
Benefícios	26.921	25.236	64.829	65.430
FGTS	13.071	12.113	43.680	43.801
Impostos, taxas e contribuições	80.844	73.482	253.303	244.806
Federais	46.289	42.259	142.961	144.902
Estaduais	167	101	187	124
Municipais	34.388	31.122	110.155	99.780
Remuneração de capitais de terceiros	100.803	66.987	439.060	400.140
Despesas financeiras	100.146	66.323	438.167	399.091
Aluguéis	657	664	893	1.049
Bolsa de estudo	2.478.229	2.101.380	6.866.422	5.882.451
Bolsa de estudos e descontos	2.478.229	2.101.380	6.866.422	5.882.451
Remuneração de capitais próprios	296.866	144.306	296.866	144.306
Distribuição de dividendos	177.000	137.000	177.000	137.000
Lucros retidos do exercício	119.866	7.306	119.866	7.306

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Cruzeiro do Sul Educacional S.A. (“Cruzeiro do Sul Educacional” ou “Companhia”), com sede em São Paulo-SP, localizada na Rua Cubatão, 320 – Vila Mariana, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada na B3 S.A. – Bolsa, Brasil, Balcão (“B3”), no segmento especial denominado Novo Mercado, sob o código CSED3, onde negocia suas ações ordinárias. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas têm como principais atividades a atuação na prestação de ensino em todos os níveis; a administração de atividade de educação básica, educação profissional de nível médio, supletivo, pré-vestibular, superior, profissionalizante, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas; o desenvolvimento do curso em geral e de extensão universitária e pós-graduação por meio presencial ou de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de uma rede de parceiros, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados; o oferecimento de cursos de aprendizagem, treinamento gerencial e profissional preparatórios para carreira jurídica, atualização profissional, extensão universitária, especialização e monógrafos; a prestação de serviço de promoção e organização de eventos relacionados ao setor de educação e cursos; o desenvolvimento e a ampliação do conteúdo dos cursos de pós-graduação oferecidos, bem como o desenvolvimento de novos cursos de pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento, ministrados de forma tele presencial à distância; a prestação de serviços relativa a cursos, inclusive cursos de idioma e demais atividades correlatas; a edição de material didático, livros e demais atividades correlatas; a gestão de direitos autorais de obras literárias; a prestação de serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional em gestão empresarial no setor de educação; e a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou acionista controladora no setor de educação.

Em 31 de dezembro de 2025, a Cruzeiro do Sul Educacional e suas controladas contavam com dezessete instituições de ensino superior, sendo universidades, centros universitários e faculdades, quatro colégios, uma holding e uma empresa patrimonial, conforme abaixo:

- Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo – SP;
- Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo – SP;
- Universidade de Franca, Franca – SP;
- Centro Universitário Módulo, Caraguatatuba – SP;
- Centro Universitário do Distrito Federal, Brasília – DF;
- Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio, Salto e Itu – SP;
- Faculdade São Sebastião, São Sebastião – SP;
- Faculdade Caraguatatuba, Caraguatatuba – SP;
- Sociedade Educacional Santa Rita – RS;
- CESUCA – Complexo de Ensino Sup. de Cachoeirinha – RS;
- Sociedade Educacional São Bento – RS;
- Sociedade Educacional Santa Tereza – RS;
- Colégio Cruzeiro do Sul, São Paulo – SP;
- Colégio Alto Padrão, Franca – SP;
- Colégio Itu, Itu – SP;

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Colégio Salto, Salto – SP;
- Grupo Veritas – RS;
- Grupo Unipê – PB;
- Sociedade Educacional Braz Cubas, Mogi das Cruzes – SP;
- Centro de Estudos Superiores Positivo, Curitiba – PR;
- Cesa - Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas, Londrina – PR;
- FAPI - Centro de Ensino Superior de Pinhais – PR.

1.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS” (*IFRS Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC Interpretations*), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na Nota 4.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderão resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, a autorização para emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi cedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2026.

1.3. Consolidação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Razão social	31/12/2025	31/12/2024
Participação direta		
Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal Ltda. ("UDF")	100,00%	100,00%
Sociedade Empresária de Ensino Superior do Litoral Norte Ltda. ("Módulo")	100,00%	100,00%
Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. ("Unicid" ou "SECID")	100,00%	100,00%
ACEF S.A. ("Unifran" ou "ACEF")	100,00%	100,00%
Participação indireta		
Uni Cidade Trust de Recebíveis S.A. ("Trust")	100,00%	100,00%
Instituição de Ensino São Sebastião Ltda. ("FASS")	100,00%	100,00%
Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. ("CEUNSP")	100,00%	100,00%
Veritas Educacional A Participações. S.A. ("Veritas")	100,00%	100,00%
CESUCA Complexo de Ensino Superior De Cachoeirinha Ltda. ("CESUCA")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional São Bento Ltda. ("São Bento")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional Santa Rita Ltda. ("Santa Rita")	100,00%	100,00%
Sociedade Educacional Santa Tereza Ltda.	99,99%	99,99%
IPÊ Educacional Ltda. ("Unipê")	100,00%	100,00%
IPÊ Patrimonial Ltda. ("Patrimonial")	100,00%	100,00%
Sociedade Educacional Braz Cubas Ltda. ("Braz Cubas")	100,00%	100,00%
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. ("CESPO")	100,00%	100,00%
CESA - Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas Ltda. ("CESA")	100,00%	100,00%
Centro de ensino superior de Pinhais Ltda. ("FAPI") (Nota 5)	100,00%	100,00%

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas estiverem expostas ou tiverem o direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiverem a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à controlada.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia, utilizando práticas contábeis consistentes.

Os ativos, passivos e o resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia e suas controladas obtiverem o controle.

Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa relacionados com transações entre controladas são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial, com seus efeitos registrados no patrimônio líquido, e não só no resultado do exercício.

1.4. Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC") e do valor adicionado ("DVA")

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). A Companhia apresenta as operações de pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento como atividade de financiamento.

A DVA foi preparada de acordo com o Pronunciamento CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

das demonstrações financeiras. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as normas contábeis IFRS.

1.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

Não há outras normas CPC, IFRS ou interpretações IFRIC que entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

1.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

CPC 51/IFRS 18 "Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras"

Essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

- (a) Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.
- (b) Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.
- (c) O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

IFRS 19 “Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações”

Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis as empresas em geral e não apenas a instituições financeiras, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

As alterações:

- (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA").

As alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não há outras normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia

1.7. Reforma tributária sobre o consumo

Em razão da aprovação da Reforma Tributária, cuja implementação ocorrerá de forma gradual a partir de janeiro de 2026, a Companhia estruturou um Comitê Interno de Reforma Tributária, com o objetivo de coordenar, avaliar e conduzir as iniciativas relacionadas às mudanças introduzidas pelo novo modelo de tributação sobre o consumo.

Com o propósito de assegurar a adequada interpretação das normas e o planejamento das adaptações necessárias ao longo de todo o período de transição, que se estende até 2032, a Companhia contratou consultorias tributárias especializadas, bem como uma consultoria dedicada ao mapeamento e à revisão dos processos operacionais e fiscais. Esses trabalhos têm como finalidade identificar impactos, riscos, oportunidades e ações prioritárias para garantir a conformidade com as novas regras, além de subsidiar a tomada de decisões estratégicas.

A Companhia encontra-se em processo de avaliação e implementação das adequações necessárias para o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Reforma Tributária aplicáveis ao período de transição e, nesse contexto, vem monitorando de forma contínua as necessidades de adaptações sistêmicas e operacionais, com vistas a assegurar a regularidade e a conformidade de suas operações ao longo dos próximos períodos de transição (2026 - 2032), incluindo ajustes em sistemas ERP, revisões cadastrais, parametrizações fiscais e adequações nos fluxos de documentação; adicionalmente, a Administração continuará acompanhando a publicação de regulamentações complementares e os desdobramentos relacionados à implementação da Reforma Tributária, promovendo, conforme necessário, a atualização de seus processos, sistemas e controles internos.

1.8. Vazamento de dados

Em outubro de 2025, a Companhia identificou um possível acesso indevido a dados sob sua responsabilidade. Imediatamente após a identificação, foram adotadas medidas técnicas e administrativas para apuração, bem como comunicação de incidente à ANPD (Agência Nacional de Proteção de Dados).

Por fim, até a data de aprovação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram identificados impactos financeiros materiais decorrentes do incidente, tampouco ações judiciais ou administrativas com potencial de perda mensurável.

A Administração mantém monitoramento contínuo da situação e tomará as devidas ações, caso surjam novos fatos e circunstâncias que requeiram outras medidas aplicáveis.

2. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Ao adquirir um negócio, a Companhia e/ou suas controladas avaliam os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como passivo deverá ser reconhecida de acordo com o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, na demonstração do resultado.

Os ativos de indenização devem ser reconhecidos e mensurados com base em premissas consistentes com aquelas utilizadas para mensurar o item objeto da indenização, estando sujeitos à avaliação da Administração quanto às perdas potenciais por valores incobráveis e também sujeitos a quaisquer limitações contratuais para o montante da indenização que decorre de passivo contingente não reconhecido na data da aquisição, por não ter sido possível mensurar o seu valor justo com confiabilidade nessa data. Os ativos atrelados às garantias sobre os processos de ex-mantenedor estão sendo demonstrados conforme a Nota 9, bem como a movimentação sobre os passivos de contingências relacionado a tais garantias estão sendo demonstrados conforme a Nota 20.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e/ou suas controladas que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as aquisições efetuadas foram realizadas pela aquisição integral das quotas das empresas adquiridas, ou seja, sem o envolvimento e, conseqüentemente, a necessidade de mensurar a participação não controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

2.2. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - Correntes

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e suas controladas são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto de renda e a contribuição social nas sociedades que aderiram ao Prouni foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal especificamente aplicáveis ao Prouni e o lucro da exploração sobre as atividades isentas.

De acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1394, de 12/09/2013 (IN 1394/13), a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, não beneficente, que aderir ao Prouni nos termos do artigo 5º da Lei nº 11.096 de 2005, ficará isenta na proporção da ocupação efetiva das bolsas (Poeb) durante o período de vigência do termo de adesão dos seguintes tributos: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Contribuição para o PIS/Pasep; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). A isenção é apurada através do lucro da exploração, observando o disposto da IN 1394/13.

A Companhia se beneficiou de incentivos fiscais que permitem deduzir valores do imposto de renda devido, conforme legislação federal aplicável: Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991) onde recursos a projetos culturais aprovados podem ser deduzidos os valores do IRPJ, observado o limite global de 4% do imposto devido, aplicável tanto aos incentivos do Art. 18 quanto do Art. 26; Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/2006) onde as deduções permitidas são de até 2% do IRPJ devido para projetos de caráter geral, que não integram o limite global, até 4% para projetos voltados à inclusão social, que integram o limite global de 4%, compartilhado com os incentivos culturais.

Tributos diferidos

Tributos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável ou prejuízo fiscal;

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos líquidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre as vendas

As regras do Prouni definem que estão isentas do PIS e da Cofins as receitas auferidas pela Companhia e suas controladas sobre todas as atividades operacionais vinculadas à graduação tradicional e tecnológica. Para as demais receitas de ensino superior, a incidência do PIS e da Cofins segue as alíquotas de 0,65% e 3%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas ao ensino superior, a incidência do PIS é apurado pela alíquota de 1,65% e da Cofins a 7,6%. Vale ainda destacar que, a partir de julho de 2015, a Companhia e suas controladas passaram a recolher PIS e Cofins sobre os rendimentos com aplicações financeiras, com alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente.

Sobre as receitas das atividades de ensino, incide o ISS, e, de acordo com cada município, as alíquotas são de 2% a 5%.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente registrados pela Companhia e suas controladas quando se tornam parte de disposições contratuais de determinado instrumento.

2.4.1. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão desses ativos.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados, a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em três categorias:

- ativos financeiros ao custo amortizado;
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): incluem instrumentos de dívida, cujos ganhos e perdas acumulados são reclassificados para o resultado no desreconhecimento, e instrumentos patrimoniais, designados de forma irrevogável, cujos ganhos e perdas não são reclassificados, permanecendo no patrimônio.
- ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram;
- a Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiram uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e: (a) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas nem transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiram o controle do ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência, além do contas a receber de alunos (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

2.4.2. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou custo amortizado, conforme apropriado. No caso de empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os passivos financeiros da Companhia e controladas incluem fornecedores, outras contas a pagar e debêntures.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito a seguir.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e/ou controladas que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros forem atendidos. A Companhia e suas controladas não designaram nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Os saldos de contas a receber da Companhia estão ajustados a valor presente conforme demonstrado na Nota 7.

2.6. Investimentos em controladas

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição. O ágio relativo à controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem individualmente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da controlada. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possui efeitos em outros resultados abrangentes ou registrados diretamente no patrimônio líquido derivados das demonstrações financeiras de suas controladas.

Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a controlada são eliminados em proporção à participação na controlada. A soma da participação da Companhia nos resultados de uma controlada é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores nas controladas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre seu investimento em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda, quando aplicável, no resultado do exercício.

Ao perder influência significativa sobre a controlada, mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação serão reconhecidos no resultado.

2.7. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção. A Companhia não possui ativos qualificáveis nos exercícios apresentados.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e/ou suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Ativo	Prazo
Acervo bibliográfico	10 anos
Equipamento de informática	05 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos audiovisuais	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(a)
Direito de uso	(b)

(a) Com base nos contratos de locação, a vida útil das benfeitorias em propriedades de terceiros gira em torno de 03 a 20 anos, variando de acordo com o período de utilização dos ativos.

(b) Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, que varia em torno de 03 a 20 anos.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.8. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Ativo	Prazo
Carteira de clientes	04 a 09 anos
Marcas	25 anos a 25 anos e meio
Licenças MEC	Indefinida
Cláusulas de não concorrência	05 anos
Polos de ensino	04 anos e 05 meses a 14 anos e 01 mês
Produção de materiais – EaD	04 anos
Softwares	Até 05 anos

Valorização da carteira de clientes

A valorização da carteira de clientes foi estimada através do método de fluxo de caixa descontado, baseada nas informações internas de alunos remanescentes e geração de caixa desses alunos até a formatura, considerando receitas, custos diretos e índice de contribuição de outras despesas e ativos para a geração desse resultado.

Licenças MEC

As licenças concedidas pelo MEC para o curso de Medicina foram estimadas através do método de mensuração pela abordagem da renda. Esse método é uma derivação do método do fluxo de caixa descontado. O princípio fundamental é que o valor de um ativo intangível corresponde ao valor presente das diferenças entre os fluxos de caixa de dois cenários: um considerando a geração de fluxos de caixa atual e outro, uma reconstrução do ativo considerando a curva de evolução necessária para que os fluxos sejam equiparados. Considerando ser um ativo intangível de vida útil indefinida, foi efetuado teste de recuperabilidade conforme descrito na Nota 12.3.

2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido do valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital aplicável para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

específicos descritos a seguir.

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Após a conclusão dos testes de recuperação dos ativos, que foram realizados para a data-base de 31 de outubro de 2025, a Companhia não identificou elementos que indiquem a necessidade de constituição de provisão para *impairment* em 31 de dezembro de 2025.

Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida

Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida são amortizados e depreciados, respectivamente, bem como avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável, sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A avaliação da existência de indicativos de perda do valor econômico é realizada no mínimo anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.10. Arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para fazer frente aos seus compromissos com arrendamentos e ativos de direito de uso, que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos,

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, de acordo com o prazo contratual.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.9.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento (fluxo de caixa descontado real). Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa (tais como a inflação, que é incorporada ao passivo de arrendamento e direito de uso quando aplicada na data-base de reajuste dos aluguéis) e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia, e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa, geralmente percentuais sobre a receita líquida sobre os serviços prestados da Companhia, são reconhecidos como custos dos serviços prestados no período em que ocorre o evento ou a condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo e financiamento incremental (taxa nominal) na data de início, porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma modificação na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor (a Companhia tem como política considerar ativos de baixo valor aqueles cujo valor quando novo é igual ou inferior a R\$ 20). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.11. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e/ou suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado, do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.12. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Plano de remuneração baseado em ações

Os executivos da Companhia podem receber remuneração que são baseadas em ações (liquidáveis em dinheiro).

Os valores relativos à remuneração baseada em ações, liquidáveis em caixa, são registrados como uma provisão a pagar, com sua contrapartida no resultado do exercício, com base no valor justo das *units* no período de aquisição ao direito de exercício. O valor justo desse passivo é revisado e atualizado a cada período de divulgação de resultados trimestrais e anuais, de acordo com a variação do valor justo do benefício outorgado e a aquisição do direito de exercício pelos beneficiários.

2.13. Adiantamentos de clientes

São apresentados no passivo circulante e correspondem aos valores recebidos antecipadamente, relativos a cursos que serão ministrados no período seguinte e que são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência em decorrência da obrigação de desempenho definida pelo CPC 47/IFRS 15 - Contratos com Clientes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.14. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média ponderada das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

A Companhia e/ou suas controladas não possuem operações com instrumentos diluidores que influenciam o cálculo do lucro diluído, portanto, o lucro diluído por ação é igual ao valor do lucro básico por ação.

2.15. Receita diferida

Com a mudança do CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil para a Norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, foi identificado um arrendamento em uma controlada indireta da CEUNSP, que, nos termos da norma, não se qualificam como arrendamento mercantil, e sim como um retro arrendamento do imóvel. A operação de *sale and leaseback* resultou em um ganho auferido na transação, e, à luz da norma, esse ganho foi registrado no passivo da Companhia como uma receita diferida que está sendo amortizado ao longo do prazo do arrendamento.

2.16. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for favorável que benefícios econômicos sejam gerados para a Companhia e/ou suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação da receita:

- quando as partes aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços transferidos;
- quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- quando o contrato possuir substância comercial;
- quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

A seguir apresentamos as políticas adotadas nas receitas advindas das atividades operacionais da

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia.

Prestação de serviços

As receitas incluem mensalidades de ensino superior (graduação e pós-graduação), ensino médio e fundamental, presenciais ou à distância, mensalidade de cursos de extensão e taxas de serviços. As receitas são registradas quando os serviços são prestados.

2.17. Receitas financeiras e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros está inclusa na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

3. Avaliação das informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades, substancialmente, na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada e é gerenciada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso e entregues em formatos diferentes, como campi e polos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão relacionados a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas, no curso normal dos negócios, a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a Companhia e suas controladas podem ser adversamente afetadas, independentemente do respectivo resultado final.

Conforme exposto, não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que essas autuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos quanto dos judiciais.

Tributos

Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa

A provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa é calculada de acordo com as diretrizes do CPC 48/IFRS 9. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na perda esperada e não mais na perda incorrida.

A Companhia utiliza o expediente prático previsto na norma e aplica o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento.

Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário e períodos de contrato

A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar emprestados os recursos necessários para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, com valor similar ao direito de uso do ativo em ambiente econômico similar.

A obtenção dessa taxa envolve um elevado grau de julgamento e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que essa escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares; e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Determinação do prazo de arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de centros acadêmicos, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

- se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão);
- se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.

Adicionalmente, a Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos e os custos e a disrupção nos negócios necessários para a substituição do ativo arrendado.

Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e esteja sob o controle do arrendatário, por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não a exercer).

5. Combinação de negócios

5.1. FAPI - Centro de Ensino Superior de Pinhais

A Companhia, através de sua controlada indireta Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. ("CESPO"), realizou em junho de 2024 o acordo de investimento com os acionistas do Centro de Ensino Superior de Pinhais Ltda. ("FAPI"), para a aquisição de participação societária equivalente a 100% (cem por cento) do capital social total da empresa investida, com assunção do controle a partir de 12 de junho de 2024. A aquisição foi motivada pelo interesse da Companhia em expandir sua operação de medicina.

O preço pago é composto da seguinte forma:

Descrição	Valor
Pago na data do fechamento	161.256
Ajuste de preço (i)	2.522
Parcela retida	21.312
Total da contraprestação	185.090

(i) Em 10 de outubro de 2024, houve o ajuste de preço da aquisição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alocação do valor justo

Em cumprimento aos dispositivos do CPC 15 (R1)/IFRS 3 – Combinações de Negócios, a Administração da Companhia concluiu por meio de laudo de PPA todas as mensurações nos valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na data de aquisição, perfazendo as alocações abaixo apresentadas.

Segue posição dos saldos reconhecidos na combinação de negócio em 12 de junho de 2024:

Descrição	Posição em 30/06/2024	Revisão da alocação	Alocação final
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	3.340	-	3.340
Contas a receber	729	-	729
Tributos a recuperar	95	-	95
Outros créditos	186	-	186
Contas a receber	503	-	503
Depósitos judiciais	37	-	37
Imobilizado, líquido	791	-	791
Intangível, líquido	-	-	-
Licença MEC	-	215.792	215.792
Direito de uso	7.375	-	7.375
	13.056	215.792	228.848
Passivos			
Fornecedores	(208)	-	(208)
Obrigações trabalhistas	(665)	-	(665)
Obrigações tributárias	(205)	-	(205)
Adiantamentos de clientes	(1.693)	-	(1.693)
Obrigações de arrendamento mercantil	(1.173)	-	(1.173)
Outras contas a pagar	(15.025)	-	(15.025)
Obrigações com partes relacionadas	(12.966)	-	(12.966)
Obrigações tributárias	(3.877)	-	(3.877)
Provisão para demandas judiciais	(1.744)	-	(1.744)
Obrigações de arrendamento mercantil	(6.202)	-	(6.202)
	(43.758)	-	(43.758)
Total de ativos identificáveis líquidos	(30.702)	215.792	185.090
Ágio	215.792	(215.792)	-
Total da contraprestação	185.090	-	185.090

Metodologia para o reconhecimento do ativo intangível

Ativo	R\$	Prazo esperado de amortização
Licença MEC	215.792	Indefinido

O ativo intangível Licença MEC foi avaliado utilizando a metodologia de Fluxo de Caixa Descontado (FCD), que considera os benefícios econômicos futuros projetados e os traz a valor presente por meio de uma taxa de desconto (WACC) de 15,30% ao ano e perpetuidade em 3,5% ao ano, equivalente ao IPCA de longo prazo. Considerando as características do ativo e sua relevância estratégica para a operação da empresa, foi atribuído a ele uma vida útil indefinida, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros por tempo indeterminado, em conformidade com os critérios estabelecidos pelas normas contábeis aplicáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saída de caixa líquida na aquisição da FAPI:

	Junho/2024
Preço de Aquisição	185.090
Parcela retida	(23.834)
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(3.340)
Efeito líquido no fluxo de caixa da adquirente	157.916

Impacto das aquisições nos resultados da Companhia

O resultado do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024 inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionais gerados pela FAPI, a partir de junho de 2024, uma vez que a transação de aquisição dessa investida se concretizou em 12 de junho de 2024.

A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde junho de 2024 inclui o valor de receitas líquidas gerado pela FAPI de R\$18.795. A FAPI também contribuiu com o lucro de R\$7.747 no mesmo período.

Caso a aquisição da FAPI fosse em 1 de janeiro de 2024, a receita líquida seria de R\$26.602, com prejuízo no período de R\$12.440.

Cláusulas de reembolso de contingências

A Companhia possui cláusula contratual para eventuais desembolsos financeiros para contingências originadas em eventos passados, ocorridos antes da data de aquisição da FAPI.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	-	-	-	141
Banco conta movimento	2.101	3.714	8.374	10.355
Equivalentes de caixa	43.581	55.216	799.873	544.835
Total	45.682	58.930	808.247	555.331

O grupo de caixa e equivalentes de caixa é composto pelos numerários mantidos em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo que possuem liquidez inferior a 90 dias, sem risco de alteração de valor quando do resgate antecipado.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações de renda fixa estão concentradas em operações de CDB e compromissadas, substancialmente indexadas à variação de 90% a 101,5% do CDI (95% a 103% do CDI em 31 de dezembro de 2024). Tais operações estão contratadas com instituições financeiras nacionais que possuam *rating* correspondente a AAA, divulgados pelas três principais agências de risco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mensalidades (i)	91.827	88.027	269.492	258.696
Crédito universitário (ii)	15.169	15.985	138.438	115.088
Acordos em andamento (iii)	16.887	12.980	86.679	65.863
Cartões a receber (iv)	5.844	8.980	24.326	17.707
FIES a receber (v)	263	658	8.846	14.945
Outras contas a receber	-	388	134	389
Subtotal	129.990	127.018	527.915	472.688
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (vi)	(67.585)	(65.578)	(244.629)	(234.726)
Ajuste a valor presente	(2.021)	(2.305)	(22.214)	(18.258)
Total	60.384	59.135	261.072	219.704
Circulante	54.572	55.665	204.074	191.012
Não circulante	5.812	3.470	56.998	28.692

- (i) Corresponde às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino.
- (ii) Compreende às mensalidades a receber objeto de financiamento próprio (Creducsul) e privado (Pravaler).
- (iii) Referem-se a títulos negociados de acordo com a política de cobrança, em que os juros e multas podem ou não ser isentos de acordo com a negociação. Tais negociações ocorrem, principalmente, por meio de cartões (crédito e débito) ou boletos. Caso haja receita financeira, ela é reconhecida no momento do recebimento.
- (iv) Cartões a receber é representado por valores de mensalidades pagos com cartões de crédito. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia e suas Controladas anteciparam R\$57.561 do saldo a receber de cartão de crédito.
- (v) O FIES é um financiamento educacional operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e que tem o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal como agentes financeiros. Os valores contratados pelos alunos são repassados em forma de Certificados Financeiros do Tesouro Série E (CFT-E), que são títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional. Esses títulos podem ser utilizados para compensação de tributos federais ou convertidos em caixa.

Para que o aluno contrate o FIES, é necessário que seja apresentado fiador ou que o aluno opte pelo Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil (FG-Fies), um fundo administrado pela CEF com finalidade de compartilhar o risco em operações de crédito educativo. O parcelamento próprio é uma modalidade de cobrança que permite aos alunos pagarem a dívida no dobro do tempo do curso. Os valores são atualizados conforme o reajuste dos preços dos serviços e sem a incidência de juros.

- (vi) A Companhia e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa por meio de análise dos saldos de mensalidades e acordos conforme suas faixas de vencimento e estimativa de perda de cada carteira. Também são constituídas provisões para financiamentos próprios e FIES, de acordo com a estimativa da futura inadimplência. Nessa metodologia, a cada faixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, a qual é recorrentemente provisionada. A Administração da Companhia avalia constantemente a necessidade da alteração nos percentuais de provisão para perda com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país. Os montantes são considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber conforme as diretrizes do CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão para créditos para perdas estimadas com liquidação duvidosa está demonstrada a seguir.

Saldos em 31/12/2023

Constituição de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

Combinação de negócios

Baixa contra contas a receber (i)

Saldos em 31/12/2024

Constituição de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

Baixa contra contas a receber (i)

Saldos em 31/12/2025

Controladora	Consolidado
109.773	344.323
47.120	172.492
-	623
(91.315)	(282.712)
65.578	234.726
42.229	127.425
(40.222)	(117.522)
67.585	244.629

- (i) Quando o atraso atinge uma faixa de vencimento superior a 1 ano o título é baixado, bem como a respectiva provisão para perdas. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua realização.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas revisaram os percentuais de perdas por faixa de vencimento. Não houve variação estatisticamente relevantes nos percentuais de perdas comparado com exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os resultados permaneceram consistentes com o histórico e com as premissas da matriz de provisão. Assim, para 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve os percentuais de perda, uma vez que as análises quantitativas e qualitativas não apontaram deterioração no risco de crédito.

A composição dos valores a receber por faixa de vencimento é apresentada a seguir.

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2025	%	31/12/2024	%	31/12/2025	%	31/12/2024	%
A vencer	24.238	18%	27.769	21%	195.628	38%	159.623	34%
Crédito universitário	13.672	11%	14.143	11%	130.859	25%	101.961	22%
Acordos em andamento	4.308	3%	3.054	2%	30.141	6%	20.862	4%
Cartões a receber	5.844	4%	8.980	7%	24.326	5%	17.707	4%
FIES a receber	263	0%	658	1%	8.846	2%	14.945	3%
Mensalidades a receber	151	0%	546	0%	1.322	0%	3.759	1%
Outras contas a receber	-	0%	388	0%	134	0%	389	0%
Vencidos	105.752	82%	99.249	79%	332.287	62%	313.065	66%
Até 180 dias	67.185	52%	63.338	50%	222.465	41%	214.191	46%
Acima de 180 dias	38.567	30%	35.911	29%	109.822	21%	98.874	20%
Total	129.990	100%	127.018	100%	527.915	100%	472.688	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRRF sobre aplicação financeira	1.986	426	16.722	6.846
INSS a recuperar	-	-	2.358	2.358
IR/CS saldo negativo	-	-	517	2.930
IRRF sobre folha de pagamento	-	6	45	56
Demais impostos a recuperar	121	32	1.946	404
Total	2.107	464	21.588	12.594
Circulante	2.107	464	19.396	12.594
Não circulante	-	-	2.192	-

9. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo indenizatório sobre provisão de contingência e despesas recuperáveis (i)	85	-	40.706	75.899
Adiantamentos a fornecedores	11.255	16.156	28.191	28.058
Adiantamentos a funcionários	207	209	2.449	2.456
Dividendos a receber (ii)	99.927	42.949	-	-
Outros	3.054	2.691	13.718	9.594
Total	114.528	62.005	85.064	116.007
Circulante	114.325	60.666	44.279	88.582
Não circulante	203	1.339	40.785	27.425

(i) Conforme o contrato de compra e venda da CEUNSP, Módulo, Unipê, Braz Cubas, CESPO e FAPI, existem garantias atreladas aos processos prováveis judiciais/administrativos em discussão em que a Companhia figura no polo passivo da ação. No caso de julgamentos desfavoráveis, esses valores serão de responsabilidade dos vendedores, sendo reembolsados os valores à Companhia e suas controladas, conforme apresentado na Nota 20.4. A redução, comparado com 31 de dezembro de 2024, está atrelada à compensação com a rubrica "Obrigações por aquisições de participações societárias" (Nota 21), referente às aquisições da Unipê (R\$11.452) e CESPO (R\$22.070) pela SECID e referente a aquisição da FAPI (R\$24) pela CESPO, totalizando o montante de R\$33.546.

(ii) Dividendos a receber das controladas ACEF e SECID (Nota 18.1).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos

10.1. Movimentação dos investimentos

	Módulo	UDF	Unicid	Unifran	Acervo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	27.233	147.110	412.809	446.547	55	1.033.754
Equivalência patrimonial	(8.589)	25.813	183.806	120.333	-	321.363
Amortização de mais valia (i)	-	-	(511)	(449)	-	(960)
Equivalência patrimonial total	(8.589)	25.813	183.295	119.884	-	320.403
Aumento de capital (Nota 18)	8.453	-	172.252	45.130	-	225.835
Distribuição de lucros	-	(27.236)	(53.945)	(176.297)	-	(257.478)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	27.097	145.687	714.411	435.264	55	1.322.514
Equivalência patrimonial	(5.001)	28.334	331.635	173.323	-	528.291
Amortização de mais valia (i)	-	-	(511)	(449)	-	(960)
Equivalência patrimonial total	(5.001)	28.334	331.124	172.874	-	527.331
Baixas de acervo	-	-	-	-	(11)	(11)
Aumento de capital (Nota 18)	6.180	-	218.057	-	-	224.237
Distribuição de lucros	-	(20.000)	(78.763)	(41.164)	-	(139.927)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	28.276	154.021	1.184.829	566.974	44	1.934.144
Saldo patrimonial das controladas	19.250	110.770	1.035.952	450.194		
Ágio	9.026	43.251	126.789	107.924		
Mais valia	-	-	22.088	8.856		
Saldo em 31 de dezembro de 2025	28.276	154.021	1.184.829	566.974		

- (i) Efeito das amortizações dos intangíveis identificados quando da combinação de negócios, reconhecidas na forma de ajuste à equivalência patrimonial na Companhia.

10.2. Sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado das controladas diretas

	31 de dezembro de 2025			
	Módulo	UDF	Unicid	Unifran
% de participação	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ativo circulante	2.804	65.078	405.277	486.076
Ativo não circulante	30.223	121.160	1.809.429	932.382
Total do ativo	33.027	186.238	2.214.706	1.418.458
Passivo circulante	4.760	33.671	274.513	267.494
Passivo não circulante	9.017	41.797	904.241	700.770
Patrimônio líquido	19.250	110.770	1.035.952	450.194
Total do passivo e patrimônio líquido	33.027	186.238	2.214.706	1.418.458
Receita líquida	21.331	155.343	1.255.868	661.129
Custo dos serviços prestados	(19.025)	(94.312)	(566.358)	(328.902)
Despesas operacionais, líquidas	(5.758)	(23.790)	(212.948)	(87.243)
Despesas financeiras, líquidas	(1.691)	(7.698)	(143.681)	(83.805)
Imposto de renda e contribuição social	142	(1.209)	(1.246)	12.144
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(5.001)	28.334	331.635	173.323

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31 de dezembro de 2024			
	Módulo	UDF	Unicid	Unifran
% de participação	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ativo circulante	3.596	51.393	269.540	390.211
Ativo não circulante	34.493	137.025	1.804.861	953.536
Total do ativo	38.089	188.418	2.074.401	1.343.747
Passivo circulante	4.464	29.662	580.153	179.785
Passivo não circulante	15.554	56.320	929.226	845.927
Patrimônio líquido	18.071	102.436	565.022	318.035
Total do passivo e patrimônio líquido	38.089	188.418	2.074.401	1.343.747
Receita líquida	22.343	152.638	1.115.009	608.413
Custo dos serviços prestados	(19.829)	(88.412)	(536.580)	(308.768)
Despesas operacionais, líquidas	(7.959)	(27.698)	(225.312)	(95.151)
Despesas financeiras, líquidas	(2.487)	(14.224)	(164.477)	(83.726)
Imposto de renda e contribuição social	(657)	3.509	(4.834)	(435)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(8.589)	25.813	183.806	120.333

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

11.1. Controladora

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2025
Custo									
Acervo bibliográfico	13.693	1	(5)	-	13.689	-	(454)	-	13.235
Equipamentos de informática	31.858	821	(156)	-	32.523	1.227	(105)	-	33.645
Máquinas e equipamentos (ii)	51.945	2.449	(442)	-	53.952	3.032	(415)	-	56.569
Móveis e utensílios	27.577	1.068	(17)	-	28.628	845	(388)	-	29.085
Instalações	3.004	41	-	-	3.045	-	-	-	3.045
Benfeitorias em propriedades de terceiros	83.933	3.180	-	5.829	92.942	397	-	9.543	102.882
Imobilizações em andamento (i)	485	9.014	-	(5.829)	3.670	9.734	-	(9.543)	3.861
Outras imobilizações	6.811	590	(743)	-	6.658	2.863	(1.389)	-	8.132
	219.306	17.164	(1.363)	-	235.107	18.098	(2.751)	-	250.454
Depreciação									
Acervo bibliográfico	(10.905)	(509)	-	-	(11.414)	(442)	456	-	(11.400)
Equipamentos de informática	(26.545)	(2.319)	155	-	(28.709)	(2.021)	100	-	(30.630)
Máquinas e equipamentos	(24.851)	(3.045)	378	-	(27.518)	(3.156)	199	-	(30.475)
Móveis e utensílios	(16.060)	(1.722)	5	-	(17.777)	(1.813)	140	-	(19.450)
Instalações	(2.473)	(63)	-	-	(2.536)	(65)	-	-	(2.601)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(20.805)	(10.019)	-	-	(30.824)	(10.609)	-	-	(41.433)
Outras imobilizações	(2.848)	(1.100)	473	-	(3.475)	(1.323)	923	-	(3.875)
	(104.487)	(18.777)	1.011	-	(122.253)	(19.429)	1.818	-	(139.864)
	114.819	(1.613)	(352)	-	112.854	(1.331)	(933)	-	110.590

- (i) O grupo de imobilizações em andamento corresponde substancialmente a gastos com reforma de imóveis e adequação dos ambientes para a utilização das aulas nos campi. Após a validação e finalização das obras para utilização do espaço, os valores são transferidos para a rubrica "Benfeitorias em propriedades próprias e de terceiros" e depreciados conforme contrato de locação.
- (ii) O grupo de máquinas e equipamentos corresponde à modernização nos equipamentos para laboratórios e audiovisuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.2. Consolidado

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transf.	Combinação de negócios	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.	Saldos em 31/12/2025
Custo											
Terrenos	80.390	-	-	-	-	80.390	-	-	-	-	80.390
Prédios	104.058	-	-	-	-	104.058	-	-	-	-	104.058
Acervo bibliográfico	78.208	48	(6)	-	-	78.250	28	(1.635)	-	-	76.643
Equipamentos de informática	129.844	6.881	(702)	-	56	136.079	2.543	(1.015)	-	-	137.607
Máquinas e equipamentos (ii)	199.072	12.745	(742)	-	983	212.058	12.283	(2.125)	-	-	222.216
Móveis e utensílios	112.754	5.155	(295)	3	-	117.617	4.639	(1.590)	-	-	120.666
Instalações	29.364	41	-	-	-	29.405	173	(1)	-	-	29.577
Benfeitorias em propriedades de terceiros	348.497	11.863	(2.360)	34.576	-	392.576	1.335	(760)	38.954	-	432.105
Imobilizações em andamento (i)	8.602	38.969	(31)	(34.579)	-	12.961	52.833	-	(38.954)	-	26.840
Outras imobilizações	14.317	599	(778)	-	-	14.138	2.823	(2.070)	-	(34)	14.857
	1.105.106	76.301	(4.914)	-	1.039	1.177.532	76.657	(9.196)	-	(34)	1.244.959
Depreciação											
Prédios	(23.936)	(3.432)	-	-	-	(27.368)	(3.436)	-	-	-	(30.804)
Acervo bibliográfico	(70.080)	(2.419)	-	-	-	(72.499)	(1.825)	1.625	-	-	(72.699)
Equipamentos de informática	(106.307)	(8.939)	577	-	(19)	(114.688)	(8.258)	1.007	-	-	(121.939)
Máquinas e equipamentos	(109.716)	(13.629)	444	-	(229)	(123.130)	(13.907)	1.066	-	(9)	(135.980)
Móveis e utensílios	(79.361)	(6.926)	130	-	-	(86.157)	(6.896)	912	-	-	(92.141)
Instalações	(26.814)	(654)	-	-	-	(27.468)	(700)	1	-	-	(28.167)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(96.636)	(34.253)	325	-	-	(130.564)	(40.938)	635	-	-	(170.867)
Outras imobilizações	(8.959)	(2.143)	512	-	-	(10.590)	(2.439)	1.612	-	180	(11.237)
	(521.809)	(72.395)	1.988	-	(248)	(592.464)	(78.399)	6.858	-	171	(663.834)
	583.297	3.906	(2.926)	-	791	585.068	(1.742)	(2.338)	-	137	581.125

(i) O grupo de imobilizações em andamento corresponde substancialmente a gastos com reforma de imóveis e adequação dos ambientes para a utilização das aulas nos campi. Após a validação e finalização das obras para utilização do espaço, os valores são transferidos para a rubrica "Benfeitorias em propriedades próprias e de terceiros" e depreciados conforme contrato de locação.

(ii) O grupo de máquinas e equipamentos corresponde à modernização nos equipamentos para laboratórios e audiovisuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

12.1. Controladora

Movimentação	Saldos em 31/12/2023	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2024	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2025
Custo							
Marcas	-	-	-	-	1	-	1
Produção de materiais - EaD	22.761	5.514	-	28.275	3.839	-	32.114
Softwares (i)	75.471	2.061	24.307	101.839	5	12.604	114.448
Softwares em andamento (i)	9.644	15.737	(24.307)	1.074	13.428	(12.604)	1.898
Total do custo	107.876	23.312	-	131.188	17.273	-	148.461
Amortizações							
Produção de materiais - EaD	(16.763)	(1.956)	-	(18.719)	(3.235)	-	(21.954)
Softwares	(56.397)	(10.443)	-	(66.840)	(8.988)	-	(75.828)
Total da amortização	(73.160)	(12.399)	-	(85.559)	(12.223)	-	(97.782)
Total	34.716	10.913	-	45.629	5.050	-	50.679

- (i) Os valores de adições em softwares no período estão, substancialmente, relacionados aos projetos de transformação digital nos sistemas de *backoffice*, acadêmico e comercial da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.2. Consolidado

Movimentação	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Combinação de negócios	Transf.	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transf.	Relassif.	Saldos em 31/12/2025
Custo											
Ágio em aquisições de investimentos	1.111.115	-	(3.026)	-	-	1.108.089	-	-	-	-	1.108.089
Mais valia - Marcas	194.127	-	-	-	-	194.127	-	-	-	-	194.127
Mais valia - Carteira de clientes	116.543	-	-	-	-	116.543	-	-	-	-	116.543
Mais valia - Licenças MEC	252.054	-	-	215.792	-	467.846	-	-	-	-	467.846
Mais valia - Polos de ensino	93.333	-	-	-	-	93.333	-	-	-	-	93.333
Mais valia - Relacionamento com clientes	10.844	-	(936)	-	-	9.908	-	-	-	-	9.908
Mais valia - Cláusula de não concorrência	24.177	-	(282)	-	-	23.895	-	-	-	-	23.895
Marcas	762	-	-	-	-	762	1	-	-	-	763
Produção de materiais - EaD	49.784	8.369	-	-	-	58.153	7.359	-	-	-	65.512
Softwares (i)	189.953	4.233	-	-	106.758	300.944	6	(321)	22.788	(13)	323.404
Softwares em andamento (i)	51.101	58.109	-	-	(106.758)	2.452	35.105	-	(22.788)	13	14.782
Total do custo	2.093.793	70.711	(4.244)	215.792	-	2.376.052	42.471	(321)	-	-	2.419.690
Amortização											
Mais valia - Marcas	(37.312)	(6.856)	-	-	-	(44.168)	(6.889)	-	-	37	(51.020)
Mais valia - Carteira de clientes	(104.820)	(8.560)	-	-	-	(113.380)	(3.161)	-	-	(2)	(116.543)
Mais valia - Polos de ensino	(29.812)	(6.696)	-	-	-	(36.508)	(6.696)	-	-	-	(43.204)
Mais valia - Relacionamento com clientes	(10.829)	(15)	936	-	-	(9.908)	-	-	-	-	(9.908)
Mais valia - Cláusula de não concorrência	(21.196)	(2.598)	282	-	-	(23.512)	(363)	-	-	(20)	(23.895)
Marcas	(26)	-	-	-	-	(26)	-	-	-	-	(26)
Produção de materiais - EaD	(41.273)	(2.762)	-	-	-	(44.035)	(4.795)	-	-	-	(48.830)
Softwares	(138.966)	(26.791)	-	-	-	(165.757)	(32.996)	234	-	(152)	(198.671)
Total da amortização	(384.234)	(54.278)	1.218	-	-	(437.294)	(54.900)	234	-	(137)	(492.097)
Total	1.709.559	16.433	(3.026)	215.792	-	1.938.758	(12.429)	(87)	-	(137)	1.926.105

- (i) Os valores de adições em softwares no período estão, substancialmente, relacionados aos projetos de transformação digital nos sistemas de *backoffice*, acadêmico e comercial da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos, líquidos de amortização, dos intangíveis identificados por unidades geradoras de caixa estavam representados da forma a seguir.

	Ágio	Marcas	Licenças MEC	Polos de Ensino
Módulo	9.026	-	-	-
UDF	43.251	-	-	-
Unicid	126.789	6.148	15.940	-
Unifran	107.924	5.835	3.021	-
FASS	7.728	-	-	-
CEUNSP	63.219	6.157	-	-
Veritas	102.609	22.302	112.564	-
Unipê	201.922	27.800	37.637	-
Braz Cubas	216.503	19.415	-	5.065
CESPO	218.535	55.450	82.892	45.064
CESA	10.583	-	-	-
FAPI	-	-	215.792	-
	1.108.089	143.107	467.846	50.129

Os ativos classificados como *softwares* correspondem à aquisição e custos de implementação de *softwares* operacionais da Companhia e suas controladas. Sua taxa de amortização é de no mínimo 20% ao ano.

Os ágios gerados nas aquisições são mensurados como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Ágios e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém a perda de valor recuperável é testada, no mínimo, uma vez ao ano.

As parcelas dos ágios não alocadas foram identificadas através de laudo de mensuração do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos e alocação do preço de aquisição dos negócios adquiridos, conforme CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

O valor de licença MEC (Ministério da Educação), que foi identificado com vida útil indefinida de acordo com estudo preparado por empresa independente, também é submetido anualmente à análise de recuperabilidade (teste de *impairment*).

12.3. Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio nas aquisições de participações

Em 31 de outubro de 2025, a Administração efetuou a análise de recuperabilidade de seus ativos intangíveis de vida útil indefinida e não identificou indicadores de *impairment*. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos intangíveis.

A Companhia considera como unidade geradora de caixa (*business unit*) a gestão acadêmica, comercial e administrativa das unidades de cada entidade existente, conforme disposto no item 6

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do IAS 36/CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, conforme demonstrado a seguir.

Entidades	UGCs em 31/12/2025	UGCs em 31/12/2024
Unifran	Unifran	Unifran
Unicid	Unicid	Unicid
UDF	UDF	UDF
CEUNSP	CEUNSP	CEUNSP
Veritas	Sul	Sul
Módulo	Módulo	Módulo
FASS	Módulo	Módulo
Ipê Educacional	Nordeste	Nordeste
Ipê Patrimonial	Nordeste	Nordeste
Sociedade Educacional Braz Cubas	Braz Cubas	Braz Cubas
Centro de Estudos Superior Positivo	CESPO	CESPO
CESA – Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas	CESPO	CESPO
FAPI - Centro de Ensino Superior de Pinhais	CESPO	CESPO

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir.

Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são taxa média de desconto nominal, números de alunos, ganho de margem anual pelo período de cinco anos e crescimento do EBITDA projetado, conforme a seguir.

Premissas	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de desconto (i)	16,54%	14,05%
Período de projeção (ii)	5 anos	5 anos
Crescimento de alunos (iii)	6,2%	2,0%
Crescimento na perpetuidade (iv)	3,5%	3,6%
Crescimento da receita (v)	11,5%	7,2%

- (i) A taxa de desconto (WACC) foi calculada considerando o custo do capital próprio e o custo da dívida, ponderados pela proporção de cada um na estrutura de capital da Companhia sem considerar os efeitos fiscais.
- (ii) As projeções devem abranger, como regra geral, o período máximo de cinco anos, a menos que se justifique, fundamentadamente, um período mais longo.
- (iii) Crescimento na captação de alunos na EaD e no Presencial em 6,2% entre 2026 e 2030.
- (iv) Taxa de perpetuidade de 3,5% a.a. A Companhia acredita ser viável o alcance dos resultados projetados para períodos superior a cinco anos, dadas sua experiência e capacidade de gestão na integração e expansão de geração de caixa de unidades adquiridas, bem como nas características específicas que o setor possui, como baixa penetração e altas taxas de crescimento no histórico recente.
- (v) Crescimento de receita através de novas turmas, reposicionamento de preço e captação de alunos advindo de novas praças.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade das premissas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou análise de sensibilidade considerando um acréscimo ou uma redução de um ponto percentual na taxa de desconto e não foi identificado, em nenhuma das UGCs, a necessidade de ajuste ao valor recuperável.

Os valores utilizados nas principais premissas representam a melhor estimativa da Administração do futuro das unidades geradoras de caixa e foram baseadas em fontes internas (dados históricos) e externas (Censo do Ensino Superior).

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores diversos	29.309	18.253	37.877	32.993
Provisão de fornecedores (i)	11.149	5.412	28.841	9.044
Repasse de polos	23.999	18.130	53.432	38.728
Total	64.457	41.795	120.150	80.765

- (i) A provisão reconhecida no exercício de 2025 apresentou aumento em relação ao exercício anterior em função do reconhecimento de serviços prestados ao longo de 2025, cujas notas fiscais tiveram seu registro sistêmico efetuado apenas em 2026. Em observância ao regime de competência, os valores correspondentes foram devidamente provisionados no exercício de 2025.

14. Debêntures

14.1. Composição

Modalidade	Emissão	Série	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
				31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures – ACEF (i)	2ª	1ª	Taxa CDI + 1,35 a.a.	-	-	135.409	136.026
Debêntures – ACEF	3ª	1ª	Taxa CDI + 1,35 a.a.	-	-	60.120	87.161
Debêntures – SECID (ii)	2ª	1ª	Taxa CDI + 1,40 a.a.	-	-	-	325.393
Debêntures – SECID (ii)	3ª	1ª	Taxa CDI + 1,54 a.a.	-	-	-	176.591
Debêntures – ACEF	5ª	1ª	Taxa CDI + 1,35 a.a.	-	-	298.754	298.237
Debêntures – CSE	2ª	1ª	Taxa CDI + 1,35 a.a.	318.270	-	318.270	-
Debêntures – CSE	3ª	1ª	Taxa CDI + 0,90 a.a.	301.093	-	301.093	-
Debêntures – CSE	3ª	2ª	Taxa CDI + 1,10 a.a.	250.869	-	250.869	-
				870.232	-	1.364.515	1.023.408
			Circulante	20.232	-	129.437	172.311
			Não circulante	850.000	-	1.235.078	851.097

- (i) No dia 16 de junho de 2025, a Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão da ACEF aprovou a implementação do reperfilamento de dívida (renegociação para alongamento de prazo), alterando o vencimento para o dia 24/06/2030. O reperfilamento faz parte da estratégia de gestão de capital ativa da Companhia.
- (ii) No dia 11 dezembro de 2025, foram resgatadas antecipadamente a 2ª e 3ª emissão de debêntures da SECID, as quais foram integralmente liquidadas com recursos provenientes da 3ª emissão de debêntures da CSED.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória, para distribuição pública e com esforços restritos de distribuição, possuem as características a seguir.

Empresa	Emissão	Série	Data da emissão	Vencimento	Quant.	Valor unitário	Valor emissão	Pagamento principal e juros	Garantias
ACEF	2ª	Única	24/09/2018	24/06/2030	3.000	100	300.000	Semestral (Jun. e Dez.)	(i)
ACEF	3ª	Única	23/12/2019	23/12/2026	155.000	1	155.000	Semestral (Jun. e Dez.)	(ii)
ACEF	5ª	Única	27/06/2024	27/07/2029	300.000	1	300.000	Semestral (Jun. e Dez.)	(iii)
CSE	2ª	Única	05/02/2025	05/02/2030	300.000	1	300.000	Semestral (Fev. e Ago.)	(iv)
CSE	3ª	1ª	15/11/2025	15/11/2030	300.000	1	300.000	Nov.29 e Nov.30	(v)
CSE	3ª	2ª	15/11/2025	15/11/2032	250.000	1	250.000	Nov.31 e Nov.32	(v)

- (i) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (a) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade de Santa Rita e CESUCA decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (b) eventual fração, se houver necessidade de complemento do valor mínimo, dos direitos creditórios da titularidade da Companhia, decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (c) alienação fiduciária das ações de Santa Rita e Veritas; (d) alienação fiduciária das quotas de Santa Tereza, São Bento e CESUCA; e (e) fiança da Companhia, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.
- (ii) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (a) alienação fiduciária das quotas da Braz Cubas; (b) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Braz Cubas decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; e (c) fiança da Companhia, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.
- (iii) A Companhia, é a fiadora do contrato, e obrigando-se, como devedora solidária e principal pagadora de todos os valores devidos pela emissora, até a final liquidação das debêntures.
- (iv) Garantia fidejussória, onde a UDF, ACEF, Módulo e SECID atuam como fiadoras, comprometendo-se a pagar todas as obrigações da emissora caso ela não consiga cumprir. Essas entidades garantem o pagamento integral dos valores devidos, incluindo encargos moratórios e custos adicionais, até a liquidação completa das debêntures.
- (v) Garantia fidejussória, onde a Braz Cubas, ACEF, Módulo e SECID atuam como fiadoras, comprometendo-se a pagar todas as obrigações da emissora caso ela não consiga cumprir. Essas entidades garantem o pagamento integral dos valores devidos, incluindo encargos moratórios e custos adicionais, até a liquidação completa das debêntures.

14.2. Cláusulas restritivas (Covenants)

As debêntures contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, os quais são apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da fiadora, Cruzeiro do Sul Educacional.

Para a 2ª, 3ª e 5ª emissão da ACEF e para a 2ª e 3ª emissão da CSE, o resultado do quociente da divisão da dívida financeira líquida e o EBITDA Ajustado deverá ser igual ou inferior a 3,0x, descontados de todos os impactos do IFRS 16/CPC 06 (R2).

Na data de medição de 31 de dezembro de 2025, a Companhia atingiu todos os índices requeridos descritos acima.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.3. Movimentação

	Controladora 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
SalDOS em 31 de dezembro de 2023	-	843.947
Novas captações (i)	-	473.250
Custo de captação	-	(3.676)
Pagamento de juros	-	(118.127)
Pagamento de principal	-	(284.375)
Apropriação dos juros	-	111.199
Amortização do custo	-	1.190
SalDOS em 31 de dezembro de 2024	-	1.023.408
Novas captações (ii)	850.000	850.000
Custo de captação	(3.749)	(3.749)
Custo de reperfilamento (iii)	-	(953)
Pagamento de juros	(19.266)	(169.207)
Pagamento de principal	-	(523.375)
Apropriação dos juros	42.964	185.266
Amortização do custo	283	3.125
SalDOS em 31 de dezembro de 2025	870.232	1.364.515

- (i) Captação da 3ª emissão da SECID no valor de R\$175.250 e da 5ª emissão da ACEF no valor de R\$300.000, nos dias 12 de abril de 2024 e 27 de julho de 2024, respectivamente.
- (ii) Captação da 2ª emissão da CSE no valor de R\$300.000, no dia 05 de fevereiro de 2025 e captação da 3ª emissão da CSE no valor de R\$550.000, no dia 15 de novembro de 2025.
- (iii) Custo de reperfilamento da 2ª emissão de debêntures da ACEF (alongamento do prazo da dívida).

Em 31 de dezembro de 2025, o cronograma de vencimento era o seguinte:

Ano	2ª emissão ACEF	3ª emissão ACEF	5ª emissão ACEF	2ª emissão CSE	3ª emissão CSE	3ª emissão CSE	Consolidado
2026	331	60.120	48.754	18.270	869	1.093	129.437
2027	39.051	-	100.000	-	-	-	139.051
2028	39.051	-	100.000	120.000	-	-	259.051
2029	39.051	-	50.000	120.000	-	150.000	359.051
Acima de 2029	17.925	-	-	60.000	250.000	150.000	477.925
	135.409	60.120	298.754	318.270	250.869	301.093	1.364.515

15. Arrendamentos

O passivo de arrendamento é decorrente do reconhecimento de pagamentos futuros e do direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa nominal incremental de empréstimo com características e prazos semelhantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

aos contratos de arrendamento.

Contratos por prazo e taxa de desconto:

Prazos Contratuais	Taxa
3 anos	10,51%
6 anos	11,27%
9 anos	10,40%
Mais de 10 anos	10,04%

15.1. Movimentação do direito de uso

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	299.438	1.002.601
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	-	(14.788)
Remensuração decorrente dos ajustes por inflação corrente (i)	6.366	53.181
Depreciação no exercício	(39.970)	(133.254)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	265.834	907.740
Direito de uso	492.417	1.620.762
(-) Depreciação acumulada	(226.583)	(713.022)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	265.834	907.740

(i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	334.150	1.129.737
Adição por combinação de negócios - FAPI	-	7.375
Adição de novos contratos / Alterações contratuais	7.608	19.098
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	-	(23.436)
Remensuração decorrente dos ajustes por inflação corrente (i)	(3.996)	(2.723)
Depreciação no exercício	(38.324)	(127.450)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	299.438	1.002.601
Direito de uso	486.052	1.583.244
(-) Depreciação acumulada	(186.614)	(580.643)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	299.438	1.002.601

(i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

15.2. Movimentação do passivo de arrendamento

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	387.250	1.226.618
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	-	(16.642)
Remensuração decorrente dos ajustes por inflação corrente (i)	6.366	53.181
Contraprestação paga	(72.591)	(227.771)
Apropriação de encargos financeiros	37.436	115.219
Saldo em 31 de dezembro de 2025	358.461	1.150.605
Circulante	44.483	149.215
Não circulante	313.978	1.001.390

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	409.730	1.325.883
Adição por combinação de negócios - FAPI	-	7.375
Adição de novos contratos / Alterações contratuais	7.608	19.098
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	-	(30.343)
Remensuração decorrente dos ajustes por inflação corrente (i)	(3.996)	(2.723)
Contraprestação paga	(65.787)	(215.435)
Apropriação de encargos financeiros	39.695	122.763
Saldo em 31 de dezembro de 2024	387.250	1.226.618
Circulante	39.053	128.610
Não circulante	348.197	1.098.008

(i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

As parcelas fixas dos contratos de aluguel, conforme apresentado acima, foram reconhecidas a valor presente como direito de uso em contrapartida do passivo de arrendamento, considerando a taxa de juros nominal incremental quando da adoção inicial, do início do contrato ou de sua eventual modificação de escopo. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas registraram, segundo o regime de competência, diretamente no resultado o montante de R\$1.641 (R\$2.254 em 31 de dezembro de 2024) relacionado aos contratos que não atendem as premissas para a capitalização como direito de uso da norma (ausência do controle substancial do bem).

Além dos valores apresentados acima, a Companhia e suas controladas possuem três contratos de arrendamento que contêm termos de pagamentos variáveis, em complemento aos valores fixos de arrendamento. A cláusula variável está relacionada ao atingimento de metas por faturamento nos cursos ministrados nos respectivos locais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve atingimento de tais parâmetros, portanto, não houve qualquer desembolso adicional.

Alguns dos membros do grupo de controle da Companhia detêm participação majoritária das sociedades Motriz Participações Ltda., HG Cruzeiro do Sul Empreendimentos e Participações S.A. e FP Incorporadora Ltda., que são proprietárias de imóveis locados pela Companhia e suas controladas. Os valores envolvidos no âmbito dos referidos contratos de locação representaram em 31 de dezembro de 2025 R\$109.009 (R\$130.853 em 31 de dezembro de 2024) de direito de uso e R\$137.972 (R\$159.348 em 31 de dezembro de 2024) de passivo de arrendamento.

15.3. Maturidade dos contratos

Os saldos de arrendamento a pagar, relacionados aos compromissos futuros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão apresentados a seguir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Até um ano	78.481	76.252	251.776	240.461
Um ano até cinco anos	322.969	335.517	858.316	929.194
Cinco anos até dez anos	109.371	159.702	442.788	501.534
Dez anos até quinze anos	-	4.810	194.151	245.215
Juros embutidos	(152.360)	(189.031)	(596.426)	(689.786)
	358.461	387.250	1.150.605	1.226.618

15.4. Impactos nas demonstrações financeiras do exercício

A Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do exercício nas rubricas “Custos” e “Despesas financeiras”, respectivamente, as despesas de depreciação e juros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tais impactos alcançam os valores de R\$133.254 (R\$127.450 em 31 de dezembro de 2024) e R\$115.219 (R\$122.763 em 31 de dezembro de 2024), respectivamente.

15.5. Ofício circular CVM nº 02/2019

Em atendimento ao aludido ofício, a Companhia e suas controladas apresentam os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação e amortização considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal, cujas taxas referenciais são atualizadas com base nas informações da B3.

	31/12/2025				
	Consolidado				
	2025	2026	De 2027 até 2031	De 2032 até 2036	De 2037 até 2041
<u>Passivo de arrendamento</u>					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	1.150.605	1.001.389	476.846	168.829	-
Fluxo com projeção de inflação	1.150.605	1.040.690	637.155	282.376	-
Variação		3,92%	33,62%	67,26%	0,00%
<u>Direito de uso líquido</u>					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	907.740	773.639	311.841	94.574	-
Fluxo com projeção de inflação	907.740	811.709	453.809	187.326	-
Variação		4,92%	45,53%	98,07%	0,00%
<u>Despesa financeira</u>					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)		102.562	333.767	134.746	25.352
Fluxo com projeção de inflação		105.648	396.686	202.264	45.962
Variação		3,01%	18,85%	50,11%	81,30%
<u>Direito de depreciação</u>					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)		134.101	461.798	217.267	94.574
Fluxo com projeção de inflação		139.645	584.433	382.892	219.084
Variação		4,13%	26,56%	76,23%	131,65%

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para férias e encargos	13.996	11.420	45.049	40.707
Salários a pagar	11.903	8.722	37.887	30.226
Provisão de participação nos resultados	19.629	19.582	26.926	25.574
INSS a recolher	5.416	4.741	18.072	17.346
FGTS a recolher	1.798	1.574	6.092	5.912
Outras obrigações	449	112	1.380	810
Provisão para benefícios dos administradores (Notas 18.4 e 18.5)	11.906	4.399	11.906	4.399
Total	65.097	50.550	147.312	124.974
Circulante	59.048	47.391	141.263	121.815
Não circulante	6.049	3.159	6.049	3.159

17. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRRF a recolher	6.952	5.626	21.208	19.191
PIS e COFINS a recolher	8.376	7.712	15.968	12.930
ISS a recolher	1.945	1.724	8.255	6.599
Impostos retidos	1.464	1.121	3.809	2.770
IRPJ e CSLL	-	-	538	1.508
Parcelamentos	-	-	114.085	125.848
Total	18.737	16.183	163.863	168.846
Circulante	18.737	16.183	72.781	63.221
Não circulante	-	-	91.082	105.625

17.1. Parcelamentos

17.1.1. Composição

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos de parcelamentos são representados por:

Composição		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024
PROIES (i)	Taxa de juros Selic	101.746	110.321
REFIS (ii)	Taxa de juros Selic	6.571	8.452
PERT (iii)	Taxa de juros Selic	2.986	3.506
Simplificado RFB	Taxa de juros Selic	641	841
FGTS (iv)	Taxa de juros remuneratórios	301	354
IPTU (v)	Unidade Financeira Municipal (UFM)	114	161
PGFN (vi)	Taxa de juros Selic	1.726	2.213
Total		114.085	125.848

- (i) PROIES – Demais débitos e previdenciários: refere-se ao parcelamento proveniente da controlada Braz Cubas – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior, instituído pela Lei nº 12.688/2012. Esse programa consiste na renegociação de dívidas tributárias com o governo federal, convertendo até 90% dessas dívidas em bolsas de estudo e, assim, reduzindo o pagamento em espécie a 10% do total devido. A dívida foi negociada em novembro de 2017 em

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

180 parcelas.

- (ii) REFIS: refere-se aos parcelamentos proveniente das controladas SECID, Braz Cubas e Unipê, através da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, de débitos vencidos até 2008; da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2015, de débitos vencidos até 2013; e a reabertura em todos os períodos habilitados, de acordo com a Lei nº 11.941.
- (iii) PERT: refere-se aos parcelamentos de todos os débitos vencidos até 2017, provenientes das controladas SECID e Unipê, através da Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017.
- (iv) FGTS: parcelamento definido pela Resolução CCFGTS nº 765, de 09 de dezembro de 2014, que permite parcelar débitos em qualquer esfera oriundos de FGTS. A controlada Unipê aderiu em setembro de 2014 referente a dívida de 2005, em 180 parcelas.
- (v) PDD IPTU e ISS: Refere-se aos parcelamentos de débitos vencidos até 2023, provenientes da controlada FAPI, regido pelas Leis Complementares nº 74/2010 e regido pela Lei Complementar nº 136/2017.
- (vi) PGFN: Parcelamento federal – definido EDITALPGDAU N. 2/2023 – DEBITOSPREVIDENCIARIOS, EDITALPGDAU N 3/2023 – DEBITOSPREVIDENCIARIOS e EDITALPGDAU N. 2/2023 – DEMAISDEBITOS. A controlada FAPI aderiu em maio e junho de 2023 referente dívida de 2023, em 36 e 60 parcelas.

17.1.2. Movimentação

Consolidado	31/12/2024	Adição	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2025
Parcelamentos					
PROIES	111.865	-	6.938	(16.412)	102.391
REFIS	8.452	-	495	(2.376)	6.571
PERT	3.506	-	273	(793)	2.986
Simplificado RFB	841	-	25	(225)	641
FGTS	354	-	10	(63)	301
IPTU	161	-	1	(48)	114
PGFN	2.213	350	214	(1.051)	1.726
Total parcelamentos	127.392	350	7.956	(20.968)	114.730
Saldo a compensar PROIES	(1.544)				(645)
Parcelamento líquido do crédito PROIES	125.848				114.085

Consolidado	31/12/2023	Combinação de negócios	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2024
Parcelamentos					
PROIES	119.137	-	6.736	(14.008)	111.865
REFIS	13.587	-	534	(5.669)	8.452
PERT	3.980	-	239	(713)	3.506
Simplificado RFB	-	939	34	(132)	841
FGTS	211	178	16	(51)	354
IPTU	-	227	-	(66)	161
ISS	-	27	-	(27)	-
PGFN	-	2.623	66	(476)	2.213
Total parcelamentos	136.915	3.994	7.625	(21.142)	127.392
Saldo a compensar PROIES	(1.950)				(1.544)
Parcelamento líquido do crédito PROIES	134.965				125.848

Em 31 de dezembro de 2025, o cronograma de vencimento era o seguinte:

Período	Consolidado
1 ano	23.003
2 a 3 anos	40.870
Mais de 3 anos	50.212
	114.85

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Partes relacionadas

18.1. Controladora

	31/12/2025			31/12/2024		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Adto. para futuro aumento de capital (i)						
SECID	400.000	-	-	15.470	-	-
Módulo	760	-	-	4.860	-	-
Dividendos a receber (Nota 9)						
ACEF	21.164	-	-	-	-	-
SECID	78.763	-	-	42.949	-	-
Outras partes relacionadas						
HG Cruzeiro do Sul Empr. e Participações S.A. (ii)	-	807	(9.401)	-	767	(8.657)
FP Incorporadora Ltda. (ii)	-	615	(7.162)	-	584	(6.511)
Motriz Participações Ltda. (ii)	-	121	(1.413)	-	115	(1.243)
Outros (iii)	-	-	(1.186)	1.186	-	-
	500.687	1.543	(19.162)	64.465	1.466	(16.411)

18.2. Consolidado

	31/12/2025		31/12/2024	
	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo
Outras partes relacionadas				
Motriz Participações Ltda. (ii)	2.065	(24.070)	-	1.673
HG Cruzeiro do Sul Empr. e Participações S.A. (ii)	1.225	(14.277)	-	1.164
FP Incorporadora Ltda. (ii)	615	(7.162)	-	584
Outros (iii)	-	(1.186)	1.186	-
	3.905	(46.695)	1.186	3.421

- (i) Os adiantamentos para futuro aumento de capital correspondem a valores enviados pela Companhia às suas controladas com expectativa de integralização ao seu capital social em um período de até 12 meses, sendo os principais da SECID e ACEF para pagamento das debêntures (parcelas da 1ª, 2ª e 3ª emissão) e contas a pagar por aquisições de participações societárias.
- (ii) Refere-se ao montante total das parcelas mensais de aluguel dos seguintes imóveis: campi São Miguel Paulista, Anália Franco e Pinheiros, ginásio de esportes, clínica veterinária, UDF, Módulo e campus CEUNSP – Salto. Os contratos de aluguel celebrados entre as partes possuem prazo de vigência entre 3 e 15 anos, contendo cláusula de prorrogação automática, com reajuste anual pelo índice IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), tomando como base a data de sua assinatura. A totalidade das obrigações com os respectivos arrendamentos estão demonstradas na Nota 15. Os impactos de resultado correspondem aos juros e contraprestações incorridos sobre passivos de arrendamentos firmados com as respectivas empresas, conforme descrito na Nota 15.2.
- (iii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a controladora mantinha registrado créditos a receber de determinados acionistas, na rubrica de "Outros créditos" (Nota 9) na linha "Outros". Esses valores foram baixados em agosto de 2025.

18.3. Renovação de contratos de locação de imóveis

A Companhia é locatária de 10 imóveis onde estão instaladas unidades de ensino do Grupo Cruzeiro do Sul Educacional S.A., cujo proprietários desses imóveis são membros das famílias fundadoras (acionistas).

Em maio de 2024, foi acordado entre as partes extinguir os contratos atuais e celebrar novos contratos com as seguintes condições (i) substituição do IGPM pelo IPCA (com ajuste pelo IPCA desde janeiro de 2023), (ii) prazo de 5 anos com renovação automática, e (iii) quitação mútua dos

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contratos extintos. Os novos contratos seguirão termos de mercado semelhantes aos praticados com terceiros independentes.

18.4. Remuneração dos administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações é de responsabilidade da Assembleia Geral, fixar o montante global ou individual da remuneração dos administradores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros e diretores estatutários da Companhia foi de R\$13.249 (R\$15.686 em 31 de dezembro de 2024), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, a qual está dentro dos limites aprovados na Assembleia Geral juntamente com as contas anuais em consonância com o orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração.

18.5. Programa de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – *Phantom Shares* e PPR Diferido

Em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2022, foi aprovado o Programa de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – *Phantom Shares* e PPR Diferido, que estabelece os termos e as condições para o pagamento de um prêmio em dinheiro, referenciado ao valor da ação da Companhia.

O Programa de Incentivo de Longo Prazo concedido pela Cruzeiro do Sul tem o intuito de incentivar seus executivos a tomar decisões, adotar ações e liderar suas equipes para exceder as expectativas de ganhos de capital e retorno de investimentos dos acionistas. Consiste em dois programas distintos – *Phantom Shares* e PPR Diferido, sendo esse último vinculado à métrica de retorno das ações da Companhia.

Os programas de *Phantom Shares* e PPR Diferido envolvem o pagamento de um valor em caixa ao beneficiário, calculado com base em uma quantidade definida de *units*. As *units* são valores de referência baseados na cotação média da ação da Companhia. Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia outorgou 7.022.790 *units* (1.020.195 na 1ª outorga, em 16 de dezembro de 2022, 2.409.825 na 2ª outorga, em 16 de agosto de 2023, 2.095.286 na 3ª outorga, em 06 de setembro de 2024 e 1.497.484 na 4ª outorga, em 22 de abril de 2025).

O programa de PPR Diferido representa 70% das *units* concedidas, no qual a quantidade de *units* de referência para o pagamento em caixa varia conforme o *Total Shareholder Return* (TSR), que deverá ser analisado de duas maneiras: i) comparado a um custo de capital próprio estimado; e ii) comparado com o retorno das ações de um grupo definido de empresas do mesmo setor.

Em 31 de dezembro de 2025 o valor do passivo correspondente a esse prêmio está registrado no passivo não circulante na rubrica “Obrigações trabalhistas”, e sua contrapartida no resultado, na rubrica “Salários e encargos sociais”, no montante de R\$11.906 (R\$4.399 em 31 de dezembro de 2024).

18.5.1. Programa de Incentivo de Longo Prazo – *Phantom Shares*

O programa de *Phantom Shares* contempla o direito sobre as *units*, cuja concessão (*grant date*) foi

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

aprovada e registrada em ata da reunião do Conselho de Administração ocorrida em 10 de fevereiro de 2022.

Para adquirir o direito de receber o pagamento em caixa referente às *units*, os beneficiários devem permanecer na Companhia por um período de 3 anos (por outorga). O valor da *unit* é definido com base na média ponderada pelo volume dos preços da ação CSED3 (VWAP) na B3, nos 45 pregões anteriores à data da primeira Reunião Ordinária do Conselho de Administração que ocorreu no ano de 2025 (1ª outorga), e ocorrerão nos anos de 2026 (2ª outorga), 2027 (3ª outorga) e 2028 (4ª outorga).

18.5.2. Programa de Incentivo de Longo Prazo – PPR Diferido

O objetivo do programa PPR Diferido é alinhar os interesses dos beneficiários com os da Companhia no longo prazo, para garantir a perenidade do negócio e dos resultados alcançados.

As regras para cálculo do valor da *unit* são idênticas às do programa de *Phantom Shares*. Para adquirir o direito de receber o pagamento em caixa das *units*, os beneficiários também devem permanecer na Companhia por um período de 3 anos.

Adicionalmente, o programa estabelece uma meta para distribuição de resultados em caixa com base no *Total Shareholder Return* (TSR), que é o ganho percentual do retorno total do capital investido pelo acionista, calculado pela variação do valor da *unit* e adicionados os dividendos distribuídos.

O percentual de atingimento das metas, comparado com a performance de mercado de certas partes da Companhia, determinará o valor do incentivo de longo prazo a ser distribuído aos beneficiários.

Logo, o PPR Diferido, além de incentivar a permanência do beneficiário nos quadros da Companhia, alinha os pagamentos do programa com a criação de valor para os acionistas.

A Companhia mensura os seus respectivos valores justos tomando como base o valor justo dos instrumentos baseados em ações concedidos, pois não consegue mensurar o valor dos serviços recebidos pelos participantes.

Para determinação do valor justo dos instrumentos, utilizou-se o método de simulação de Monte Carlo para precificação de ativos, considerando que a ação siga um processo estocástico de Wiener Generalizado com o Lema de Itô, também conhecido como Movimento Browniano.

A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido no Plano de Incentivo de Longo Prazo no exercício de 31 de dezembro de 2025 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado
Quantidade de units em 31 de dezembro de 2023	3.035.335
Canceladas	(1.184.171)
Concedidas (3ª Outorga)	2.095.286
Quantidade de units em 31 de dezembro de 2024	3.946.450
Canceladas	(2.163.782)
Exercidas (1ª Outorga) (i)	(333.316)
Concedidas (4ª Outorga)	1.497.484
Quantidade de units em 31 de dezembro de 2025	2.946.836

(i) Pago no dia 01 de maio de 2025, no valor de R\$1.319.

19. Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos de mensalidades (i)	14.643	13.767	58.839	67.249
Adiantamentos do centro de eventos (ii)	1	-	4.376	5.556
Total	14.644	13.767	63.215	72.805
Circulante	14.644	13.767	63.215	72.805

(i) Mensalidades recebidas antecipadamente que serão reconhecidas no resultado de acordo com o regime de competência.

(ii) Adiantamentos de clientes recebidos antecipadamente para a realização de eventos no espaço de nossos campus. Esses valores são reconhecidos no momento da realização do evento.

20. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a demandas de natureza cível, tributária e trabalhista, decorrentes tanto de questões administrativas quanto judiciais. A administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos internos e externos, classifica a probabilidade de perda conforme diretrizes estabelecidas pelas normas contábeis e política da Companhia, sendo provisionados os casos em que a perda é considerada provável.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as contingências estão provisionadas relacionadas aos processos cíveis, tributários e trabalhistas, e estão demonstradas a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Processos cíveis	4.021	3.717	11.272	11.182
Processos tributários	-	2.090	4.149	8.046
Processos trabalhistas	5.403	2.174	44.321	37.063
Total	9.424	7.981	59.742	56.291

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão para as demandas judiciais está descrita a seguir.

	Controladora			
	Cíveis (20.1)	Tributários (20.2)	Trabalhistas (20.3)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.338	1.855	2.796	7.989
Adições	1.218	-	3.366	4.584
Reversões	(372)	-	(653)	(1.025)
Pagamentos	(906)	-	(3.514)	(4.420)
Atualização monetária	439	235	179	853
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.717	2.090	2.174	7.981
Adições	1.117	-	5.359	6.476
Reversões	(558)	(521)	(1.100)	(2.179)
Pagamentos	(698)	(1.581)	(1.294)	(3.573)
Atualização monetária	443	12	264	719
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.021	-	5.403	9.424

	Consolidado			
	Cíveis (20.1)	Tributários (20.2)	Trabalhistas (20.3)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.851	6.297	42.774	60.922
Combinação de negócios - Fapi	378	1.325	41	1.744
Saldos com combinação de negócios	12.229	7.622	42.815	62.666
Adições	4.046	-	12.571	16.617
Reversões	(1.976)	(1.325)	(3.513)	(6.814)
Pagamentos	(4.039)	-	(14.654)	(18.693)
Atualização monetária	953	296	1.226	2.475
Processos ex-mantenedor	(31)	1.453	(1.382)	40
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.182	8.046	37.063	56.291
Adições	4.137	95	16.335	20.567
Reversões	(1.982)	(521)	(7.061)	(9.564)
Pagamentos	(3.669)	(2.644)	(7.240)	(13.553)
Atualização monetária	1.010	537	1.760	3.307
Processos ex-mantenedor	594	(1.364)	3.464	2.694
Saldos em 31 de dezembro de 2025	11.272	4.149	44.321	59.742

20.1. Processos cíveis com perda provável

A Administração realizou o levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza jurídica e administrativa, para suportar as prováveis perdas com essas causas. A Administração mantém provisão (consolidado) no montante de R\$11.272 em 31 de dezembro de 2025 (sendo R\$11.182 em 31 de dezembro de 2024).

As ações classificadas com risco provável envolvem, principalmente, pedidos de indenização relacionados a falhas na prestação de serviços, decorrentes de alegações de cobrança indevida, por reajuste de mensalidades, descumprimento de oferta, lançamento de descontos, cancelamentos contratuais, programas de financiamento, bem como supostos vícios na prestação de serviços acadêmicos e operacionais, tais como disponibilização de disciplinas, aproveitamento de estudos, questões envolvendo matrícula, entrega de documentos e colação de grau, totalizando prováveis perdas no montante de R\$10.253 em 31 de dezembro de 2025 (R\$9.751 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.2. Processos tributários com perda provável

A Administração realizou o levantamento e avaliação das várias ações de natureza jurídica e administrativa tributária. Para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão (consolidada) no montante de R\$4.149 em 31 de dezembro de 2025 (sendo R\$8.046 em 31 de dezembro de 2024).

Entre as ações que possuem risco provável, há casos em que os objetos se referem a assuntos pré aquisição de controlada pela Companhia, de modo que a responsabilidade dos ex-proprietários está garantida contratualmente. Dessas ações, destaca-se uma contra a Braz Cubas, com valor provisionado de R\$3.887, movida pela União, em que se discute o pagamento da multa de 40% do FGTS diretamente aos empregados, em acordos judiciais ou extrajudiciais, em desconformidade com a legislação, que determina o seu depósito nas contas vinculadas da Caixa Econômica Federal, e a ausência de recolhimento da contribuição rescisória de 10% por ocasião da dispensa sem justa causa de trabalhadores durante a gestão dos antigos acionistas.

20.3. Processos trabalhistas com perda provável

A Administração realizou o levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza trabalhista, para suportar as prováveis perdas com essas causas. A Administração mantém provisão (consolidado) no montante de R\$44.321 em 31 de dezembro de 2025 (sendo R\$37.063 em 31 de dezembro de 2024).

Os processos trabalhistas envolvem, principalmente, reclamações movidas por ex-colaboradores relacionadas a diferenças salariais, horas extras, redução de jornada de trabalho, garantias, estabilidade de emprego, responsabilidade subsidiárias e vínculo empregatícios, totalizando prováveis perdas no montante de R\$40.463 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 34.094 em 31 de dezembro de 2024). Nenhuma dessas ações são, isoladamente, relevantes para serem destacados.

20.4. Contingências prováveis sobre processos de ex-proprietários

Parte dos processos das controladas refere-se a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários, anteriores à aquisição pela Companhia. São então contingências de responsabilidade exclusiva dos ex-proprietários, limitada ao dever de indenizar. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nos processos, a Companhia e suas controladas possuem garantias contratuais de ressarcimento. As eventuais perdas definitivas nesses processos serão apuradas e lançadas em conta gráfica para os ressarcimentos, bem como poderão ser compensadas, inclusive, com retenção de pagamentos advindos de contratos de locação celebrados com os ex-proprietários, respeitados os limites e as condições do contrato de compra e venda de quotas celebrado entre as partes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	Fato gerador ex-proprietários	Indenizável ex-proprietários (R\$)
Processos cíveis	11.272	4.311	4.262
Processos tributários	4.149	4.149	4.047
Processos trabalhistas	44.321	25.203	25.053
Total	59.742	33.663	33.362

20.5. Processos com perda possível

A Companhia possui processos classificados como probabilidade de perda possível, os quais não são provisionados conforme apresentado a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Processos cíveis	10.450	7.928	50.234	41.771
Processos tributários	218.261	213.290	279.655	280.924
Processos trabalhistas	7.192	6.696	47.136	62.108
Total	235.903	227.914	377.025	384.803

20.5.1. Processos cíveis com perda possível

A Administração realizou o levantamento e avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor apurado no consolidado, em 31 de dezembro de 2025, era de R\$50.234 (R\$41.771 em 31 de dezembro de 2024).

As ações classificadas com risco possível envolvem, principalmente, pedidos de indenização relacionados a falhas na prestação de serviços, decorrentes de alegações de cobrança indevida, por reajuste e redução de mensalidades, descumprimento de oferta, lançamento de descontos, cancelamentos contratuais, programas de financiamento, bem como supostos vícios na prestação de serviços acadêmicos e operacionais, tais como disponibilização de disciplinas, aproveitamento de estudos, questões envolvendo matrícula, entrega de documentos, extinção de curso e turmas, colação de grau, estágios, provas e faltas, totalizando prováveis perdas no montante de R\$41.227 em 31 de dezembro de 2025 (R\$35.001 em 31 de dezembro de 2024).

20.5.2. Processos tributários com perda possível

A Administração realizou o levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza jurídica e administrativa tributária com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$279.655 em 31 de dezembro de 2025 (R\$280.924 em 31 de dezembro de 2024).

Entre os vários processos tributários com risco de perda possível, podemos destacar os descritos a seguir.

Há processos movidos pela Prefeitura do Municipal de São Paulo contra a Controladora, discutindo o cumprimento dos requisitos básicos para a manutenção da imunidade tributária dos períodos de 2008 a 2011, totalizando o valor de R\$176.228. A instituição apresentou defesa em todos os processos, além de garantir integralmente o juízo por meio de seguro garantia. Entre 31 de

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025, foi apurado uma variação no importe de R\$2.031 correspondente à atualização monetária do período.

A Controladora é parte em dois processos administrativos instaurados pela Receita Federal do Brasil que discutem supostos não recolhimentos de PIS e COFINS incidentes sobre o faturamento referente aos exercícios de 2008 a 2011, decorrentes da inclusão, pela Fiscalização, de receitas consideradas não abrangidas pela isenção prevista na Lei nº 11.096/2005 (Prouni), bem como de receitas financeiras na base de cálculo das contribuições. Ambos os processos aguardam julgamento de Recurso Voluntário pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), totalizando o montante de R\$ 20.841.

Há processos administrativos instaurados pela Receita Federal em face da ACEF discutindo principalmente verbas que integram a base de cálculo para o recolhimento de contribuições sociais e previdenciárias, entre outras, somando ao risco possível o valor de R\$16.652. A controlada apresentou defesa em todos os processos e aguarda decisão final na esfera administrativa.

Há uma execução fiscal ajuizada pela União Federal em face da CESPO em 2019, visando à cobrança de contribuições previdenciárias relativas a obras realizadas nos espaços de eventos da Controlada, cujo valor de risco totaliza o montante de R\$ 10.439. A execução está garantida por meio de penhora de imóvel. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso de apelação.

A Receita Federal instaurou autos de infração em face da Braz Cubas, os quais discutem supostas infrações às normas do Prouni, com a consequente não aplicação da isenção de COFINS, com o lançamento da contribuição do período de 01/2008 a 12/2009. Atualmente aguarda-se o julgamento de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), totalizando o valor de R\$7.459.

Há dois procedimentos administrativos instaurados pela Receita Federal do Brasil em face da Controladora, referentes aos exercícios de 2003 a 2006, nos quais se discute a suposta ausência de recolhimento de contribuições previdenciárias decorrentes de fatos geradores não declarados em GFIP. Atualmente os processos aguardam julgamento de Recurso Voluntário perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), totalizando o valor de R\$ 6.602.

Há uma execução fiscal ajuizada pela União Federal em face da Controladora para cobrança de COFINS referente ao período de janeiro/1996 a janeiro/1999, cujo valor em discussão, classificado como risco possível, é de R\$ 6.373.

Adicionalmente, em determinados contratos de locação imobiliária, há discussões em curso, no Judiciário, referentes à majoração de IPTU retroativo. Caso venham a ser julgados de forma desfavorável ao proprietário do imóvel, por força da obrigação contratual da locação, a locatária arcará com a eventual condenação, atualmente estimada pelos consultores jurídicos com perda possível de R\$2.277.

20.5.3. Processos trabalhistas com perda possível

A Administração realizou o levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista, classificadas com risco de perda possível, cujo valor apurado no consolidado, em 31 de

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dezembro de 2025, era de R\$47.136 (R\$62.108 em 31 de dezembro de 2024).

Os processos trabalhistas envolvem, principalmente, reclamações movidas por ex-colaboradores relacionadas a diferenças salariais, horas extras, indenização, garantias e estabilidade de emprego, totalizando prováveis perdas no montante de R\$44.136 em 31 de dezembro de 2025 (R\$55.983 em 31 de dezembro de 2024).

20.5.4. Contingências possíveis sobre processos de ex-proprietários

	Consolidado	Fato gerador ex-proprietários	Indenizável ex-proprietários (R\$)
Processos cíveis	50.234	2.177	2.144
Processos tributários	279.655	42.503	25.736
Processos trabalhistas	47.136	12.059	11.602
Total	377.025	56.739	39.482

Nos termos do item 20.4, as contingências relacionadas a fatos geradores anteriores à aquisição são de responsabilidade exclusiva dos ex-proprietários, aplicando-se integralmente as garantias contratuais de ressarcimento, inclusive mediante compensação com pagamentos decorrentes de contratos de locação, observados os limites e condições fixados nos contratos de aquisição.

20.6. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Processos cíveis	309	320	878	1.969
Processos tributários	7.780	7.243	13.650	11.702
Processos trabalhistas	2.236	2.808	4.847	11.262
Total	10.325	10.371	19.375	24.933

21. Obrigações por aquisições de participações societárias

21.1. Composição

Modalidade	Encargos financeiros	Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024
ACEF	Taxa CDI	17.192	26.327
SECID	Taxa CDI	20.415	268.040
Positivo	Taxa IPCA	11.476	11.598
		49.083	305.965
	Circulante	17.192	260.887
	Não circulante	31.891	45.078

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.2. Movimentação

	ACEF(i)	SECID(i)	Positivo(i)	Consolidado
(=) Saldo em 31/12/2023	23.745	397.646	-	421.391
(+) Aquisição	-	-	23.834	23.834
(+) Juros apropriados	2.582	36.763	706	40.051
(-) Pagamentos de principal	-	(102.393)	(12.522)	(114.915)
(-) Pagamentos de juros	-	(63.976)	(420)	(64.396)
(=) Saldo em 31/12/2024	26.327	268.040	11.598	305.965
(+) Juros apropriados	2.317	1.795	481	4.593
(-) Compensação ativo indenizatório (ii)	(11.452)	(22.070)	(24)	(33.546)
(-) Pagamentos de principal	-	(143.995)	(548)	(144.543)
(-) Pagamentos de juros	-	(83.355)	(31)	(83.386)
(=) Saldo em 31/12/2025	17.192	20.415	11.476	49.083
Circulante	17.192	-	-	17.192
Não circulante	-	20.415	11.476	31.891

(i) Em 31 de dezembro de 2025, o saldo a pagar da ACEF está relacionado a aquisição da Braz Cubas que é corrigido pelo CDI. Os valores da SECID estão representados pelas parcelas retidas nas aquisições da Unipê e CESPO que também são corrigidas pela CDI. O valor da CESPO é representado pela parcela retida na aquisição da FAPI que é corrigido pelo IPCA.

(ii) Compensação com ativo indenizatório na rubrica "Outros créditos" (Nota 9), referente às aquisições da Unipê (R\$11.452) e CESPO (R\$22.070) pela SECID e referente a aquisição da FAPI (R\$24) pela CESPO, totalizando o montante de R\$33.546.

Em 31 de dezembro de 2025, a parcela não circulante apresentava o cronograma de vencimento a seguir.

Ano	Consolidado
2026	17.192
2029	31.891
Total	49.083

22. Receita diferida

	Consolidado
(=) Saldo em 31/12/2023	9.507
(-) Apropriação	(722)
(=) Saldo em 31/12/2024	8.785
(-) Apropriação	(722)
(=) Saldo em 31/12/2025	8.063
Circulante	722
Não circulante	7.341

Propriedade de arrendamento mercantil

Em 20 de março de 2017, a controlada indireta CEUNSP realizou transação de *sale and leaseback* do imóvel onde está situado o seu campus. A operação consistiu na venda e no aluguel do referido imóvel simultaneamente perante sua parte relacionada Motriz Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor da venda do imóvel foi de R\$25.500, com recebimento de acordo com o fluxo de pagamento estipulado em contrato. O ganho líquido dos custos de venda foi de R\$14.442 e foi registrado, em 2017, como receita diferida no passivo circulante e não circulante amortizável pelo prazo de 20 anos, conforme prazo do contrato de aluguel. Em 31 de dezembro de 2025 o valor atual do ganho de capital é de R\$8.063 (R\$8.785 em 31 de dezembro de 2024).

23. Patrimônio líquido

23.1. Capital social

Entre o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025, não ocorreram alterações no capital social da Companhia.

Posição acionária

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é apresentada a seguir.

Acionistas	31/12/2025		31/12/2024	
	Ações	% Part.	Ações	% Part.
Archy LLC (GIC)	132.707.280	36,40%	132.707.280	36,40%
D2HFP - Fundo de Investimento em Ações	85.679.880	23,50%	85.679.880	23,50%
Gama 1 FIA	42.839.940	11,75%	42.839.940	11,75%
Redmond FIA	42.839.940	11,75%	42.839.940	11,75%
Government of Singapore (GIC)	15.300.000	4,20%	15.300.000	4,20%
Ações em circulação	45.175.512	12,40%	45.175.512	12,40%
	364.542.552	100,00%	364.542.552	100,00%

23.2. Reserva legal

A reserva legal tem o objetivo de assegurar a integridade do capital social e somente pode ser usada para compensar perdas ou aumentar o capital social.

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tem registrado na rubrica “Reserva legal” o valor de R\$56.540 (R\$41.697 em 31 de dezembro de 2024).

23.3. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros, conforme artigo 196 da Lei nº 6.404.76, é representada pelo lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios.

Em 31 de dezembro de 2025, do resultado do exercício foi destinado o valor de R\$182.023 à reserva de retenção de lucros (R\$77.091 em 31 de dezembro de 2024). Essa proposta seguirá para aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2026.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tem registrado na rubrica “Retenção de lucros” o valor

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de R\$227.546 (R\$122.523 em 31 de dezembro de 2024).

23.4. Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme a Lei das Sociedades por Ações.

Em 30 de abril de 2025, por meio de Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$137.000 (R\$34.273 de dividendos mínimos obrigatórios e R\$102.727 de dividendos adicionais) referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, sendo R\$60.000 já declarados como dividendos intermediários em Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de agosto de 2024 e integralmente pagos no dia 04 de setembro de 2024, e R\$77.000 integralmente pagos no dia 24 de junho de 2025.

No dia 10 de dezembro de 2025, por meio da Reunião do Conselho da Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2025, a ser realizada no dia 28 de abril de 2026, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$100.000 cujo pagamento foi realizado no dia 30 de dezembro de 2025.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	296.866	144.306
Base para reserva legal	296.866	144.306
Apropriação para reserva legal (Art.193 da Lei nº 6.404)	14.843	7.215
Base para dividendo mínimo obrigatório	282.023	137.091
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	70.506	34.273
Dividendos adicionais	29.494	25.727
Dividendos adicionais propostos	77.000	77.000
Destinação para reserva de retenção de lucros	105.023	91
Quantidade de ações em 31 de dezembro	364.542.552	364.542.552
Dividendo por ação - em reais	0,2743	0,1646

Essa proposta seguirá para aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2026.

24. Resultado por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não detém ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

Lucro por ação - Básico e Diluído	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	296.866	144.306
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	364.542.552	364.542.552
Lucro por ação em R\$	0,8144	0,3959

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

25.1. Instrumentos financeiros

As atividades da Companhia e/ou de suas controladas as expõem a diversos riscos de mercado (incluindo taxa de juros de valor justo e de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e/ou suas controladas apresentam exposições aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros descritos a seguir.

25.1.1. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam apenas o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos, debêntures e aplicações financeiras.

25.1.2. Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variação nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia aos riscos de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras, sujeitos a taxas de juros variáveis.

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 6 e sobre debêntures na Nota 14, respectivamente.

25.1.3. Sensibilidade à taxa de juros

Os instrumentos financeiros ativos da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2025, se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia e suas controladas estão ligados à variação do CDI para aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures. No cenário provável, foi considerado IGMP e CDI no horizonte de 12 meses. A Companhia e suas controladas consideraram uma deterioração de 25% e 50% para as variáveis de risco.

Para a análise de sensibilidade do passivo de arrendamento, utilizamos como base o IGPM, pois representa, substancialmente, a taxa de reajuste da maioria dos nossos contratos.

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto considerando um ano de correção a partir de 31 de dezembro de 2025:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cenário em 31 de dezembro de 2025 (Controladora)

		Controladora				
		31/12/2025				
Operação	Risco	Taxa	Valor	Efeito no resultado		
				Provável	Variação 25%	Variação 50%
Equivalentes de caixa (Nota 6)	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI 14,32%)	45.682	6.544	4.908	3.272
Debêntures (Nota 14)	Dívida (risco de aumento de juros/dívida em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 14,32%)	870.232	(124.654)	(155.817)	(186.981)
Passivo de arrendamento (Nota 15)	Dívida (risco de aumento de juros/dívida em função do aumento de IGPM) (i) (ii)	(IGPM (1,05%))	358.461	3.764	2.823	1.882
			1.274.375	(114.346)	(148.086)	(181.827)

(i) Utilizamos o IGPM pois representa, substancialmente, a maioria dos contratos de arrendamento.

(ii) IGPM acumulado negativo no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2025.

Cenário em 31 de dezembro de 2025 (Consolidado)

		Consolidado				
		31/12/2025				
Operação	Risco	Taxa	Valor	Efeito no resultado		
				Provável	Variação 25%	Variação 50%
Equivalentes de caixa (Nota 6)	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI 14,32%)	808.247	115.775	86.831	57.887
Debêntures (Nota 14)	Dívida (risco de aumento de juros/dívida em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 14,32%)	1.364.515	(195.456)	(244.320)	(293.184)
Passivo de arrendamento (Nota 15)	Dívida (risco de aumento de juros/dívida em função do aumento de IGPM) (i)	(IGPM (1,05%))	1.150.605	12.081	9.061	6.041
			3.323.367	(67.600)	(148.428)	(229.256)

(i) Utilizamos o IGPM pois representa, substancialmente, a maioria dos contratos de arrendamento.

(ii) IGPM acumulado negativo no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2025.

25.1.4. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos e aplicações financeiras em bancos e instituições financeiras.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito, representado pela possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de seus alunos.

O risco de crédito dos alunos é administrado pela Companhia e por cada controlada, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. O saldo a receber de mensalidades é denominado em reais, e a Administração monitora o risco do

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

saldo a receber dos alunos. As mensalidades são cobradas mensalmente com base no contrato firmado entre a Companhia e os alunos.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A Companhia e suas controladas têm como política corporativa a aplicação de recursos em bancos de primeira linha e em produtos financeiros com baixo nível de exposição e alto nível de liquidez. Praticamente todo o excesso de caixa é aplicado em certificados de depósito bancário emitidos por essas instituições.

25.1.5. Risco de liquidez

Consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas suas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos, através do monitoramento contínuo dos índices de liquidez e dos fluxos de caixa previstos e reais. O fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas é realizado de forma centralizada pelo departamento de Finanças da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez das entidades para assegurar que tenham caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante	1.075.996	847.519
Passivo Circulante	705.437	912.162
Liquidez Corrente (≥ 1)	1,53	0,93

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas referem-se a debêntures contratadas, contas a pagar a fornecedores, além de contas a pagar por aquisição de participação societária. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. Na tabela a seguir estão analisados os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente do título ou do passivo. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto, para as rubricas de “Debêntures”, “Obrigações tributárias”, “Passivos de arrendamento” e “Obrigações por aquisição de participação societária” não serão conciliados com o balanço patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora			
		31 de dezembro de 2025			
Passivos financeiros	Nota	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Adiantamento de clientes	19	14.644	-	-	14.644
Debêntures	14	120.628	289.006	411.796	821.430
Fornecedores	13	64.457	-	-	64.457
Obrigações tributárias	17	18.737	-	-	18.737
Passivos de arrendamento	15	78.481	213.799	218.541	510.821
		296.947	502.805	630.337	1.430.089

		Controladora			
		31 de dezembro de 2024			
Passivos financeiros	Nota	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Adiantamento de clientes	19	13.767	-	-	13.767
Fornecedores	13	41.795	-	-	41.795
Obrigações tributárias	17	16.183	-	-	16.183
Passivos de arrendamento	15	76.252	216.386	283.642	576.280
		147.997	216.386	283.642	648.025

		Consolidado			
		31 de dezembro de 2025			
Passivos financeiros	Nota	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Adiantamento de clientes	19	63.215	-	-	63.215
Debêntures	14	304.028	622.667	527.974	1.454.669
Fornecedores	13	120.150	-	-	120.150
Obrigações tributárias	17	75.879	53.013	86.174	215.066
Obrigações por aquisição de participação societária	21	17.432	-	42.216	59.648
Passivos de arrendamento	15	251.776	582.846	912.409	1.747.031
		832.480	1.258.526	1.568.773	3.659.779

		Consolidado			
		31 de dezembro de 2024			
Passivos financeiros	Nota	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Adiantamento de clientes	19	72.805	-	-	72.805
Debêntures	14	269.116	728.883	270.733	1.268.732
Fornecedores	13	80.765	-	-	80.765
Obrigações tributárias	17	65.412	48.905	103.189	217.506
Obrigações por aquisição de participação societária	21	265.024	16.953	40.887	322.864
Passivos de arrendamento	15	240.461	626.787	1.049.186	1.916.434
		993.583	1.421.528	1.463.995	3.879.106

25.1.6. Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e um capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia incluiu na dívida líquida os empréstimos, financiamentos, debêntures e passivos de arrendamento (circulante e não circulante),

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

menos caixa e equivalentes de caixa, e optou por apresentar o consolidado por considerar mais relevante.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures (Nota 14)	1.364.515	1.023.408
Passivo de arrendamento (Nota 15)	1.150.605	1.226.618
(=) Total dívida bruta	2.515.120	2.250.026
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(808.247)	(555.331)
(=) Total dívida líquida	1.706.873	1.694.695
Patrimônio líquido (Nota 23)	1.590.655	1.470.789
Dívida líquida e patrimônio líquido	3.297.528	3.165.484
% Dívida líquida sobre o patrimônio líquido	107,3%	115,2%

25.2. Valor justo

A Companhia e suas controladas aplicam as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- **Nível 1** – O valor justo dos ativos negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.
- **Nível 2** – O valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.
- **Nível 3** – Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, como por exemplo, investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 3.

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados a valor justo. Para o exercício de 31 de dezembro de 2025 e 2024, todos os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas foram mensurados pelo custo amortizado, conforme segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Classificação contábil

Controladora				
31/12/2025		31/12/2024		
Valor Justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	
Ativos – Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	45.682	45.682	58.930	58.930
Contas a receber (Nota 7)	60.384	60.384	59.135	59.135
Dividendos a receber (Nota 9)	99.927	99.927	42.949	42.949
Total	205.993	205.993	161.014	161.014
Passivos – Custo amortizado				
Debêntures (Nota 14)	873.697	870.232	-	-
Fornecedores (Nota 13)	64.457	64.457	41.795	41.795
Passivos de arrendamento (Nota 15)	358.461	358.461	387.250	387.250
Total	1.296.615	1.293.150	429.045	429.045

Consolidado				
31/12/2025		31/12/2024		
Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	
Ativos – Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	808.247	808.247	555.331	555.331
Contas a receber (Nota 7)	261.072	261.072	219.704	219.704
Total	1.069.319	1.069.319	775.035	775.035
Passivos – Custo amortizado				
Debêntures (Nota 14)	1.374.560	1.364.515	1.037.948	1.023.408
Fornecedores (Nota 13)	120.150	120.150	80.765	80.765
Passivos de arrendamento (Nota 15)	1.150.605	1.150.605	1.226.618	1.226.618
Obrigações por aquisição de participação societária (Nota 21)	49.083	49.083	305.965	305.965
Total	2.694.398	2.684.353	2.651.296	2.636.756

Nas operações que envolvem instrumentos financeiros, a Companhia identificou que apenas as debêntures apresentam diferenças entre o valor contábil e o valor justo, devido à incidência de multas em caso de resgate antecipado. Em conformidade com o IFRS 13/CPC 46 – Mensuração do valor justo.

26. Imposto de renda e contribuição social – Corrente e diferido

26.1. Reconciliação da alíquota efetiva

A reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está apresentada a seguir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	296.849	144.304	287.019	146.720
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto pela alíquota combinada	(100.929)	(49.063)	(97.586)	(49.885)
Principais adições e exclusões:				
Despesas não dedutíveis	(3.165)	(1.045)	(2.057)	(2.317)
Adições (exclusões) líquidas sem a constituição de diferido(i)	(11.119)	(4.247)	(9.702)	(11.240)
Equivalência patrimonial	179.293	108.937	-	-
Adicional e PAT	-	-	1.847	1.268
Efeitos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL	(64.063)	(54.580)	(67.950)	(65.179)
Isenção PROUNI (ii)	-	-	181.821	124.939
Incentivo à cultura e ao esporte (iii)	-	-	3.474	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	17	2	9.847	(2.414)
IRPJ e CSLL - Corrente	-	(36)	(10.956)	(13.288)
IRPJ e CSLL - Diferido	17	38	20.803	10.874

- (i) As principais exclusões (adições) são principalmente oriundas de: estornos e constituições de determinadas provisões, tais como provisões para crédito de liquidação duvidosa, contingências e remuneração variável; e realização de saldo de mais valia relacionado às combinações de negócios.
- (ii) Isenção do IRPJ e da CSLL referente ao PROUNI, calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) sobre as atividades beneficiadas.
- (iii) Incentivos fiscais – Leis de Incentivo à Cultura e ao Esporte - A Companhia destinou recursos a projetos culturais e esportivos aprovados pelos respectivos órgãos governamentais, conforme previsto na Lei nº 8.313/1991 (Lei Rouanet) e na Lei nº 11.438/2006 (Lei de Incentivo ao Esporte). No exercício encerrado em 2025, foram realizados aportes totais de R\$2.550 em projetos culturais e R\$1.150 em projetos esportivos e paradesportivos devidamente aprovados. Os incentivos foram contabilizados de acordo com as políticas contábeis da Companhia, e os benefícios fiscais correspondentes foram reconhecidos na rubrica de Imposto de Renda, dentro dos limites legais aplicáveis. A Administração confirma que todos os requisitos legais e documentais foram atendidos, e que não há contingências relacionadas aos incentivos recebidos.

26.2. Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora		31/12/2025	31/12/2024
Passivo			
Outras diferenças temporárias do lucro real		-	(17)
Total tributos diferidos, líquidos		-	(17)
Consolidado		31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Prejuízos fiscais/ Base negativa CSLL (i)		8.076	9.805
Arrendamento IFRS 16/CPC 06 (R2)		25.989	27.115
Amortizações mais valia		32.212	33.183
Provisão de contingências		5.328	5.690
Repasse de polos		5.076	-
PECLD		25.208	26.029
Outras diferenças temporárias do lucro real (ii)		18.362	12.523
Total tributos diferidos ativos		120.251	114.345
Passivo			
Outras diferenças temporárias do lucro real		-	(17)
Reserva de reavaliação (iii)		-	(14.880)
Total diferido passivo		-	(14.897)
Tributos diferidos, líquidos		120.251	99.448

- (i) A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa; entretanto, a contabilização de ativos diferidos sobre créditos fiscais somente ocorre quando há segurança razoável de sua realização.
- (ii) Os principais valores de outras diferenças temporárias são originados principalmente de provisões trabalhistas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Baixa do IR/CS diferido sobre reavaliação de imóvel da Braz Cubas.

Os montantes a seguir foram utilizados como base para contabilização dos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL.

31/12/2025 – Consolidado		
	Saldos disponíveis (i)	Base utilizada p/ IR/CS diferidos ativos
Prejuízo fiscal	1.402.852	23.956
Base de cálculo negativa de CSLL	1.412.614	23.186

31/12/2024 – Consolidado		
	Saldos disponíveis (i)	Base utilizada p/ IR/CS diferidos ativos
Prejuízo fiscal	1.203.154	24.391
Base de cálculo negativa de CSLL	1.231.435	41.186

(i) Conforme Instrução CVM, a Controladora não apresenta histórico de lucro tributável e não constituiu ativos diferidos.

26.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos por ano de realização

Consolidado		
Faixa de vencimento	Total em 31/12/2025	%
2026	26.052	22%
2027	11.921	10%
2028	8.749	7%
2029	9.741	8%
2030 em diante	63.788	53%
	120.251	100%

27. Receita líquida

A tabela a seguir apresenta a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta				
Cursos de graduação	3.149.609	2.687.377	9.626.022	8.355.771
Cursos de pós-graduação	66.749	73.998	119.824	118.519
Cursos técnicos e colégio	43.535	44.920	79.341	85.975
Outras receitas	4.307	4.296	12.412	16.751
	3.264.200	2.810.591	9.837.599	8.577.016
Deduções da receita bruta				
Descontos e devoluções	(2.493.060)	(2.115.787)	(6.899.097)	(5.917.487)
Tributos	(28.626)	(24.855)	(102.318)	(91.177)
	(2.521.686)	(2.140.642)	(7.001.415)	(6.008.664)
Receita líquida	742.514	669.949	2.836.184	2.568.352

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Custos e despesas por natureza

	Controladora							
	31/12/2025				31/12/2024			
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Total	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Total
Salários e encargos sociais	(156.817)	(161.493)	-	(318.310)	(160.559)	(121.492)	-	(282.051)
Publicidade e propaganda	-	(145.401)	-	(145.401)	-	(128.348)	-	(128.348)
Custos com parceria	(113.991)	-	-	(113.991)	(96.129)	-	-	(96.129)
Despesas com serviços de terceiros	(15.781)	(59.086)	-	(74.867)	(15.521)	(43.755)	-	(59.276)
Manutenção e reparos	(29.280)	(26.537)	-	(55.817)	(27.056)	(22.837)	-	(49.893)
Despesas com PECLD (Nota 7)	-	(42.229)	-	(42.229)	-	(47.120)	-	(47.120)
Depreciação do direito de uso	(38.453)	(1.517)	-	(39.970)	(36.914)	(1.410)	-	(38.324)
Gastos prediais	(23.721)	(14.858)	-	(38.579)	(19.844)	(10.059)	-	(29.903)
Depreciação e amortização	-	(31.652)	-	(31.652)	-	(31.176)	-	(31.176)
Materiais de consumo	(3.675)	(1.456)	-	(5.131)	(4.280)	(776)	-	(5.056)
Receitas com aluguéis	-	-	2.514	2.514	-	-	2.811	2.811
Outras receitas (despesas), líquidas (i)	(1.173)	(20.310)	(749)	(22.232)	(3.339)	(20.563)	601	(23.301)
	(382.891)	(504.539)	1.765	(885.665)	(363.642)	(427.536)	3.412	(787.766)

(i) Os valores estão representados, principalmente, ganhos e perdas de processos judiciais e custos pedagógicos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado							
	31/12/2025				31/12/2024			
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Total	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Total
Salários e encargos sociais	(764.386)	(221.116)	-	(986.502)	(765.969)	(181.181)	-	(947.150)
Custos com parceria	(284.944)	-	-	(284.944)	(235.319)	-	-	(235.319)
Publicidade e propaganda	-	(198.539)	-	(198.539)	-	(183.814)	-	(183.814)
Despesas com serviços de terceiros	(64.932)	(72.264)	-	(137.196)	(58.780)	(54.507)	-	(113.287)
Depreciação e amortização	-	(133.299)	-	(133.299)	-	(126.673)	-	(126.673)
Depreciação do direito de uso	(131.737)	(1.517)	-	(133.254)	(126.040)	(1.410)	-	(127.450)
Despesas com PECLD (Nota 7)	-	(127.425)	-	(127.425)	-	(172.492)	-	(172.492)
Manutenção e reparos	(53.838)	(42.651)	-	(96.489)	(45.800)	(35.183)	-	(80.983)
Gastos prediais	(53.338)	(14.499)	-	(67.837)	(49.825)	(10.457)	-	(60.282)
Materiais de consumo	(19.940)	(3.882)	-	(23.822)	(19.653)	(3.915)	-	(23.568)
Receitas com aluguéis	-	-	25.951	25.951	-	-	25.714	25.714
Outras receitas (despesas), líquidas (i)	(18.373)	(50.042)	6.812	(61.603)	(15.844)	(43.330)	6.041	(53.133)
	(1.391.488)	(865.234)	32.763	(2.224.959)	(1.317.230)	(812.962)	31.755	(2.098.437)

(i) Os valores estão representados, principalmente, ganhos e perdas de processos judiciais e custos pedagógicos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Resultado financeiro

29.1. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas sobre aplicações financeiras	8.589	2.057	94.301	55.540
Juros e encargos recebidos sobre mensalidades	4.252	2.473	17.481	8.704
Outras receitas, líquidas	(26)	3.511	2.179	11.652
Total das receitas financeiras	12.815	8.041	113.961	75.896

29.2. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Encargos financeiros sobre debêntures	(42.964)	-	(185.266)	(111.199)
Juros sobre passivo de arrendamento	(37.436)	(39.695)	(115.219)	(122.763)
Financiamentos estudantis, descontos concedidos e encargos financeiros sobre cartões de crédito	(12.346)	(18.329)	(83.744)	(88.843)
Garantias, comissões bancárias e parcelamentos	(6.390)	(6.497)	(30.345)	(26.637)
Juros sobre obrigações a pagar de aquisição de controladas	-	-	(12.562)	(40.051)
Ajuste a valor presente	284	(754)	(3.956)	(5.421)
Outras despesas financeiras	(1.294)	(1.048)	(7.075)	(4.177)
Total despesas financeiras	(100.146)	(66.323)	(438.167)	(399.091)

30. Transações que não afetam o caixa

A Companhia realizou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 as transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa, conforme requerido pelo pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, apresentadas a seguir.

	31/12/2025	
	Controladora	Consolidado
Imobilizado:		
Variação no saldo de fornecedores a pagar	52	423
	52	423
Obrigações por aquisições de participações societárias		
Crédito de conta garantia	-	33.546
	-	33.546

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A tabela a seguir apresenta as importâncias seguradas em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	31/12/2025	31/12/2024
Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza	2.301.012	2.039.581
Lucros cessantes	228.232	-
Perda ou pagamento de aluguel	91.000	84.000
Impacto de veículo terrestre e demais, aéreo e/ou espacial	65.000	60.000
Danos elétricos	26.000	24.000
Roubo de bens	2.958	4.320
Outros	290.432	228.710

Certificate Of Completion

Envelope Id: 8A1F5952-393B-4860-B82D-AC1119DAF8D8

Status: Completed

Subject: Complete with Docusign: 4T25_CSE 2025_vf.docx

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 121

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Marcos Galasso

AutoNav: Enabled

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Envelopeld Stamping: Enabled

andares, Edifício Adalmino Dellape Baptista B32, Itai

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

São Paulo, São Paulo 04538-132

marcos.galasso@pwc.com

IP Address: 201.56.5.228

Record Tracking

Status: Original

25 March 2026 | 17:45

Holder: Marcos Galasso

marcos.galasso@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

25 March 2026 | 18:50

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

Signer Events

Vinicius Rego

vinicius.rego@pwc.com

Sócio

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP-Brasil

Issuer: AC SyngularID Multipla

Subject: CN=VINICIUS FERREIRA BRITTO
REGO:92933610515

Signature

DocuSigned by:

5DDCCF00B7834A4...

Signature Adoption: Drawn on Device

Using IP Address: 74.179.68.90

Timestamp

Sent: 25 March 2026 | 17:49

Viewed: 25 March 2026 | 18:41

Signed: 25 March 2026 | 18:49

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via Docusign

In Person Signer Events

Signature

Timestamp

Editor Delivery Events

Status

Timestamp

Agent Delivery Events

Status

Timestamp

Intermediary Delivery Events

Status

Timestamp

Certified Delivery Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Igor Fernandes igor.fernandes@pwc.com Manager Security Level: Email, Account Authentication (None) Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign	COPIED	Sent: 25 March 2026 17:49 Viewed: 25 March 2026 19:42
Karen Barbieri karen.barbieri@pwc.com PwC BR Security Level: Email, Account Authentication (None) Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign	COPIED	Sent: 25 March 2026 17:49 Viewed: 25 March 2026 18:42
Marcos Galasso marcos.galasso@pwc.com Security Level: Email, Account Authentication (None) Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign	COPIED	Sent: 25 March 2026 18:50 Viewed: 25 March 2026 18:50 Signed: 25 March 2026 18:50

Witness Events	Signature	Timestamp
----------------	-----------	-----------

Notary Events	Signature	Timestamp
---------------	-----------	-----------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	25 March 2026 17:49
Certified Delivered	Security Checked	25 March 2026 18:41
Signing Complete	Security Checked	25 March 2026 18:49
Completed	Security Checked	25 March 2026 18:49

Payment Events	Status	Timestamps
----------------	--------	------------